



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FRED AGANJU SANTIAGO FERREIRA¹

**SOU SEM TERRA SOU NEGÃO: RAÇA, RACISMO E POLÍTICA RACIAL NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

CACHOEIRA-BA

Abril/2015

¹ Fred Igor Santiago Ferreira

FRED AGANJU SANTIAGO FERREIRA

**SOU SEM TERRA SOU NEGÃO: RAÇA, RACISMO E POLÍTICA RACIAL NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Osmundo Pinho.

CACHOEIRA-BA
2015

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHU/UFRB

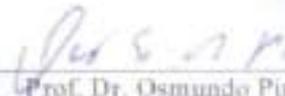
F383s
Ferreira, Fred Igor Santiago
Sou sem terra sou negão: raça, racismo e política racial no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. / Fred Igor Santiago Ferreira. – Cachoeira, 2015.
164 f.: il.; 30 cm.
Orientador: Prof. Dr. Osmundo Pinho.
Coorientador: Diogo Valença de Azevedo Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2016.
1. Brasil - Racismo. 2. Classes sociais - Brasil. 3. Relações sociais. 4. MST. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. II. Título.
CDD: 305

FRED AGANJU SANTIAGO FERREIRA

**SOU SEM TERRA SOU NEGÃO: RAÇA, RACISMO E POLÍTICA RACIAL
NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre, ao Programa de
Pós Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia.

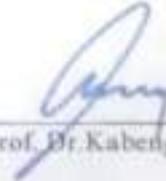
Aprovada em 06 de maio de 2015.
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Osmundo Pinho (orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Prof. Dr. Luciane Oliveira Rocha
- UERJ



Prof. Dr. Kabengele Munanga
UFRB

Sou Revolução - Raumi Souza²

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

Sou socialista, Sem Terra
Sou agricultor
Vítima do racismo, sou negro
Sou trabalhador

Sou afro-brasileiro
E tenho coragem e rebeldia
Pra derrotar essa nobreza selvagem
Essa burguesia

Ê Â Ô, sou o inverso da guerra e do terror
Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor
Ê Â Ô, sou o contrário da guerra e do terror
Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

Minha esperança é paz, igualdade social,
Uma nação soberana, fraterna
E um mundo mais igual
Reforma Agrária, Justiça e um país mobilizado
Sou a resistência, acredito no povo organizado

Ê Â Ô, sou o inverso da guerra e do terror
Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor
Ê Â Ô, sou o contrário da guerra e do terror
Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

² Coordenador do Setor de Cultura e Comunicação do MST-BA

UM SALVE A FAMILIA EXTENSA

*Acharam que eu estava derrotado
Quem achou estava errado
Eu voltei to aqui
Se liga só escuta ai
Ao contrário do que você queria
To firmão to na correria
Sou guerreiro e não pago pra vacilar
Sou vaso ruim de quebrar
Oitavo anjo do apocalipse
Tenebroso como um eclipse
é seu pesadelo tá de volta
No puro ódio cheio de revolta*

*Vou te apresentar o que você não conhece
Anote tudo vê se não esquece
Você verá que não deixei me envolver
Pra sobreviver por aqui tem que ser
Mesmo no inferno é bom saber com quem se anda
Senão embaça vira desanda – **Dexter, Oitavo Anjo**...*

O rap é de fato uma das expressões culturais da diáspora negra que mais consegue descrever as experiências subjetivas e concretas da comunidade negra. Nesse contexto, a epígrafe acima, sintetiza em múltiplos aspectos o percurso tenso e tortuoso dos três anos de construção dessa dissertação. Aos malditos/as fingidores, que tramam e conspiram nossa derrota, caguetes, e muitos deles, talaricos e que dizem ser nóiz . A esses/as que xangô dê o justo castigo. Não merecem nem mesmo a honra de ser chamados de inimigos.

O primeiro salve vai pra toda comunidade da Estocada em Livramento de Nossa Senhora, minha terra de origem, minha área, minha formula magica da paz . Salve , salve família; Di, Cicinha, Guinaldo, Luis, Luquinhas, Luana, Carlos, Patrícia, Thalita, Lurdinha, Luana, Tia, Vô , Vó Tonha preta do fato, por me ensinar a comer e cuidar das tradições religiosas de nossa família , Vô Joaquim (Im memoriam), Vó Mirtes (In Memoriam) por me ensinar a andar e me amar com ou sem lucidez , Minha Bisavó Sarroza (In memoriam), Tia Cida, Tia Sumara, Tia Ivana, Tio Ticandio, Tio Deca, Tio Luis, Tia Nizomar, Meu padrinho, Dona lucinha e a toda família em rio de contas; Ninha, Elias, William, Mario, Malemba, pelas primeiras formações em politica racial, . Um salve especial para meu grande amigo/irmão André Aparecido , pelos conselhos na juventude , pelas andanças quando pelo taquari e no carnaval de rio de contas, pelos corre

tudo e , sobretudo, por ter me incentivado a estudar e por sempre acreditar quando dizia “ Vou conseguir” . Forte abraço irmão.

A Dona Ivaneide Maria Santiago e Alfredo Gonçalo Ferreira, meus país, pelo amor e cuidado, cada um a seu modo.

Aos meus irmãos, o Clã Ferreira, João Victor (Lauro de Freitas), João Victor(Salvador) e o pequeno Henrique. Parafraseando Racionais Mcs, a vocês tenho a oferecer minha presença, talvez ate confusa, mas leal e intensa. A Sônia Mãe de João Victor (Salvador) meu máximo respeito e carinho.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente, ao assentamento Nova Suiça , a Brigada Carlos Mariguella e ao Assentamento Terra Vista no sul da Bahia . Só us guerreru/a periculoso, a linha de frente na luta pela terra. Salve, salve, China, Professora Tania, Professor Welinton, Professora Keu, Anaíldes, Barbicha, Dona zeze, Dona Preta, Dona Marize, Nego(In memoriam), Israel, Leo, Paulinho, Maria, Raumi Souza, Joelson, aos parceiros do maranhão que conheci no VI congresso Nacional do MST. Ocupar, resistir, produzir!

Ao Clã da casa de Boneco de Itacaré, por protagonizarem cotidianamente um programa de reforma agrária alicerçado nos valores e cosmovisão Afrikana. Meu máximo respeito ; Mestre Jorge Rasta, Preta Ashanti, Dani Gege, Hugo Xoroquê, Jorginho, Cumpadi, Nana e o príncipe Orumilá.

Ao Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB – Nucléo Akofena meu Máximo Respeito. Construimos uma poderosa Espada de guerra do Povo Negro.

Agradeço ao terreiro Guarani de Oxóssi por cuidar e me proteger. Ogan Carlinhos, Taninha, Mãe Pequena Marcia, Cristina, Mama, Dona Elena, minha Madrinha, Alex, Pc, Juninho, Mida, Vó Odete e a todo o clã Guarani . A mãe Madalena (*In memoriam*) sua benção no bom lugar onde esta.

Aos professores/as, Isabel Reis, Ângela Figueiredo, Marcia Clemente, Jurema Machado , Diogo Valença, Jarbas, Antônio Liberac e Rosy Oliveira. A Osmundo Pinho, meu orientador, agradeço imensamente pelo empenho, dedicação e por me orientar intelectualmente e politicamente. Máximo respeito e admiração por ser um intelectual negro verdadeiramente comprometido com a plena emancipação da comunidade negra. Eh nóiz!

Um salve ao povo de Cachoeira e a muitas pessoas especiais que conheci nessas margens. Tia Nalva (Minha Madrinha) , Teiga (In memoriam) , Mara (Minha mãe

adotiva) , Mariana, Paloma, Milena, Manga, Elodia, Badinho, Coroca, Roquinho, Dona Nida, Lene, Juli, J araujo, Mãe Iná, Dona Dalva, Manga, Uli, Quinho, Chuim, Mestre dos Magos, Beleon (Rasta), Kekeu, Banda Jamaicachoeira, dona Ana, Rosa Prado, Daniela Gomes (Dani), Gilmar da CPP, Debora de São Felix, Yago, Jeferson, Rock do Bar do Regue, Dona Ana (Bar do regue) , Moacir, Larissa Fulana de Tal, Rose Cerqueira, Ileana Helen, Idalia Souza, Giselli Oliveira (Gisa) , Evelyn, Wilson Badaró, David Ainan , Edcarlos, Zezão, Samir Uhuru , Heide (Pivete) , Ademir Fernando (In Memoriam), Luiz Gabriel, Roni Bom, Maria do bar Ogun Megêgê, Paulo dias, Joney, Dinha, Thais Machado, Valdir, Naiara Ramos, Leo Pessoa.

Um salve as favelas de Cachoeira. Viradouro, Rua da Feira, Linha Velha, Vila 25 de junho, Três bocas, Caquende, pitanga, Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e tantas outras. A toda criançada que alegra essas ruas. Um salve pra maloka que ta na rua, que não teme ser alvejada nem de ir pra Lemos de Brito. Eh nóiz

A Ocupação Quilombo Lucas da Feira. Jô, Adriano e família. Visa (In memoriam), Joquielson Batista (in memoriam).

A Campanha Reaja ou Será Morta/a. São 10 anos na luta política ostensiva Contra o Genocídio do Povo Negro. Salve, salve, Aline Santos , Jamile, Dani Macarenhas, Ajurimar , Nova Era, Tony, Bruno suspeito, Lio Nzumbi, Caroline Amanda Borges, Clissio Santana. Um salve também a toda Associação de Familiares e Amigos de Presos da Bahia (ASFAP) , a Quilombo Xis Ação Cultural Comunitária, Ao Núcleo de Vitimas do Estado Racista Brasileiro, ao Conselho Estratégico de mulheres da Campanha Reaja, aos militantes exilados na PLDB e a toda ampla rede comunitária e subterrânea que fortalece nossa luta transnacional Contra o Genocídio do Povo Negro .É uma honra ser soldado raso desse exercito de libertação negra.

Um Salve especial para o Subcomandante Hamilton Borges Walê (Coroa) e a General Dra. Andreia Beatriz (Dôtor) , que “ *me deram toda técnica, estratégia e equipamento. Ate disseram que eu sou forte e que eu podia vencer* “ (Walê). Aos mestres, meu máximo respeito, cuidado, carinho e lealdade.

Um salve aqueles/as que são a certeza de que um prato de comida nunca faltará , de um canto pra dormir. Os aliados/as estratégicos. A irmandade. A quadrilha. Aos amigos/as que escolhi chamar de família. Todo meu respeito, lealdade e afeto. Clissio Santana , Sinho Bernardo , Alane Reis, Jurandir Rita , Polegar, Júlio Cesar, Tamiz Lima,

Bruno Açaí, Glauber Elias ,Leo (Mãe de Glauber), Carlos Victor (Coordenador) , Romulo José (O coroa), Mestre Osvaldo Ferreira (Badinho) , André Aparecido, Uh Neto, Diego Campos (Jasco) , MK, Rose Cerqueira, Tiago dos Santos (Manga) , Dra. Andreia Beatriz, Hamilton Borges Walê, Seu Simão, Naiana Sundiata , Joyce Souza, Luiz Gabriel Lacerda (Biel), Felipe Estrela, ao Terreiro Guarani de Oxossi, Zilda Souza, Breno Pascal, Eduardo Rocha, Luanda, André Aparecido.

CONTRA O GENOCIDIO DO POVO NEGRO NENHUM PASSO ATRÁS!

DEDICO ESSA DISSERTAÇÃO ;

A Xangô e Obaluaê por serem defesa, ataque, doadores de força e da saúde. Donos e senhores de meus caminhos.

Kaô kabiecilê meu pai Xangô!

Atôô meu pai Obaluaê!

A minha mãe D. Ivaneide Maria Santiago por liderar os rumos de minha vida

Ao meu Avô Joaquim (In memoriam) e minha Vó Mirtes (In memoriam) ambos agricultores rurais, que tiveram que ocupar seu pedaço de chão para viver dignamente.

A Joyce Souza, pela dedicação nas correções, formatação e leitura cuidadosa de todo texto. Pela paciência. Pelas águas que desaguam em cachoeiras.

A minha Bisavó Sarroza (In memoriam)

A Mãe Madalena (*In memoriam*) sua benção onde quer que esteja.

A Sineziu Alves da Costa (China do MST), Dona Marize do Nascimento Santos e toda a Família, por terem me acolhido em sua casa todos esses anos. A minha família nos Sem Terra o máximo respeito.

A Zilda Souza por ter me cedido os primeiros documentos do MST, pelo fortalecimento no campo e pelas articulações proporcionadas no MST. Pelos ventos e relâmpagos que formam tempestades.

A meu irmão sem terra Edmundo da Silva da Costa (*Im memoriam*) .

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) , especialmente, ao assentamento Nova Suíça e toda Brigada Carlos Mariguella da regional recôncavo baiano .

A Campanha Reaja ou será Morta/a por ser escola política de autodefesa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América – Brasil e países selecionados 1980-2006.-----	24
Tabela 2- Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio – Brasil (em 1.000 pessoas)-----	25
Tabela 3- Evolução do número de pobres na área rural (em 1.000 pessoas).-----	25
Tabela 4- Categorias de cor/raça no Assentamento Nova Suíça-----	33
Tabela 5- Recorrência das categorias de cor/raça-----	34
Tabela 6- “Paisagem” racial do Assentamento Nova Suíça-----	36
Tabela 7- Distribuição da população residente na área rural por cor/raça: Brasil e Grandes Regiões 2009-----	37
Tabela 8- Participação da população negra nos assentamentos do MST-----	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplo da forma de organização MST.-----	31
Quadro 2- Troncos” representacionais de sentidos e significados apreendidos na participação observante no Curso de formação Reforma Agrária e Questão Racial-----	84
Quadro 3- Assentamentos com denominações referentes à memória política da resistência negra-----	86

SUMÁRIO

Lista de tabelas-----	7
Lista de quadros-----	8
Resumo-----	11
Abstract-----	12
Introdução-----	13
Capítulo 1 - ORGANICIDADE E CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO ASSENTAMENTO NOVA SUIÇA -----	20
1.1 O Assentamento Nova Suíça-----	20
1.2 MST e organicidade política a partir da dimensão sociocultural-----	26
1.3 A organicidade do Assentamento Nova Suíça-----	28
1.4 Amostra de autoclassificação por raça/cor no Assentamento Nova Suíça-----	32
Capítulo 2- FUNDAMENTOS TEORICO-METODOLOGICOS DE UMA ETNOGRAFIA MILITANTE -----	40
2.1. Princípios epistemológicos de uma abordagem etnográfica militante-----	40
2.2. Fundamentos teórico-metodológicos de uma etnografia militante-----	46
2.3. Recursos metodológicos de uma etnografia militante: Participação Observante, assimetria e simetria racial no campo.-----	52
Capítulo 3-UMA ETNOGRAFIA EM MOVIMENTO: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA HEGEMONIA RACIAL BRASILEIRA -----	57
3.1 Democracia racial: Uma ideologia de hegemonia racial -----	58
3.2 Narrativas e contra-narrativas na hegemonia racial brasileira -----	69
3.3. O mito corrompido: guerra de posições na hegemonia racial brasileira -----	76
Capítulo 4 -- A QUESTÃO RACIAL NA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRANCA MARXISTA: EUROCENTRISMO, RACISMO E DEMOCRACIA RACIAL NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA -----	92
4.1. A questão racial na III Internacional Comunista (1919-1943) -----	95
4.2. A questão racial na esquerda branca marxista no Brasil (1922 a 1980).-----	102
4.3. Os limites organizacionais da questão racial no MST: Eurocentrismo e democracia racial -----	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	125
6. REFERENCIA BIBLIOGRAFICA-----	130
7. ANEXOS-----	140
7.1 Documentos estudados-----	141
7.2 Depoimentos colhidos -----	142

7.3 Questionário	143
7.4 I Caderno de Formação	147
7.5 Cartaz Caminhada Pela Consciência Negra e Sem Terra	149
7.6 Cópia do Convite para o Encontro Estadual do MST	150
7.7 Registros Fotográficos	151
7.8 Discografia Consultada	156

SOU SEM TERRA SOU NEGÃO: RAÇA, RACISMO E POLÍTICA RACIAL NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

RESUMO: A investigação em curso pretende traçar uma etnografia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que intercale dois níveis complementares de análise; 1- uma incursão etnográfica sobre significados e sentidos de raça e racismo, em sujeitos sociais de um assentamento rural vinculado a estrutura organizacional do MST, 2 investigar como historicamente tem se dado o processo de o aspecto organizacional da incorporação do pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida características. Para tal empreendimento, adoto do ponto de vista metodológico e, também político uma perspectiva antropológica militante (PIERRE,2008) advinda da tradição de estudos da diáspora negra de Austin-Texas/EUA (GORDON, 1997; VARGAS, 2008-2010-2012; PIERRE, 2008; AMPARO, 2011).

Palavras-chave: MST; Raça; Política Racial; Movimento Negro, Esquerda Branca Marxista

AM WITHOUT EARTH AM NEGÃO: RACE, RACISM AND RACIAL POLITICS IN MOTION OF WORKERS RURAL LAND WITHOUT

ABSTRACT: A investigação em curso pretende traçar uma etnografia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que intercale dois níveis complementares de análise; 1- uma incursão etnográfica sobre significados e sentidos de raça e racismo, em sujeitos sociais de um assentamento rural vinculado a estrutura organizacional do MST, 2 investigar como historicamente tem se dado o processo de o aspecto organizacional da incorporação do pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida características. Para tal empreendimento, adoto do ponto de vista metodológico e, também político uma perspectiva antropológica militante (PIERRE,2008) advinda da tradição de estudos da diáspora negra de Austin-Texas/EUA (GORDON, 1997; VARGAS, 2008-2010-2012; PIERRE, 2008; AMPARO, 2011).

Key words: MST; Raça; Política Racial; Movimento Negro, Esquerda Branca Marxista

INTRODUÇÃO

*Às vezes eu acho,
 Que todo preto como eu,
 Só quer um terreno no mato,
 Só seu.
 Sem luxo, descalço, nadar num riacho,
 Sem fome,
 Pegando as frutas no cacho
 Mano é o que eu acho e quero também*
Racionais Mc

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge em 1984, com a realização de seu primeiro encontro nacional em Cascavel-PR, com a proposta de articular a luta pela terra dos trabalhadores/as rurais a nível nacional. Aparece no seio de uma conjuntura política específica que é a retomada da luta pela democracia no Brasil e a formação de outros movimentos sociais populares que se espalhavam pelo território nacional, no início dos anos 80 (STÉDILE & GORGEN; 1993).

Em seus anos de história se constituiu como o maior movimento social de massas da América latina e um dos maiores do mundo. Contemporaneamente se faz presente em todos os estados brasileiros, organizando cerca de 300 mil famílias, em torno de uma estrutura organizativa ampla que articula desde núcleos de base a direções nacionais (MST, 2011). Além de uma máquina organizacional interna o MST construiu articulações em rede com centrais sindicais, movimentos sociais feministas, entidades do movimento negro, comunidades quilombolas, povos indígenas, partidos políticos de esquerda, intelectuais e simpatizantes dos mais variados setores da sociedade brasileira (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007).

Nesse contexto, nos últimos 15 anos o MST vem construindo um programa de alianças políticas transversais e passa a se afirmar como uma organização popular que está para além da luta por reforma agrária. Desse modo busca consolidar a cada ano uma pauta multidimensional que articule o tradicional programa de emancipação classista com bandeiras de lutas como; cultura reforma agrária, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular (MAGRINI; LAGO, 2012-2013). Nesse mesmo período de tempo, o discurso antiracista foi disseminado através da agenda política protagonizada pelo movimento negro, nos vários setores da sociedade brasileira,

principalmente a partir da década de 90, com as discussões sobre a necessidade de políticas compensatórias e afirmativas para a população negra. Esses novos rearranjos na política racial no Brasil, foram disseminados no âmbito dos movimentos sociais urbanos e, recentemente, ganha espaço também nos movimentos sociais rurais (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007). É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nos últimos 15 anos vem integrando a sua agenda política de lutas, discussões que pretendem problematizar a paisagem racial brasileira, sem deixar de lado o conceito de classe, orgânico ao Movimento. Nesse sentido, o MST

(...) procura nestes primeiros anos, do século XXI, fazer uma leitura política da realidade étnico-racial em seu interior, mesmo não abandonando as clássicas leituras que dicotomizam classe e raça, no Brasil. Eles estão superando os velhos jargões classistas a fim de dar um passo à frente em sua organização, juntando três categorias analíticas (classe, raça e gênero)... como partes simultâneas na luta política e econômica no Brasil e da disputa por projetos hegemônicos para o país (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.147).

De maneira geral, os estudos sobre a questão agrária no Brasil e os movimentos contemporâneos de luta pela terra possuem uma vasta bibliografia nos mais variados campos das ciências humanas (MARTINS, 1995; PRADO, 1987; STÉDILE & GORGEN; 1993). Entretanto, tais pesquisas, desde as suas origens em meados da década de 80, se voltaram quase que exclusivamente para as relações de classe existentes no campo e na formação/constituição dos movimentos de luta pela terra, desconsiderando a multiplicidade de relações estabelecidas entre os sujeitos que compõem os movimentos, como por exemplo, as relações raciais. Contudo, nos anos iniciais do século XXI, as pesquisas focadas na esfera agrária, muitas vezes com aportes materialista e economicista, deram lugar a novas abordagens, métodos e categorias conceituais, que vem sendo utilizados, para investigar a multiplicidade de relações estabelecidas pelo movimento social e sujeitos sociais que o compõe.

Temas como a dimensão pedagógico-sociocultural do Movimento (CALDART, 2004), o seu caráter socioterritorial (FERNANDES, 1996), a produção de uma história e memória própria (BORGES, 2010), as relações/representações de gênero assimétricas, entre homens e mulheres no interior do Movimento (RUA; ABRAMOVAY 2000; GONÇALVES, 2009; FURLIN, 2009) e mais recentemente, discussões sobre a questão racial/ relações raciais (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007; SOUZA,

2009) são exemplos das novas abordagens, temáticas e conceitos, utilizados nos estudos contemporâneos, sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É nessa conjuntura que nos últimos 10 anos algumas pesquisas buscam compreender como o MST tem reavaliado seu programa de emancipação classista e incorporando a sua pauta por justiça social questões referentes a raça, racismo, discriminação racial e política racial de forma geral.³

Essa mudança de ordem acadêmica reflete, sobretudo, um novo momento histórico na política racial brasileira. Desse modo, a tênue transformação no tradicional programa de transformação classista do MST, se constitui diante de uma conjuntura de novos rearranjos na política racial(HANCHARD,2001) nos últimos 30 anos, sobretudo, diante da guerra de posições (HALL,2002) protagonizada pelo movimento negro contemporâneo,que tem dilatado o debate e luta política contra o racismo e desigualdades raciais por variados setores da sociedade brasileira, inclusive, no interior dos movimentos sociais tradicionalmente classistas. Por outro lado, historicamente a esquerda branca marxista tem sérios entraves na politização da pauta racial, que de acordo autores como Abdias do Nascimento (1980) e Carlos Moore (2012), reflete o fato do marxismo-leninismo estar tão intrinsecamente enraizado em uma ideologia-política eurocêntrico-racista, que a incorporação da questão racial na plataforma política de organizações da esquerda branca ,marxista não passa da tentativa de manutenção da hegemonia política da classe trabalhadora branca na direção/comando do processo revolucionário mundial (MOORE 2010; NASCIMENTO 2002; GROSGOUEL 2012).

É sobre esse ponto de tensão na política racial; entre a agência política da esquerda branca marxista e a guerra de posições (Hall, 2002) protagonizada pelo movimento negro na esfera pública, que pretendo traçar uma etnografia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,que intercale dois níveis complementares de análise; 1- uma incursão etnográfica sobre significados e sentidos de raça e racismo, em sujeitos sociais de um assentamento rural vinculado a estrutura organizacional do MST, 2 investigar como historicamente tem se dado o processo de incorporação organizacional da da pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida

³ Para mais informações sobre pesquisas que intercalam MST e questão racial ver: FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007; SOUZA, 2009, MAGRINI; LAGO, 2012-2013, FERREIRA, 2013.

características eurocêntrico-racistas compõem aspectos da política organizacional do Movimento.

Tais dimensões, não estão compartimentadas em “blocos”, ou capítulos específicos da dissertação, na verdade, ancorados metodologicamente pela *participação observante* (VARGAS, 2008) foi possível aprender, que significados e sentidos de raça e racismo estão mergulhados no cotidiano nas relações sociais, em conformidade, com os (des) caminhos da política racial em uma sociedade onde o Estado e os grupos políticos de esquerda e direita, compartilham de uma mesma matriz cultural racista. É importante ressaltar que adoto, do ponto de vista metodológico e, também político, uma perspectiva antropológica militante⁴ advinda da influencia da tradição de estudos da diáspora negra de Austin-Texas/EUA (GORDON, 1997; VARGAS, 2008-2010-2012; PIERRE, 2008; AMPARO, 2011). Com isso quero dizer que a tecnologia política que acesso em minha militância política em organizações comunitárias negras⁵, juntamente com minha condição de antropólogo publico (MARCUS,2005) negro comprometido com as lutas políticas por justiça social⁶, me instrumentaliza também no plano metodológico, especialmente, do ponto vista do acesso ao material etnográfico empírico e análise de dados⁷.

Nossa perspectiva antropológica militante parte de uma noção de um *discurso racial posicionado*, que pretende tencionar a análise etnográfica a partir da condição de subalternidade social e sujeição racial que o autor está inserido em um contexto de um sistema mundo supremacista branco (HARAWAY, 1995; ROSALDO, 1989). Tal totalidade é levada em consideração não apenas do ponto de vista do engajamento político-etnográfico, mas, especialmente, no pleno reconhecimento de que o pessoal e o político são

⁴No capítulo II discorrei sistematicamente sobre meus fundamentos metodológicos-militantes.

⁵O autor é um dos articuladores da Campanha reaja ou será morta/o, uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.

⁶ O autor é também colaborador ativo do MST. Sobretudo na área de atuação d educação popular e politica cultural em áreas de reforma agraria vinculadas ao Movimento.

⁷ Para mais informações sobre Antropologia militante ver em Vargas (2010;2012;2012).

também acadêmicos, e como tais, são instrumentais relevantes para o refinamento teórico-metodológico de um conhecimento etnográfico verdadeiramente crítico.

Outro aspecto a ser levantado, agora do ponto de vista teórico, é um conceito que nos é caro e central em nossa etnografia militante: raça. Há um largo debate nas ciências sociais sobre a viabilidade/operacionalidade do conceito de raça e processos de racialização na contemporaneidade, não entraremos nessa contenda, desde já, demarco aqui minha posição que me filio a corrente de pensadores que reafirma a operacionalidade conceitual e política da idéia de raça nas dinâmicas de poder da sociedade contemporânea (GUIMARAES, 2002-2005; MUNANGA, 2004; PINHO, 2008; MOORE, 2012, FIGUEIREDO, 20012). Nesse contexto, parto de uma noção consensual entre os “*defensores da raça*” de que as raças ao serem estudadas pelas ciências sociais devam ser tratadas como de fato são. Ou seja, estudar as raças nas ciências sociais, só possui uma validade e sentido, ao inserirmos as mesmas, no bojo de teorias sociais que abarquem a sua característica de construção social que orienta praticas cotidianas, sentidos e significados sobre o mundo vivido (GUIMARAES, 2002-2005). Entretanto, para os fins de nossa empreitada etnográfica militante, largueamos o conceito a partir da contribuição do cientista político negro Michael Hanchard (2001).

Segundo Hanchard (2001), além da dimensão social as raças têm que ser compreendidas a partir das dinâmicas de poder que estão envolvidas. Ou seja, em seu aspecto político. Nessa perspectiva, raça não apenas orienta os sentidos e significados sobre o mundo, mas também, é um marcador social estrutural na disputa dos grupos sociais por bens, serviços, meios de produção, expectativa de vida e no ordenamento das desigualdades sociais ou privilégios sociais. Desse modo pactuamos com Hanchard, e é nesse prisma, que raça é operacionalizada em nosso estudo,

O termo raça, tal como é usado neste estudo, refere-se ao emprego de diferenças fenotípicas como símbolos de distinções sociais. Os significados e as categorias raciais são construídos em termos sociais, e não biológicos. Esses símbolos, significados e práticas materiais distinguem sujeitos dominantes e subordinados, de acordo com suas caracterizações raciais. Nesse sentido, as relações raciais são também de poder. Ser negro na sociedade brasileira, por exemplo, geralmente significa ter um padrão de vida inferior e menos acesso a serviços de qualidade nas áreas de saúde e educação do que os brancos, mas significa também criminalidade, licenciosidade e outros atributos negativos, considerados inerentes às pessoas de ascendência africana (HANCHARD, 2001, p. 30).

Também munido por Hanchard, compreendo que efetuar um estudo etnográfico sobre significados e sentidos acerca de raça é tocar em um aspecto muitas vezes negligenciado pelos estudiosos das relações raciais; a noção de *política racial*. O conceito de política racial pressupõe que há uma dinâmica latente entre os grupos raciais e, mais que isso, parte do princípio que quase toda política de uma determinada formação social multirracial parte, mesmo que tacitamente, do conjunto de sentidos e significados acerca da raça que essa sociedade construiu/compartilha historicamente. Nesses termos, ao efetuar uma etnográfica militante sobre significados e sentidos sobre raça em uma organização tradicionalmente classista, evidencio o aspecto da *política racial* que se faz presente dentro e ao entorno do Movimento, que está dentro de um contexto de uma sociedade historicamente racializada. Ou seja, quando falo de raça, estou também discorrendo sobre a dimensão da política racial que é intrínseca ao conceito. Retomando Hanchard,

A perspectiva da política racial, portanto, implica mais do que uma simples mudança terminológica. Acarreta também uma abordagem que estabelece que, nas sociedades multirraciais, quase toda política envolve diferenças, antagonismos e desigualdades raciais. Isso não quer dizer que toda política dessas sociedades possa ser definida em termos de raça, mas que quase todas as dimensões da vida política – No nível do Estado, da sociedade civil e das formações culturais e materiais – repercutem nas relações de poder entre e dentro dos grupos racialmente definidos de maneira que não podem ser reduzidas as “variáveis” de classe e nação (HANCHARD, 2001 p32).

No que concerne à estrutura da dissertação esta divida em quatro capítulos complementares. No primeiro capítulo a partir da aplicação de um questionário de grupo doméstico, traçamos um perfil socioeconômico do assentamento Nova Suíça e localizados nossa unidade de análise primária na estrutura organizacional do MST. Também apresentamos uma amostra da composição étnico-racial do assentamento, que contrastada com dados gerais do mundo rural brasileiro, foi possível dimensionar em que medida o MST possui no grosso de suas fileiras um contingente expressivo da população negra, configurando assim, em uma organização política de luta pela terra constituída majoritariamente por uma superpopulação de negros/as (SOUZA, 2009).

No segundo capítulo exponho de forma sistemática, em que medida, me referencio no instrumental metodológico de uma nova geração de intelectuais-militantes negros/as, influenciados/as pela intitulada *Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA*. Militantes-intelectuais negros/as, que não querem ser apenas *destacados e ordeiros*

buscadores da veracidade (DUBOIS, 1999). Essa nova prole está construindo novas metodologias etnográficas na constituição de uma antropologia radical negra brasileira. Munido desses referenciais, defendo como minha condição subalterna de homem negro (CLEAVER, 1971), a experiência pessoal enquanto militante de um movimento negro comunitário e minha colaboração junto ao MST, são aspectos constituintes e legítimos para apreensão de um conhecimento etnográfico que não poderia ser acessado sem um exercício etnográfico conscientemente posicionado e politicamente engajado (GORDON, 1997; PIERRE, 2008; VARGAS, 2008).

Em uma terceira sessão, realizaremos uma investigação etnográfica sobre os sentidos e significados de raça e racismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da análise sistemática de material etnográfico que colhemos em aproximadamente um ano e meio de investidas regulares a campo, entre a metade do ano de 2012 e o início do ano de 2014. Nesse sentido, no intento de capturar as variadas *vozes* no interior do Movimento, efetuamos uma *etnografia em movimento* a partir da *participação observante* em reuniões, Marchas, congressos e mobilizações políticas do MST. Além de anotações no diário de campo, arrolamento de documentos programáticos do Movimento e a realização de entrevistas semiestruturadas com assentados/as da comunidade Nova Suíça, dirigentes políticos do MST e também militantes do movimento negro.

Por fim, no último capítulo, é investigar o aspecto organizacional da incorporação do debate/pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida características eurocêntrico-racistas compõem aspectos da política organizacional do Movimento. Nossa análise terá dois níveis complementares; um histórico e uma análise organizacional. Histórico no sentido de percorremos a história e trajetória da (não) incorporação da questão racial na estrutura organizativa da esquerda branca marxista. Também organizacional, pois a luz de documentos programáticos, entrevistas e análise de símbolos do Movimento, efetuo uma etnografia organizacional do MST, apontando em que sentido aspectos eurocêntricos da tradição marxista-leninista e da ideologia racial dominante, fazem parte do arsenal ideológico do Movimento para a interpretação política da questão racial.

1. ORGANICIDADE E CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO ASSENTAMENTO NOVA SUIÇA

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negro,
Sou revolução!- Musica de Raumi Souza,
Militante do Coletivo Nacional de Cultura
do MST

1.1. O Assentamento Nova Suíça

O assentamento Nova Suíça encontra-se nas cercanias do município de Santo Amaro da Purificação, aproximadamente a 5,0 km da cidade. Possui um total de 2700 hectares, sendo que 1821 são próprios para o plantio agrícola, além de uma área de preservação ambiental de mata atlântica. O assentamento é a concretização de um processo de articulação política desencadeada pelo MST-BA nos idos dos anos de 1995, quando o Movimento⁸, tomou a decisão estratégica de territorializar-se na região do recôncavo baiano, com os fins de aproximar a luta por reforma agrária dos grandes centros urbanos, especialmente, da capital do Estado da Bahia. É nesse contexto que em 5 de maio de 1996 cerca de 700 famílias organizadas pelo MST ocupam a fazenda Nova Suíça, fundando assim uma regional do Movimento no recôncavo da Bahia (DE MORAIS,2012).

Contemporaneamente o assentamento Nova Suíça tem cerca de 35 famílias residentes. A comunidade possui ruas de terra iluminadas por postes, casas em sua maioria ainda no “reboco”, grandes quintais que possuem arvores frutíferas , pequenas hortas e criações de animais de pequeno porte. É possível ver em algumas das casas bandeiras do MST hasteadas ou presas nas portas ou janelas. As construções são visivelmente de famílias de baixa renda ou como os próprios agentes costumam dizer “de gente pobre, mas que luta”.

No centro da comunidade se encontra a escola comunitária *Ernesto Che Guevarra*, possuindo duas grandes salas de aula, uma cozinha e uma biblioteca. A escola atende ao publico da própria comunidade, especialmente, crianças de 3 a 10 anos durante os turnos da manhã e a noite recebe jovens e adultos em estagio de alfabetização. Logo na entrada há

⁸Quando utilizo a palavra Movimento com letras maiúsculas me refiro especificamente ao MST

a pintura de uma bandeira do MST, uma imagem em tamanho real do guerrilheiro que a escola homenageia no nome, além de um grafiit com uma mulher negra com turbante, onde tem os dizeres “ Povo Negro Unido”.

Distante do núcleo urbanizado do assentamento Nova Suíça encontram-se a casa de farinha, lotes de terras coletivos e individuais, onde os moradores cultivam as produções para venda, como aipim, mandioca, banana, feijão, abacaxi, dentre outros gêneros alimentícios. Há também rios, cachoeiras e uma reserva de mata atlântica dentro do território destinado a uso para reforma agrária.

Uma característica preponderante do assentamento Nova Suíça e da Brigada Carlos Marighella⁹ de forma geral, é o grande contingente populacional de pessoas que tiveram uma experiência de vida nas periferias das grandes cidades e migraram para o campo ao se integrarem as fileiras do MST. Na verdade, poucos são os moradores que são “*genuinamente camponeses*”. O perfil do morador/a do assentamento são homens, mulheres, seus filhos e parentes, que saíram de suas respectivas cidades a partir do ingresso no processo de luta por reforma agrária. Esse perfil reflete visivelmente no cotidiano do assentamento, na forma de se vestir, falar, padrões de consumo e no mundo do trabalho dos agentes. Muitos dos moradores possuem vínculos fortes com familiares em centros urbanos e há um grande fluxo de jovens que trabalham alguns meses em cidades como Salvador ou Feira de Santana e retornam para o assentamento. Há também quem mesmo não indo para cidades tão distante trabalham na cidade de Santo Amaro, na construção civil ou em fabricas no entorno e retornam todos os dias para o assentamento. Sendo assim vida urbana e rural se inter cruzam na dinâmica cotidiana da comunidade.

Tal particularidade se conjectura também nos assentamentos e ocupações próximas, como reflexo da própria tradição do trabalho de base realizado pelo MST na articulação de ocupações próximas a centros urbanos, onde, o recrutamento das pessoas se dá em cidades de médio e grande porte como; Cachoeira, Santo Amaro, Simões Filho, Candeias, Camaçari, Feira de Santana e mesmo em Salvador. Nesse contexto o assentamento Nova Suíça reflete uma singularidade do MST no recôncavo da Bahia, que é a aguda presença em suas fileiras de moradores de periferias e favelas das grandes cidades,

O trabalho de base realizado nesta região guarda a forte peculiaridade de trabalhar com um público de trabalhadores que não se identificam completamente com a condição de camponês, seja pela influência da

⁹ Mais a frente sistematizaremos como o MST se organiza e falaremos sobre o significado do termo Brigada.

cidade e seus valores consumistas, seja pelo fato de que a base do MST no Recôncavo majoritariamente consiste em moradores das periferias das grandes cidades (DE MORAIS, 2012, p.25).

Do ponto de vista da realidade socioeconômica do assentamento pudemos apreender, a partir da aplicação do questionário de grupo doméstico¹⁰, que 100% das famílias não possuem uma rede de esgoto regular, utilizando uma fossa séptica como destino dos dejetos, além de não terem acesso à coleta de lixo regular, desse modo, enterram ou queimam o lixo orgânico e inorgânico. 92% das famílias possuem uma renda mensal menor que um salário mínimo, 6% dispõem de uma renda mensal de um salário mínimo e 2% angariam por mês mais de um salário mínimo.

No que tange o acesso a políticas sociais 40% são assistidos pelo Programa Bolsa Família ou outros programas de transferência de renda do governo federal, 20% estão com benefícios cancelados e 40% não são assistidos por nenhum tipo de programa, apesar de afirmarem terem o perfil socioeconômico. Ao que incide o mundo do trabalho, 95% das famílias afirmaram serem trabalhadores/as rurais. Dessas famílias, 80% afirmaram que além do labor na agricultura, efetuam atividades complementares, definidas apenas como “biscates” e 15% pontuaram que subtraem a maior parte de sua renda da agricultura e 10% das famílias que participaram do GD possuem algum aposentado na família.

Apenas 5% das famílias afirmaram que não possuem uma atividade substancial\constante na agricultura, tendo como principal fonte de renda benefícios de políticas públicas ou relações salariais fora da comunidade. No contexto do acesso a educação mais da metade, cerca de 65% não concluíram o ensino básico, pouco mais de

¹⁰ Nos dias 15/06/2013 e 16/06/2013 aplicamos um questionário de grupo doméstico (QGD) em 30 famílias residentes na comunidade. Nesse questionário realizamos uma triagem sobre questões referentes a renda familiar, acesso a políticas sociais, saneamento básico educação , condições de moradia e autotranscrição racial. Tais informações foram imprescindíveis para compreensão do modo como o sistema de classificação racial e as relações raciais são estruturadas na comunidade analisada, tendo em vista que, a posição socioeconômica e étnico-racial estão em constante interação e se estruturam mutuamente (FERNANDES, 1965; HASENBALG, 1979; PINHO, 2010; FIGUEIREDO, 2012).

15% terminaram o ensino médio e apenas uma pessoa do assentamento cursou nível superior.

Tais dados sobre a realidade socioeconômica do assentamento Nova Suíça, que apontam altos índices de pobreza e um quadro de desigualdades sociais de forma geral, acompanham a leitura política do MST, sobre a constituição e estruturação das desigualdades crônicas que afligem a sociedade brasileira. Para o Movimento, a histórica concentração de terras no Brasil é parte fundante da ordem estabelecida desigual vigente na sociedade brasileira seja no campo ou na cidade, e conseqüentemente, nos Assentamentos Rurais Vinculados ao MST. Como ressalta o próprio Movimento,

A concentração de terras é uma das maiores cicatrizes do nosso país, em que poucos latifundiários controlam boa parte das terras. As consequências desse problema social histórico são a pobreza no campo, o desrespeito aos direitos sociais, a falta de emprego, a superexploração do trabalho. Isso impede o desenvolvimento das áreas rurais no país e incentiva a saída das pessoas do campo (o chamado êxodo rural), que amplia os problemas sociais nas cidades (MST, 2010, p.14).

Nessa conjuntura de histórica desigualdade fundiária o Brasil segue como o país com a maior concentração de terras e renda da América Latina, como aponta a tabela abaixo sobre o Índice Gini¹¹. Segundo esse mesmo índice o município de Santo Amaro apresenta marcadores entre 0,979 e 0,911. Tendo em vista que tal índice é utilizado pelo INCRA para mensurar o grau de concentração de terra em uma região, o assentamento Nova Suíça está localizado em uma das áreas de maior concentração de terras e renda da América Latina, superando até mesmo o patamar que o Brasil ocupa no índice Gini.

¹¹É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a um, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente

TABELA 1– Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América – Brasil e países selecionados 1980-2006

Pais	Ano	Gini
Argentina	2002	0,850
Bahamas	1994	0,872
Barbados	1989	0,928
Bolívia	1989	0,768
Brasil	2006	0,854
Canadá	1991	0,640
Colômbia	1990	0,774
EUA	2002	0,780
Jamaica	1996	0,790
Panamá	2001	0,750
Paraguai	1990	0,930
Porto Rico	1980	0,776
Uruguai	2000	0,790

Fonte: Incra. O Brasil Desconcentrando Terras; MDA – Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil; IBGE. Censo Agropecuário e Banco Mundial – World Development Report 2008. Elaboração: DIEESE.

Outro marcador socioeconômico rural importante são os dados disponibilizados pelo último Censo agropecuário que abrange uma avaliação progressiva do meio rural entre os anos de 1999 e 2011. Segundo os dados do Censo a população do Rural segue acometida por agudas desigualdades socioeconômicas fundamentais, como o não saneamento básico, água encanada, baixos rendimentos salariais, moradias precárias e uma educação de baixíssima qualidade. O documento também aponta que o número de famílias pobres no meio rural tem diminuído timidamente entre os anos de 1999 a 2009, entretanto, se compararmos o meio urbano e o meio rural brasileiro veremos que a taxa de pobreza da população rural é maior em relação a quem vive nas cidades, conforme tabela abaixo. Sendo assim, o meio rural segue historicamente como um lugar social de pobreza, penúria e miséria. O assentamento Nova Suíça, como assinalamos anteriormente, acompanha essa realidade geral do campo brasileiro.

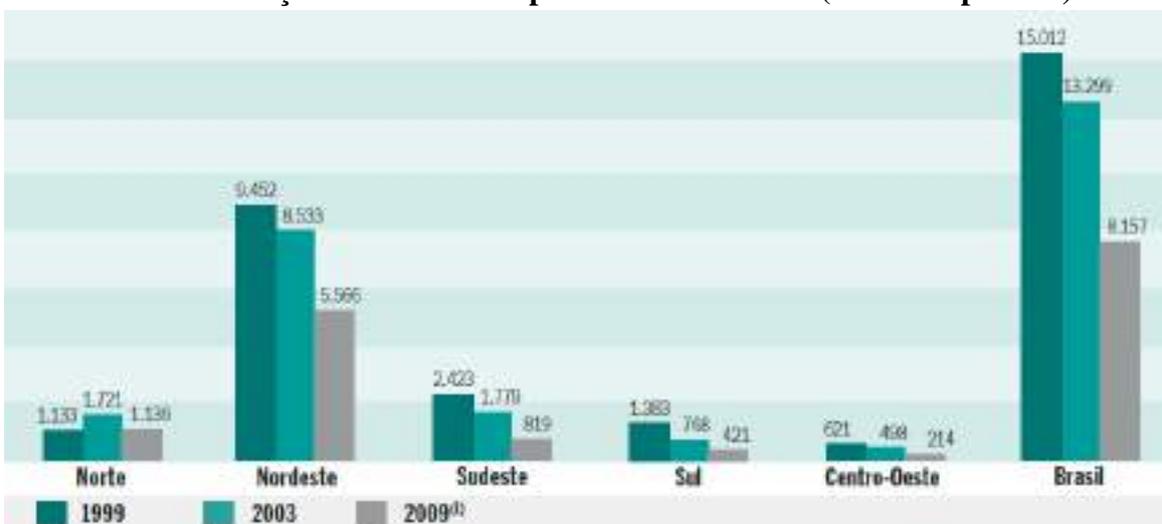
TABELA 2 – Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio – Brasil (em 1.000 pessoas)

Localização	1999		2003		2009 ⁽¹⁾		Variação 2003/2009	
	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)
Metropolitana	9.003	19,1	12.208	22,0	6.535	11,0	-5.673	-8,1
Urbana	20.027	25,5	24.598	26,1	14.864	14,4	-9.734	-11,2
Rural	15.012	42,7	13.299	45,4	8.174	28,4	-5.125	-14,4
BRASIL	44.043	27,8	50.105	28,1	29.574	15,4	-20.531	-12,4

Fonte: Del Grossi, M.E; Elaboração: DIEESE.

Ainda segundo o mesmo documento, o Nordeste brasileiro possui o maior número populacional de pobres em área rural (ver tabela abaixo). Região essa, que possui o maior contingente populacional da população negra e onde se concentra os Estados mais pobres do Brasil (CENSO,2010).

TABELA 3 – Evolução do número de pobres na área rural (em 1.000 pessoas)



Fonte: Del Grossi, M.E; Elaboração: DIEESE.

Tanto os dados disponibilizados pelo questionário de grupo domésticos quanto as informações gerais da estrutura socioeconômicas no meio rural são imprescindíveis para compreensão do *terreno material* que o sistema de classificação racial, e mais que isso, os processos de racialização, raça e racismo são agenciados, vivenciados e reproduzidos pelos assentados/as da comunidade Nova Suíça, atentando, sobretudo, para complexa interação entre as categorias raça e classe. Como afirma acertadamente Octavio Ianni,

Não há por que ter medo da questão de raça e classe. Isso mesmo. Não há saída. A classe não é uma categoria rígida, fechada, restrita a definição que um certo partido fez, como se ela esgotasse todas as realidades. Classe é um complexo de significados. A condição básica da classe é a inserção dos indivíduos, das coletividades no processo de trabalho. E é claro que aí entram negros e brancos (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005, p.48).

1.2. MST e organicidade política a partir da dimensão sociocultural

Um assentamento¹² é a concretização de um processo de luta política deflagrada a partir das ocupações de latifúndios de terras improdutivas. Possuem características diferenciadas das ocupações, que são, basicamente, seu caráter fixo em um território, uma condição jurídica legal e o desenvolvimento de agricultura/pecuária familiar. Assentamentos rurais são *organismos político-sociais fixos* (FERNANDES, 1994), isto é, fazem parte de um espaço territorial delimitado, com uma organização político-organizacional interna própria, o que o torna, uma unidade social-produtiva, diferenciada no meio rural brasileiro, pois esta interligada ao aparelhamento político organizativo de um movimento social de luta pela terra¹³.

Primeiramente é preciso ser dito que a categoria individual de sem terra, ou seja, aquele/a trabalhador que teve a posse ou a propriedade da terra expropriada é uma condição tão antiga quanto a própria instituição da propriedade privada ou da sociedade colonial (MARX & ENGELS, 2006; PRADO, 2008). Em segundo lugar é preciso advertir que o processo político de luta pela terra desencadeado pelo MST, construiu no decorrer dos anos, uma identidade político-social denominada Sem Terras, de maneira que, ainda após a conquista da terra a partir da legalização do assentamento rural, mesmo “*com-terra*”, os sujeitos sociais engajados no Movimento continuam a se identificando como Sem Terras e são reconhecidos por outros externamente como tais (CASTELO BRANCO, 2003).

¹² Para o MST há uma diferenciação entre ocupações e assentamentos. As ocupações são situações transitórias, emergenciais, de constante tensão política, baseada na “economia de guerra”, juridicamente ilegais, ou seja, um espaço de sociabilidade instável. Os assentamentos pelo contrário, estão em uma condição política, econômica e jurídica mais estável.

¹³ No caso específico da presente pesquisa é o Assentamento Nova Suíça que está sobre a coordenação do MST.

Nesse contexto, a identidade social de Sem Terra construída no cotidiano das interações e na luta política, ligam subjetivamente os sujeitos sociais que atuam no MST ao amplo quadro de luta pela reforma agrária, além de, atribuir um compromisso dessas comunidades rurais com o Movimento, que através de sua agência política-cultural, procura conferir ao território coletivo do assentamento (e aos assentados) uma intrincada rede de representações, símbolos, valores e significados referentes ao MST. Ou seja, para além do espaço físico o Movimento busca construir unidade organizacional através da politização de uma dimensão *sociocultural* (CALDART, 2004).

O MST vem construindo ao longo dos anos um conjunto articulado de significados, símbolos, sentidos e projetos coletivos de sociedade, que extrapolam a tradicional luta política pela terra e passa a ser um poderoso agente de formação de *novos sujeitos sociais* que fazem parte de uma *coletividade em luta* (SCHIMITT, 1992). Nessa perspectiva, Sem Terra não significa apenas o trabalhador rural que não possui terras para cultivar, mas sim, uma identidade coletiva construída a partir da inserção desses sujeitos sociais em um processo sociocultural, que é também político. Desse modo, mesmo constituindo-se de maneiras plurais no tocante a gênero, raça/cor, com diferenças regionais, de geração, sendo ocupantes ou assentados, os Sem Terra compartilham alguns sentidos, significados e valores sobre o mundo vivido oriundos da agência política do Movimento que se entende também como *sociocultural*. Conforme aponta Caldart,

Este Sem Terra, formado pela dinâmica de luta pela reforma agrária e do MST, pode ser entendido também com um novo *sujeito sociocultural*, ou seja, uma coletividade que cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que podemos talvez chamar de um *movimento sociocultural* que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas (CALDART, p.34, 2004).

Esse feitiço de *movimento sociocultural*¹⁴ presente no MST é de salutar importância para um Movimento de massas que busca construir unidade organizacional em comunidades rurais espalhadas por todo o Brasil, onde, estão inseridos uma complexidade de sujeitos sociais, com hábitos, jeitos, comportamentos, noções de vida e significados

¹⁴ É importante frisar que a noção de movimento sociocultural não é apenas um instrumento analítico, mas também, uma categoria nativa no léxico-discursivo do MST, presente em materiais de formação política do Movimento, como o caderno O MST E A CULTURA, publicado pelo setor nacional de formação (MST-CADERNO DE FORMAÇÃO 34, 200).

sobre o mundo vivido. Dessa forma, para o MST, a cultura é o instrumento político-metodológico que pode trazer mesmo que tacitamente, unidade no diverso (FERNANDES, 1989), ou seja, a construção do que o Movimento chama de organicidade. E mais que isso, para o MST, a cultura tem um papel estratégico no processo revolucionário que a organização reivindica estar inserido como aponta seus documentos para formação de quadros,

O desenvolvimento da cultura em uma organização como o MST deve estar em sintonia com os objetivos estratégicos para que, de fato, se consiga implementar as mudanças estruturais que se pretende. Este esforço deve transforma-se em valores permanentes conformando comportamentos em novas condutas (MST-CADERNO DE FORMAÇÃO N.34, p.91,200).

Cultura essa, que para o Movimento, está presente nas músicas, no cotidiano das relações em ocupações/assentamentos, nas concepções sobre o mundo, nos barracos de lona preta, no modo particular de organização-formação política de quadros e no próprio processo de enfrentamento político em marchas, passeatas, piquetes em rodovias ou ocupações de terras (MST-CADERNO DE FORMAÇÃO 34, 2000). É sobre esse aspecto sociocultural que pretendo explorar com os fins de empreender uma etnografia sobre os significados e sentidos sobre raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.3. A organicidade do Assentamento Nova Suíça

O conceito de *organicidade* foi construído historicamente nos movimentos sociais em alusão a palavra órgão. O corpo humano possui variados órgãos, que embora diversificados, trabalham conjuntamente com o mesmo objetivo. Nesse contexto do ponto de vista das organizações políticas, a organicidade é a competência que um movimento social tem de fazer com que sua matriz política-cultural, ou seja, seu modelo organizacional, valores, idéias, significados e símbolos transitem e articulem por todo o corpo da organização, seja do ponto de vista institucional, a própria subjetividade e atitudes dos sujeitos sociais que compõem suas fileiras (PELOSO 2002). No contexto específico do MST é através da construção da organicidade que o movimento socioterritorial de massas coordena politicamente as comunidades rurais que tem atuação e, sobretudo, estende sua matriz cultural ao cotidiano das relações sociais dos militantes. Dois

são os pilares fundamentais da organicidade; o grau de vinculação e adesão de sujeitos, grupos e territórios ao movimento e sua estrutura organizacional

A vinculação das famílias aos movimentos socioterritoriais¹⁵ de massa é um aspecto preponderante no estudo dessas organizações políticas. Segundo a literatura científica os graus de vinculação das famílias ao MST são bastante complexos, tendo em vista que, uma das características do movimento de massas é o intenso fluxo, refluxo e uma constante dinâmica social no interior do enorme contingente de sujeitos sociais que compõem as fileiras do Movimento¹⁶(FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007). A grande questão metodológica que quero responder na presente seção é; Quem serão atores sociais, ou seja, as famílias, grupos e sujeitos sociais no assentamento nova suíça que serão considerados como vinculados ao MST? E mais ainda, dentro da estrutura burocrático-organizativa do Movimento, onde, se localiza o assentamento?

É difícil realizar uma mensuração quantitativamente precisa sobre o grau de vinculação de famílias, grupos e sujeitos ao MST, desse modo, em nossa etnografia utilizamos uma referencia de caráter qualitativo. Partindo da *participação observante* em campo, adotamos a noção de que consideramos sujeitos, famílias ou grupos vinculados ao Movimento, aqueles que possuem algum membro nas instâncias de representação da organização ou participem pontualmente de ações do MST, como ocupações, marchas, formações ou congressos. Também consideramos como critério a quantidade de sujeitos sociais, grupos ou famílias, que mesmo não participando das atividades do MST se auto-classifiquem como Sem Terra. Nesse sentido, é importante ressaltar que em nossa empreitada na aplicação dos questionários de grupo doméstico, dos 30 questionários aplicados, 100% dos respondentes afirmaram participar do Movimento, além de apontar pelo menos um familiar de seu grupo doméstico que também se identificava como Sem Terra¹⁷ e/ou participavam de ações do MST.

Para além do grau de vinculação ao Movimento a organicidade também é compreendida a partir da alocação de determinado sujeito, grupo ou território a uma estrutura política-organizativa específica (BOGO, 2011; PELOSO, 2012). Por esse motivo

¹⁵Segundo a literatura corrente movimentos sociais socioterritoriais são aqueles que tem o território como elemento intrínseco de sua existência social e política. Ou seja, são caracterizados pela reivindicação, ocupação ou permanência em territórios (FERNANDES, 1996; 2000).

¹⁶ Segundo o MST são mais de três milhões de famílias vinculadas ao movimento abrangendo ocupações e assentamentos (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014). Nesse contingente a vários níveis de organicidade ao Movimento.

¹⁷ Quando estivermos nos referindo aos sujeitos sociais que participam/militam nas fileiras do MST, utilizaremos a grafia Sem Terra com letras maiúsculas, ou seja, uma condição de nome próprio.

vamos explorar com maior acuidade qual o lugar que o Assentamento Nova Suíça na estrutura organizacional do MST. Para tal feito, realizamos um estudo de alguns documentos de ordem organizacional do Movimento e contrastamos com nossa *participação observante* em campo (MST, 2005; 2007; 2009; 20012; 2014).

A unidade básica de organização do MST são os núcleos de Famílias¹⁸ são a célula base de organização dos assentamentos/ocupações vinculadas ao Movimento. Tais Núcleos são compostos em média por dez famílias, que possuem uma coordenação, composta em sua maioria por um homem e uma mulher. A principal função dos núcleos de famílias e suas coordenações é debater, solucionar e encaminhar as demandas/problemas do assentamento/ocupação para outras instâncias do MST (MST, 2007). Além dos NF¹⁹ existem no interior dos assentamentos/ocupações os Setores²⁰, estruturas organizacionais responsáveis por solucionar questões em áreas específicas. São compostos por representantes dos Núcleos de Família, em tese cada Núcleo deve indicar uma pessoa para cada setor, dessa forma, os debates travados no Setor são encaminhados aos Núcleos de Família e vice-versa (MST, 2005; NEPPA²¹, 2010).

Do ponto de vista de micro e macrorregiões o MST se organiza através de Brigadas Regionais, Estaduais e Nacionais. As Brigadas são compostas por assentamentos/acampamentos de municípios próximos, seu objetivo é articular/promover a luta do Movimento a nível local. Nossa unidade de análise, por exemplo, faz parte da intitulada Brigada Carlos Marighella, composta por três assentamentos da região do recôncavo baiano. As Regionais²² são responsáveis pela articulação do Movimento a nível regional e são compostas pelas Brigadas. Cada Regional possui um articulador/a político/a (CADERNO DE FORMAÇÃO 38, MST 2009; CADERNO DE DEBATES N.2, MST 2009). As coordenações estaduais e nacionais são compostas por representantes estaduais e nacionais e tem como função promover uma articulação entre as várias demandas estaduais e as pautas políticas nacionais do Movimento. Para melhor elucidar a estrutura

¹⁸ O fato dos Núcleos de Família, serem a “espinha dorsal” da organização político-social do MST, foi um dos aspectos levados em conta na adoção do questionário de Grupo Domestico como instrumental metodológico nodal no presente capítulo.

¹⁹ Núcleo de famílias

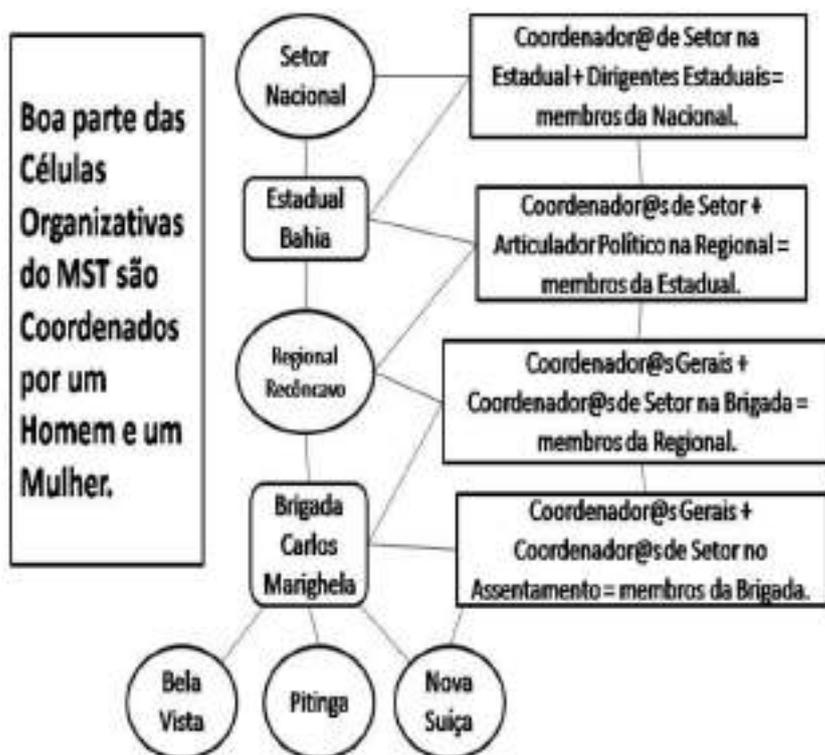
²⁰ São os seguintes setores atualmente no MST: Produção, Frente de Massas, Gênero, comunicação, saúde, cultura, formação, juventude e educação. Os setores não nascem naturalmente, são construídos através do pro-ativismo dos sujeitos sociais que compõem assentamentos/ocupações.

²¹ O Núcleo de Estudos em Política e Práticas Agrárias é um grupo de estudos vinculado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que possui estudos e projetos de extensão em áreas de reforma agrária vinculadas ao MST desde o ano de 2005.

²² Na Bahia a organização das Regionais se assemelha a divisão geográfica do Estado. São as Regionais; Norte, Nordeste, Oeste, Chapada Diamantina, Sudoeste, Sul, Extremo Sul, Baixo sul e recôncavo.

organizacional do MST, e, sobretudo, o lugar que nossa unidade de análise ocupa nessa estrutura, segue o seguinte quadro explicativo:

QUADRO 1- Exemplo da forma de organização MST



Fonte: Módulo de Estudo do Estagiário construído pelo Núcleo de Estudos em Política e Práticas Agrárias (NEPPA)

É necessário ressaltar que o modelo de organização do MST exposto anteriormente, não é uma camisa de força organizacional, ou mesmo posto em prática em sua completude em acampamentos/assentamentos por todo o Brasil. Tal organograma é um horizonte que a organização defende, todavia, apenas a dinâmica das relações sociais de assentamentos/ocupações, pode definir o quão alinhado os assentados/ocupantes estarão perante o padrão “ideal” que o Movimento agênci.

No *lôcus* em estudo do assentamento Nova Suíça, foi possível apreender na *participação observante* que diante da *estrutura orgânica*²³ que o MST busca alcançar na sua agência política nas comunidades rurais sobre sua coordenação, o assentamento nova suíça apresenta um grau elevado de organicidade, desde do ponto de vista de

²³ Por estrutura orgânica o MST entende o pleno funcionamento das instancias organizadoras do Movimento: coordenações, regionais e núcleos de base.

vinculação/atuação das famílias ao MST, a também, ao grau de adesão do assentamento a estrutura-organizacional proposta pelo Movimento. No que consta a estrutura organizacional, foi constatado a presença ativa de núcleos de famílias, setores internos atuantes, além da presença de algumas lideranças da comunidade em instancias de coordenação na Brigada Carlos Marighela e da Regional Recôncavo. A nível estadual e nacional não há nenhum assentado do Nova Suíça em posição de coordenação.

Foi possível apurar que o MST enquanto um movimento *sociocultural* utiliza dessa dimensão para construir sua organicidade nas comunidades rurais sobre sua coordenação. Notadamente o assentamento Nova Suíça é uma comunidade rural que apresenta um relativo grau de vinculação e adesão a matriz cultural-política do MST e esse é um dos aspectos que diferencia esse *organismo político-social fixo* de outras unidades agrárias de reforma agrária. Do ponto de vista metodológico localizar nosso *locus* primário²⁴ de investigação dentro dessa estrutura política-cultural geral é importante para demarcar a especificidade do presente estudo, que é a realização de uma etnografia sobre os significados e sentidos sobre raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra partindo primordialmente de um assentamento rural sobre sua coordenação.

1.4. Amostra de autoclassificação por raça/cor no Assentamento Nova Suíça

O sistema de Classificação racial é constituído pelas terminologias, regras, negociações e conflitos do Sistema de Relações Raciais sendo historicamente definido e, dessa forma, reformulado na interação das relações sociais e vivenciado pelos diferentes grupos raciais de uma determinada sociedade (SANSONE, 1996; 2006). Tal sistema só tem sentido em formações sociais onde a cor/raça orientam ações, práticas e interações entre os diversos grupos que compõem a sociedade. Ou seja, em sociedades, como é a circunstância do Brasil, que possuem uma ideologia racial que atribua um significado representacional-simbólico as categorias cor/raça. É sobre uma das dimensões desse sistema, a autoclassificação racial, que a presente seção se debruça.

Já foi apontado anteriormente qual o conceito de raça que a presente pesquisa se filia, porém, fica a pergunta; por que utilizar cor/raça na catalogação de dados referentes à

²⁴ Digo primário, pois a tentativa etnográfica aqui almejada é desenvolver uma análise etnográfica transversal que articule os sentidos e significados sobre raça no assentamento, na esquerda marxista branca organizada e no discurso político do MST. Ver posteriormente nos capítulos III E IV.

autoclassificação racial e não apenas raça? A resposta é a seguinte; no Brasil a categoria cor é orientada por discursividades de caráter racial, nesse feito, quando nos autoclassificamos ou classificamos outros seres humanos como pretos, brancos, ou pardos, é uma ideia de raça que orienta tais classificações. Nesse contexto a cor é uma categoria racial. Ou seja, a cor é utilizada na investigação em curso como um *conceito analítico nominalista* (GUIMARAES, 2008), no sentido que dirige e estrutura o discurso sobre a experiência social cotidiana.

Nesses termos, para catalogarmos a cor/raça dos sujeitos sociais que compõem o Assentamento Rural Nova Suíça, aplicamos 30 Questionários de Grupo Domésticos no qual utilizamos a autodeclaração do EGO e a forma que o mesmo classifica a cor/raça dos familiares que compõem seu GD. Além da opinião do respondente, levamos em conta a opinião do pesquisador e a observação participante dos Grupos Domésticos. É importante observar que das 35 famílias que residem na comunidade, quatro não estavam presentes no momento da aplicação do questionário e uma se recusou a responder.

Desse modo alistamos as seguintes categorias de cor/raça na comunidade, que foram aglutinadas na tabela seguinte, onde especificamos os termos adotados pelos respondentes, o número de vezes que apareceu e a porcentagem estimativa.

TABELA 4 – Categorias de cor/raça no Assentamento Nova Suíça

Categorias de cor/raça	Número de vezes Aparece	Porcentagem
Negro	11	18%
Preto	7	11%
Pardo	18	30%
Moreno Claro	4	6%
Moreno Escuro	8	13%
Escuro	1	2%
Branco	8	11%
Claro	2	3%
TOTAL	59	100%

Fonte: Questionário de Grupo Doméstico

Em sua totalidade foram empregados oito termos diferentes. Metodologicamente, para os fins que se pretende o presente artigo, cunharemos mais dois quadros sobre as categorias de cor/raça no Assentamento Nova Suíça, um a partir de mediações realizadas pelos respondentes do questionário e outro a partir das orientações teórico-metodológicas que utilizamos em nossa averiguação científica.

Na tabela V reuniremos em grupos de cor os termos que, segundo os respondentes, são razoavelmente unívocos, agrupando os mesmos em três grandes grupos de cor. Já na Tabela VI, mais adiante, utilizaremos uma das perspectivas de análise corrente na literatura científica do sistema de classificação racial, que é o agrupamento das categorias pardo + preto = negro, tal perspectiva será adotada em nossa pesquisa e será a partir da Tabela VI que apresentaremos a “paisagem” racial de nossa unidade de análise. Constituindo-se então da seguinte forma:

Agrupando as categorias pardo e preto, que juntas formam 41% dos grupos de cor, o quadro se constitui nos seguintes termos:

TABELA 5- Recorrência das categorias de cor/raça

Categorias de cor/raça agrupando pardos e pretos = negros	Número de vezes Aparece	Porcentagem
Negro	36	59%
Moreno claro	4	6%
Moreno escuro	8	13%
Escuro	1	2%
Branco	8	11%
Claro	2	3%
TOTAL	59	100%

Fonte: Próprio autor.

Há um debate reentrante no campo das relações raciais no Brasil e, especificamente, sobre a possibilidade metodológica de se agrupar pretos e pardos no grupo de cor/raça Negro. Tal Contenda tem suas raízes no debate/embate travado pelo Movimento Social Negro no início da década de 80.

Desde meados dos anos 80, o Movimento Negro afirmava que o Brasil era um país de maioria negra, entretanto, os órgãos oficiais (como o IBGE), legitimados pela ideologia nacional da democracia racial, escamoteavam o real quantitativo de negros/as, utilizando subterfúgios retóricos estatísticos, como o fortalecimento da categoria parda. Tal prática era denunciada por alguns setores do Movimento Social Negro, como mais uma faceta do aspecto genocida do Estado brasileiro para com a população negra (GONZALEZ 1982; NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000; PEREIRA; DA SILVA, 2009).

Nessa conjuntura político-intelectual, o debate travado nas fileiras do movimento social, adentra no interior da academia brasileira, seja através de pesquisadores brancos das relações raciais, ou mesmo, através de poucos pesquisadores/militantes negros/as, nacionais e internacionais, que compunham os quadros universitários da época (HASENBALG, 1979; HASENBALG; DO VALLE, 1992; BAIROS, 1988; HANCHARD, 1992). Dessa forma, na mediação entre o discurso acadêmico e político racial, se forjou o Grupo de Cor Negro, formado pelas classificações raciais pardos e pretos.

Contemporaneamente, após décadas de tensos embates fora e dentro da academia, o grupo de cor/raça pardo + preto = negro é largamente utilizado pelos órgãos oficiais do Estado, como na efetivação de políticas públicas de caráter reparatório para com a população negra (as cotas raciais, por exemplo), ou mesmo, em órgãos estatísticos como o IBGE. Entretanto, ainda não se constituiu um consenso sobre a viabilidade instrumental da categoria negro (preto + pardo).

Nesse sentido, ressaltamos que em nossa pesquisa tal recurso teórico-metodológico será utilizado para delinear a constituição classificatória racial do Assentamento Nova Suíça. Tal perspectiva adotada em nossa pesquisa se justifica por acompanharmos o pensamento do debate corrente sobre a agregação de pretos e pardos, que, em síntese, é problematizado em dois aspectos, o estatístico e o teórico.

Do ponto de vista estatístico, a literatura que nos abraçamos mostra que há pouca, ou nenhuma diferença socioeconômica entre pretos e pardos, de forma que os dois grupos se distanciam radicalmente do grupo de cor/raça branco e se aproximam virtualmente em todos indicadores sociais de renda, acesso à educação, saneamento básico, dentre outros (OSORIO, 2003; IBGE, 2010). No que consiste o aspecto teórico, a literatura nos diz que as discriminações sofridas por ambos os grupos são da mesma natureza, cor da pele, textura do cabelo ou formato do nariz, ou seja, a discriminação racial por marca fenotípica

atinge os dois grupos. Nesse contexto, ao agregarmos os grupos de cor/raciais pretos e pardos, entendemos teórico-metodologicamente que,

(...) a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato das discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é por sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é o obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para origem comum das desigualdades dos pretos e pardos em relação aos brancos, coloca os dois grupos beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades (OSORIO, 2003, p.25).

Contudo, compreendemos que tal arquétipo metodológico não apreende a forma que os sujeitos sociais agenciam, negociam ou formam as lógicas internas cotidianas do sistema de classificação racial (SANSONE, 1992; 1996).

Sendo assim, a composição da “paisagem racial” do assentamento nova suíça, fica na seguinte configuração, acrescentando que alocamos também as categorias claros e brancos, tendo em vista que onde/quando foi classificado claro, na perspectiva do pesquisador se percebeu socialmente como branco.

TABELA 6 - “Paisagem” racial do Assentamento Nova Suíça

Categorias de cor/raça	Porcentagem estimativa
Negro	59%
Moreno claro	6%
Moreno escuro	13%
Escuro	2%
Branco	14%

Fonte: Próprio autor.

Diante do desvendado, a partir dos dados que colhemos sobre a “paisagem racial” do Assentamento Nova suíça, relacionamos as amostragens apreendidas, com dados gerais sobre a distribuição por cor/raça da população no meio rural do Brasil e no nordeste especialmente. Além das informações gerais sobre a composição étnico-racial da população rural, contrastamos nossa análise com uma pesquisa a nível nacional, que

buscou investigar o contingente percentual de negros/as que participam do MST. Em ambos os casos nosso “*organograma final*” sobre as categorias cor/raça no assentamento Nova Suíça, acompanham com poucas variações, as amostragens generalizantes sobre a população rural no Brasil e, de maneira especial no Nordeste, onde mais da metade da população rural é composta por negros/as.

Nesse contexto, no Brasil 60% da população residente na área rural é composta por negros/a²⁵, no nordeste esse número chega a cerca de 70%, como demonstra a tabela abaixo sobre as Estatísticas do Meio Rural (ver tabela abaixo).

TABELA 7 – Distribuição da população residente na área rural por cor/raça: Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	
						Em %	Em 1.000 pessoas
Norte	19,2	4,0	0,1	76,3	0,4	100,0	3.423
Nordeste	24,7	6,1	0,1	68,8	0,3	100,0	14.709
Sudeste	49,4	6,3	0,4	43,8	0,1	100,0	6.263
Sul	81,2	1,8	0,1	16,5	0,4	100,0	4.663
Centro-Oeste	36,8	6,6	0,4	55,2	1,0	100,0	1.689
BRASIL	38,4	5,3	0,2	55,8	0,3	100,0	30.747

Fonte: IBGE; PNAD; Elaboração: DIEESE

No que advém de pesquisas específicas sobre a distribuição étnico-racial no interior das fileiras do MST, sobretudo, na participação da população negra nesse contingente, os percentuais também se assemelham com nossas conclusões do campo e com os dados gerais da população rural. Em análise feita em 1452 assentamentos do MST, pelo NERA²⁶, com parceria com o NUPE²⁷ e patrocinado pelo Programa Políticas da Cor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os anos de 2002 e 2004, nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul, foram apresentados resultados igualmente elucidadores no que tange a composição étnico-racial dos militantes do MST.

O objetivo da pesquisa foi investigar a participação da população negra, nos movimentos de luta pela terra, a partir do auto-reconhecimento e reconhecimento étnico-

²⁵ Como apontamos acima em nossa pesquisa, os negros/as serão o conjunto populacional constituído de pretos e pardos, como indica a bibliografia.

²⁶ Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

²⁷ Núcleo Negro da UNESP.

racial. A análise partiu do princípio de que as pesquisas referentes à questão agrária no Brasil não deram enfoque ao fato de que os sujeitos sociais, que protagonizam a luta nos movimentos sociais contemporâneos de luta pela terra, são na grande maioria negros e negras (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007). Como pontua a própria pesquisa,

Essa é uma das poucas pesquisas que relaciona a questão agrária com a identidade étnico-racial dos seus protagonistas, sobretudo aquelas vinculadas ao MST. Portanto, etnia, raça e terra são, também, questões estruturais no Brasil, particularmente quando verificamos que elas tornam grandes massas populacionais excluídas no Brasil, impossibilitando que a maior parte da população negra possa participar dignamente do desenvolvimento do país. (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.158).

A pesquisa é importante para nossa expedição, pois foi a primeira investigação a nível nacional, que buscou articular raça, relações raciais em um movimento de luta pela terra tradicionalmente classista. Com a participação de acadêmicos renomados, como Bernardo Mançano e Dagoberto Jose da Fonseca. Do ponto de vista dos dados coletados na pesquisa, foi concluído, que a maioria dos assentamentos estudados possuía mais da metade da população maioria negra. No nordeste, e particularmente no Estado da Bahia, 65 dos assentamentos investigados possuíam mais da metade da população composta por negros/as. O Paraná foi o Estado com menor percentual de negros/as, como aponta a tabela VII.

Ao disponibilizarmos os dados abaixo não almejamos estabelecer padrões amostrais no Sistema de Classificação Racial dos assentamentos do MST-BA, apenas, ensejamos correlacionar nossa pesquisa focada do *organismo social fixo* do Assentamento Nova Suíça, para realizarmos uma análise dialógica dos dados colhidos em campo. Desse modo, a partir da relação dialógica entre as amostragens que colhemos no campo e dados apresentados por outras pesquisas, avaliamos de forma prospectiva, e não conclusiva, que “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras” (SOUZA, 2009, p.11)

TABELA 8- Participação da população negra nos assentamentos do MST.

Região/UF	ASSENTAMENTOS							
	Participação da População Negra							
	Menos da Metade	%	Metade	%	Mais da Metade	%	N.I	%
NORTE	-	-	3	0	5	0	1	0,1
AC	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	3	0	4	0	1	0
RO	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	1	0	-	-
NORDESTE	95	6,5	39	3	216	15	237	16
AL	-	-	-	-	34	2	-	-
BA	-	-	-	-	65	4	1	0
CE	26	1,8	-	-	47	3	14	1
MA	8	0,6	2	0	27	2	1	0
PB	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	32	2,2	23	2	31	2	-	-
PI	3	0,2	7	0	6	0	9	1
RN	26	1,8	7	0	6	0	212	15
SE	-	-	-	-	-	-	-	-
CENTRO OESTE	26	1,8	12	1	10	1	94	6
DF	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-
MS	4	0,3	12	1	10	1	91	6
MT	22	1,5	-	-	-	-	3	0
SUDESTE	1	0,1	4	0	77	5	228	16
ES	-	-	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	4	0	6	0	208	14
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	1	0,1	-	-	71	5	20	1
SUL	137	9,4	43	3	70	5	245	17
PR	114	7,9	23	2	9	1	208	14
RS	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	23	1,6	20	1	61	4	37	3
BRASIL	259	17,8	100	7	378	26	805	55

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2003

N.I – Não Informado

No capítulo que se finda apresentamos o perfil socioeconômico do assentamento Nova Suíça, além de localizados nossa unidade de análise primária na estrutura organizacional do MST e apresentamos uma amostra da composição étnico-racial do assentamento. Foi possível também constatar, queo MST possui no *grosso* de suas fileiras um contingente populacional expressivo da população negra, que compõem e protagonizam o processo de luta pela terra. Entretanto, antes de adentrarmos especificamente em nossa análise etnográfica, pontuaremos no capítulo posterior nosso *corpus* teórico-metodológico, que são imprescindíveis, para plena compreensão da etnografia politicamente engajada em curso.

2. FUNDAMENTOS TEORICO-METODOLOGICOS DE UMA ETNOGRAFIA MILITANTE

*Meu livro não é uma obra literária
é uma arma para meu povo-*
George Jackson, Soledad Brothers.

2.1. Princípios epistemológicos de uma abordagem etnográfica militante

A antropologia se consolidou acadêmico-politicamente nos países centrais do globo terrestre como força epistêmica de legitimação da colonização branco-europeia contra povos não-brancos e vem sofrendo nos últimos cinquenta anos grandes mudanças de ordem teóricas, metodológicas e, sobretudo, políticas (FISCHER, 1985). Tais alterações no interior da disciplina são frutos de ávidos processos de politizações que tomaram corpo no interior da disciplina, a partir das lutas anticoloniais contra o domínio político, militar, racial e epistemológico das chamadas nações metropolitanas (SILVA, 1996-2000; CARVALHO, 2000). De maneira que, contemporaneamente, se pode afirmar com concretude que na batalha em torno do controle disciplinar da ciência antropológica, existe uma forte “coluna” que representa (ou mesmo faz parte) de projetos político-epistemológicos dos historicamente subalternos, sujeitados, dos oprimidos, ou mesmo, devo ousar, dos “Condenados da Terra” (FANNON, 1968).

Uma das implicações epistemológicas desta contenda antropológica, que também reverberou politicamente fora e dentro da disciplina, foi o gradual descentramento e desconstrução de arquétipos ideais tradicionalmente consolidados pelo saber etnográfico: O etnógrafo (o pesquisador) e o nativo (o pesquisado). Em um contexto permanente de avanço das ações afirmativas e, conseqüentemente, de novos rearranjos políticos-ideológicos na política racial diaspórica (fora e dentro das universidades), o que acontece com a antropologia relaciona-se ao fato de sujeitos sociais tradicionalmente “nativos” adentrarem cada vez mais nos salões das universidades²⁸ e mais que isso, reivindicam para si o papel de antropólogo-militantes e protagonistas da construção de saberes

²⁸Por exemplo, lideranças religiosas de matriz africana, índios, negros e, sobretudo, militantes que se organizam em movimentos sociais que reivindicam as demandas desses grupos historicamente subalternos. Ou melhor, como o lugar político-social do próprio etnógrafo que agora inscreve, jovem negro e militante do movimento social negro.

epistemológicos subalternos (HARAWAY, 1995; COLLINS, 2000; DUSSEL, 2008). Diante desse quadro basicamente são duas manifestações no interior da disciplina.

A primeira posição que vem de um *status quo* antropológico, que são herdeiros/as incontestes de uma disciplina dominada secularmente por brancos (as) e, conseqüentemente, historicamente associada com as esferas do poder hegemônico do sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno (GROSFOGUEL, 2008). Esse grupo branco-conservador, não vê com bons olhos as inversões ou descentramento na disciplina, notadamente, quando “nativos” passam a serem protagonistas do saber/fazer etnográfico, ainda mais, quando esses informantes-nativos são oriundos de grupos subalternos organizados para desconstrução do *Status Quo* do supremacismo branco global (ABDIAS, 1980).

Habitualmente esses grupos branco-conservadores defendem que a verdadeira pesquisa acadêmica antropológica deve ser desvinculada das trajetórias políticas, biográficas ou do lugar social que o etnógrafo ocupa na hierarquia étnico-racial global entre brancos e não-brancos (MOORE, 2012). Desse modo, o verdadeiro conhecimento antropológico deve ser fundamentado em uma postura de neutralidade diante da realidade investigada e comprometida com a consolidação de uma verdade estritamente científica.

Tal perspectiva do ponto zero (CASTRO-GOMEZ, 2002) que é a base do saber universalista acadêmico-branco, parte do ponto de vista que a ciência é “insipida, inodora e incolor”, entretanto, tal anedota ideológica é pedra angular para manutenção do controle epistêmico-institucional das ciências acadêmicas por parte de uma elite intelectual branco-ocidental que se pretende universal e desautoriza formas de saberes científicos (e não científicos) não ocidentais. Nessa conjuntura, *corpus* teórico-metodológicos que questionam tal estratégia epistêmica são intitulados como uma não-ciência, ou no nosso caso, uma não-antropologia.

Um segundo posicionamento, que vem dos sujeitos sociais subalternos que nos últimos dez anos vêm ingressando nas universidades, se arvora no argumento, que a posição político-social que o etnógrafo ocupa na estrutura hierárquica econômico-racial global, pode ser utilizada como estratégia epistemológica para construção de uma crítica etnográfica que pretende descortinar o mito do conhecimento do ponto zero (CASTRO-GOMEZ, 2002). Nesse argumento, todo conhecimento é situado, seja do ponto de vista dos grupos hegemônicos ou dos subalternos.

Neutralidade, objetividade e desinteresse político no saber acadêmico são na verdade um mito-ideologia ocidental para manutenção do poder hegemônico epistemológico do supremacismo branco. Sendo assim, os sujeitos sociais subalternos tradicionalmente “nativos” que agora são pesquisadores, são agentes de mudanças candentes no *stabelechiment* branco das ciências acadêmicas, inclusive, na consolidação de uma nova cultura político-acadêmica que tem elaborado novas teorias, metodologias e legitimando na academia a posição do antropólogo-militante.

É no lastro desse debate que nos últimos anos uma nova geração de negros-militantes começa a emergir municiados com novas abordagens etnográficas, que questionam os cânones antropológicos e a própria epistemologia branco-eurocêntrica acadêmica (OSMUNDO, 2008; FIGUEIREDO & GROSFUGUEL, 2009). Essas agências negras vêm empreendendo um largo esforço no descentramento da figura do etnógrafo branco ocidental, bem como tem reformulado a agenda etnográfica com novas teorias e metodologias oriundas de locais epistêmicos e políticos historicamente rechaçados pelo saber acadêmico-etnográfico branco. É nessa esteira que emerge a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa militante (PIERRE, 2008; AMPARO, 2010; VARGAS, 2008-2010-2012).

Diante desse quadro, retomando o trabalho de campo etnográfico, certa vez, quando comecei minha ousadia epistemológica em ser declaradamente um pesquisador-militante, ouvi as seguintes palavras deflagradas por um jovem militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

*Às vezes eu acho,
Que todo preto como eu,
Só quer um terreno no mato,
Só seu.
Sem luxo, descalço, nadar num riacho,
Sem fome,
Pegando as fruta no cacho
Racionais Mc*

Escutei o verso de um jovem negro, filho de um assentado do Assentamento Nova Suíça, no ano de 2011, quando participei do V Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária²⁹ (V EIVI Bahia). Foi a partir dessa conversa

²⁹A atividade de extensão universitária é desenvolvida anualmente pelo Núcleo de Estudos em Políticas e Práticas Agrárias da UFBA (NEPPA/UFBA) em Assentamentos do MST-BA na região do Recôncavo da Bahia (Eldorado, Bela Vista e Nova Suíça), no Município de Santo Amaro – BA.

que comecei a questionar sobre o lugar da raça no programa de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da esquerda marxista de maneira geral.

O jovem participava³⁰ ativamente do Movimento, em ocupações, eventos, congressos e atividades culturais ligadas ao MST. Ele pronunciou tais versos quando o indaguei sobre o lugar da questão racial e dos negros/as na reforma agrária, sua resposta foi o trecho da música de Rap, que para ele, sintetizava o significado da reforma agrária em um país cuja maioria da população, na cidade e no campo, é de negros/as.

Na contramão da declaração do jovem assentado, anos antes do Estágio de Vivência, quando acabava de ingressar na graduação, e mais que isso, iniciava minha trajetória como militante do Movimento Negro e, também, colaborador do MST, tive uma conversa parecida com um dirigente regional do MST-BA. O tema de nosso debate foi sobre a questão racial nas esquerdas marxistas. O dirigente, um homem branco, defendia que a luta de classes rumo a uma sociedade socialista, destituiria as hierarquias de base racial, dessa forma, segundo ele, debater raça, racismo ou a questão racial de forma geral, dentro do MST, ou na luta política como um todo, criaria um divisionismo desnecessário. O debate foi se aquecendo até o ponto que com certa rispidez o dirigente esbravejou: “*Companheiro, Sem Terra não tem cor, muito menos raça. Aqui todo mundo é uma classe só*”.

Anos mais tarde, já no mestrado, a inquietação política tornou-se um processo de descoberta acadêmica e tentativa de politização da ciência antropológica. Defini então, a partir de minha experiência militante-etnográfica, explorar esse ponto de tensão entre o Marxismo, a esquerda branca organizada, o Movimento de Luta pela Terra e a questão racial no Brasil. De fato, uma pesquisa nada usual, permanentemente contestada por um *status quo* acadêmico epistemicida³¹ que, cotidianamente, questiona meu desempenho enquanto um pesquisador, negro e militante de um movimento social negro organizado.

³⁰Digo “participava”, pois o jovem morreu prematuramente em plena idade produtiva, com 22 anos, assassinado banalmente em uma festa nas imediações do assentamento que morava. Há suspeitas que foi um policial militar fora de serviço.

³¹Acompanhando o pensamento da pesquisadora negra Aparecida Sueli Carneiro, compreendemos que a sociedade diaspórica, de maneira geral e a academia-universidade especialmente, têm colaborado com o processo que a autora conceitua como Epistemicídio, que é o “[...] banimento social, a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da

Como bem assegura o pesquisador Ari Lima (2001), no ambiente acadêmico-universitário, a produção de conhecimento construída pelo sujeito político subalterno, no caso o negro, é cotidianamente negada, inferioriza ou assimilada por uma cultura acadêmica hegemonicamente racista, paternalista e branca. É importante observar que quando digo cultura branca estou afirmando que a estrutura político-institucional-epistemológica da academia foi construída secularmente para atender aos ditames de uma elite econômica-racial, que instituiu que o único modo “racional” de se construir conhecimento é a partir de epistemes branco-ocidentais, nesse contexto, muitas vezes até mesmo sujeitos sociais que estão alocados nas estruturas dos subalternos, reproduzem e defendem a lógica branco-cêntrica. Nesse sentido, sigo o pensamento radical do cientista social negro Guerreiro Ramos, que ao conceituar as ciências ocidentais como essencialmente brancas afirmava,

Quando escrevemos brancas não queremos dizer que o autor é negro,branco, mulato, mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco que é aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira. Como podemos ver, o pensamento social brasileiro, a nossa literatura, finalmente nosso *ethos* cultural, em quase todos os níveis, está impregnado dessa visão alienada, muitas vezes paternalista, outras vezes pretensamente imparcial (RAMOS, 1988, p.9).

Como é facilmente observável, a etnografia que pretendo construir está bem distante dos pressupostos éticos, teóricos, metodológicos e temáticos dos cânones supremacistas brancos da antropologia clássica e, em certo aspecto, até mesmo da dita antropologia pós-moderna. Ora, o que esperar de uma empreitada antropológica e uma experiência etnográfica realizada por um jovem negro, declaradamente compromissado com processos de libertação racial, colaborador solidário convicto do MST, que ambiciona empreender um estudo sobre os significados de raça em um movimento social tradicionalmente classista?

Bem, sabemos que os três porquinhos das ciências sociais, Malinowski, Durkheim e Weber estão se remexendo angustiados em seus túmulos, horrorizados e amaldiçoando

humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio” (CARNEIRO, 2005).

uma abominação dessas, que para os mesmos, e seus súditos, é tudo, menos antropologia ou escrita etnográfica. Não estou ambicionando desconsiderar a importância acadêmica dos clássicos teórico-metodológicos da antropologia moderna. Entretanto, não irei colaborar com o silêncio acadêmico diante da contestação histórica do compromisso político de tais clássicos com o projeto de legitimação epistemológica de colonização das populações não-brancas no século XIX (FELDMAN-BIANCO, 2010). Processo esse que foi fundamental para construção e consolidação da supremacia branca epistemicida em escala global no mundo contemporâneo (CARNEIRO,2005; QUIJANO,2005; MIGNOLO,2008; MOORE,2012).

Diante do exposto, devo delimitar que meu ponto de vista antropológico e prática etnográfica parte do princípio teórico-metodológico de minha condição subalterna de homem negro (CLEAVER, 1971). Minha experiência pessoal enquanto militante de um movimento social negro organizado e colaborador ativo do MST são aspectos constituintes e legítimos para apreensão de um conhecimento etnográfico que não poderia ser acessado sem um exercício etnográfico conscientemente posicionado e politicamente engajado (GORDON,1997; PIERRE, 2008; VARGAS, 2008).

Desse modo, tento acompanhar os passos metodológicos de uma nova geração de intelectuais-militantes negros/as, especialmente aqueles/as influenciados/as pela intitulada *Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA*. Militantes-intelectuais negros/as, que não querem ser apenas *destacados e ordeiros buscadores da veracidade* (DUBOIS, 1999). Essa nova prole está construindo novas metodologias, teorias e perspectivas antropológicas na constituição de uma antropologia radical negra brasileira. Nesse contexto no Brasil há uma,

[...] miríade de novos estudos afrodescendentes, disseminada pela combativa e diversificada nova onda de pesquisadores, e de alguns outros, nem tão jovens assim, poderia ser distribuída aqui, de modo descompromissado e ligeiro em determinados campos de investigação que, creio, revela novos interesses e novos rumos [...] (PINHO, 2008, p.4).

2.2. Fundamentos teórico-metodológicos de uma etnografia militante.

Era uma tarde ensolarada em Brasília-DF, onde cerca de 17 mil trabalhadores rurais vinculados/as ao MST, junto com movimentos sociais do campo e da cidade, delegações

internacionais de movimentos camponeses e apoiadores do Movimento, marchavam rumo ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal em protesto a paralisação da reforma agrária no Brasil e reivindicando construir uma sociedade justa e igualitária para todos³².

No meio dessa imensidão de pessoas estava o pesquisador-militante que agora inscreve esse *fato social*. Tudo transcorria bem na manifestação até que, quando chegamos à praça dos três poderes, um tumulto começou na linha de frente da marcha. De repente fui intimado por um dos assentados do Nova Suíça, que é um dos meus informantes em campo “*Vamos lá pra frente Rasta,³³ o bicho ta pegando*”.

Corremos juntos com outros *companheiros*³⁴ em direção à frente do protesto, chegando lá, fomos recebidos pela polícia com balas de borracha, gás lacrimogênio, tiros de Teisers. Tentavam impedir que militantes do MST hasteassem na frente do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal grandes painéis de lona preta, que diziam “*Dilma, salve-se do agronegócio*”.

Quando dei por mim já estava no enfrentamento. O saldo foi cinco Sem Terras machucados, dois presos e trinta policiais feridos. O pesquisador-militante que aqui vos fala terminou o protesto com espuma de gás lacrimogênio pelo corpo, algumas escoriações e com os punhos das mãos machucadas. Recordei-me horas depois, da descrição de James Clifford sobre observação participante,

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um desarranjo das expectativas pessoais e culturais (CLIFFORD, 2008.p.20).

James Clifford é preciso em sua descrição, entretanto, para os fins que se pretende essa pesquisa, é necessária uma expansão conceitual e, sobretudo metodológica, que é também, política. Nesse contexto que proponho adotar a perspectiva metodológica da pesquisa militante da *Escola de Estudos da Diáspora Negra* de Austin-EUA, que dilata o sentido de envolvimento pessoal e propõe uma inversão semântica, que também é metodológica, defendendo que em certas pesquisas é necessário uma *Participação Observante* (VARGAS, 2008). Contudo, antes de definirmos o que é essa tal *pesquisa*

³²Ver fotografias em anexo.

³³Rasta é a forma corriqueira que muitas pessoas chamam jovens que utilizam o penteado Dread Lock.

³⁴Companheiro é a forma corriqueira de militantes do MST tratarem uns aos outros cotidianamente. Uma referência clássica há uma matriz secular da esquerda marxista.

militante, é necessária situar o contexto político-intelectual ao qual essa corrente antropológica esta encaixada.

De fato, a pesquisa militante está inserida em uma longa tradição de crítica epistemológica a antropologia, feita muitas vezes por vozes dissidentes no interior da própria disciplina, provocadas, geralmente, por mudanças nos rearranjos geopolíticos globais e pela inserção de sujeitos políticos subalternos nas fileiras acadêmicas (CARVALHO, 2001; PINHO, 2008; SANTOS, 2011).

Sabe-se que o debate em torno dos tradicionais modos de descrição etnográfica, e mais que isso, da necessidade de construção de novas abordagens, metodologias, instrumentos de análise antropológicos e o lugar social-metodológico do pesquisador, não são nenhuma novidade na antropologia (GEERTZ, 1989-2005; LANDER, 2005; CLIFFORD, 2008; PINHO, 2008; FIGUEIREDO & GROSFUGUEL, 2009; FELDMAN-BIANCO, 2010).

Como aponta a literatura, há um processo histórico de desintegração da autoridade etnográfica, a partir da segunda metade do século XX, em que um novo arsenal antropológico, teórico e metodológico vem sendo construído, muitas vezes por sujeitos sociais oriundos dos grupos populacionais que eram tidos em outro momento como primitivos (HALL, 2003; ASANTE; MAZAMA, 2009). Tais reorientações teórico-metodológicas na antropologia foram germinadas a partir de uma conjuntura política específica. Ou seja, a luta e concretização da libertação de diversas antigas colônias europeias em África e Ásia e, conseqüentemente, o progressivo desmantelamento do colonialismo pelo globo terrestre, reverberaram em questionamentos profundos sobre a própria legitimidade da antropologia como ciência (FELDMAN-BIANCO, 2010).

Desse modo, uma nova geopolítica a nível global, marcada não somente por embates políticos, mas também por batalhas teórico-cognitivas entre as teorias eurocêntricas e a insurgência epistemológica dos antigos sujeitos colonizados, produziram uma nova *geopolítica do conhecimento* na antropologia e ciências sociais como um todo (CESARIE, 1978; SANTOS, 2003; GROSFUGUEL, 2012). Nessa conjuntura político-epistemológica, *corpus* teórico-metodológicos fundantes da antropologia moderna foram questionados em seus alicerces, gerando o início da desintegração da autoridade etnográfica. Como pontua James Clifford,

O dilema atual está associado à desintegração e a redistribuição do poder colonial nas décadas posteriores a 1950, as repercussões das teorias culturais radicais dos anos 1960 e 1970. Após a reversão do olhar

européu em decorrência do movimento da negritude, após a crise de *conscience* da antropologia em relação a seu status liberal no contexto da ordem imperialista, e agora que o Ocidente não pode mais se apresentar como único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro, tornou-se necessário imaginar um mundo de etnografia generalizada (CLIFFORD, 2008, p.18).

Tal ponto de vista crítico da antropologia tem uma longa tradição. Temas como autoria etnográfica, o papel do sujeito-pesquisador na inscrita antropológica, a contestação da neutralidade axiológica científica e, particularmente, o papel metodológico do discurso localizado, ou, *corpo política do conhecimento* (FIGUEIREDO & GROSGOUEL, 2009), hoje são pontos conceituais estruturais em uma antropologia que se pretende crítica e muitas vezes contestatória. É nesse conjunto amplo que se insere a chamada pesquisa antropológica ativista/militante.

Segundo a pesquisadora-militante negra Jemina Pierre (2008) a relação entre pesquisa e militância é um terreno complexo, tenso e continua em disputa. Consensos ainda são difíceis, mesmo com o advento da institucionalização do conceito a partir da construção de um departamento em antropologia ativista/militante no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de Austin, no Texas-EUA. Desse modo, para começar o debate, citarei a definição do próprio departamento de antropologia ativista/militante, seus princípios e repertórios metodológicos.

Antropologia Ativista é baseada na ideia de que não precisamos escolher entre bolsa de pesquisa, de um lado, e engajamento político, de outro. Ao contrário, sustentamos que a pesquisa ativista pode melhorar a amplitude empírica e a sofisticação teórica, bem como a utilidade prática do conhecimento que nós produzimos como antropólogos. Também afirmamos que a antropologia ativista pode dar um contributo crucial para ajudar a resolver as várias "crises" que afligem a disciplina nas duas últimas décadas, e na definição de nosso curso para o século 21 (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA ATIVISTA, AUNSTIN, TEXAS-EUA, 2014- Tradução minha).

Como é possível atentar, a definição da própria tradição de *antropologia militante* compartimenta o conceito em três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, uma dimensão ética-política da relação entre bolsa de pesquisa, engajamento político e a defesa de que a pesquisa acadêmica não deve estar dissociada de uma orientação política declarada; Uma segunda característica é sobre o papel qualificador de uma antropologia militante, que pode ampliar empírica e teoricamente o conhecimento antropológico, fazendo com que o pesquisador acesse determinados *atos sociais* que por muito tempo foram negligenciados

historicamente pelo estudioso imparcial clássico; E por fim, mas não menos importante, segundo o Programa, uma orientação antropológica ativista/militante pode contribuir para o processo de acúmulo crítico da própria disciplina, reorientando princípios e rebuscando deficiências teóricas, metodológicas e ético-políticas. No entanto, para além da definição institucional, há um terreno conflitivo no piso conceitual da antropologia ativista/militante. Tentarei agora pular nesse campo minado, almejando sair sem membros amputados.

Nessa conjuntura, para o antropólogo George Marcus (2005), a pesquisa de caráter militante tornou-se uma condição *sine qua nondo* trabalho de campo verdadeiramente crítico contemporâneo. Segundo Marcus, o fazer antropológico militante, este umbilicalmente ligado com a emergência no cenário acadêmico contemporâneo, de antropólogos que estão envolvidos direta ou indiretamente com movimentos sociais organizados.

Esses *antropólogos públicos* teriam a competência de dirigir suas pesquisas para pressionar governos locais a atender as demandas históricas do grupo marginalizado, além de divulgar a luta do grupo para outros fóruns de debate. Seria nesse cenário que as pesquisas de caráter militante/ativista se consolidariam na contemporaneidade, sobretudo quando o pesquisador/a estivesse envolvido/a de forma ativa no processo de luta organizada de sujeitos sociais submetidos a opressões.

De acordo com a ponto de vista de Marcus, esse arquétipo de pesquisa militante pressupõe que a relação entre pesquisador-militante e *comunidade oprimida em luta* pode gerar um acúmulo político de força poderoso, que não só empodera o grupo em luta, mas também instrumentaliza o pesquisador a ter acesso a terrenos sociais específicos e a acessar novos procedimentos de coleta de dados que emergem na experiência etnográfica. Além disso, em alguns casos, a própria orientação programática da pesquisa deveria ser construída em conjunto com o grupo subalternizado, dessa forma, a agenda acadêmica, objetivos da pesquisa e, sobretudo, o resultado da investigação acadêmica deveria passar pelo crivo de mediação do pesquisador e da comunidade etnografada.

Entretanto, há controvérsias. Diferentemente do quadro apresentado por George Marcus (2005), a pesquisadora-militante Jemina Pierre (2008), oferece algumas ponderações também relevantes no *front* metodológico que ambiciono traçar. Conforme a estudiosa-militante, é primordial pontuar que na academia de forma geral, a própria noção de uma pesquisa militante é transversalmente antagônica a ideia de trabalho intelectual antropológico. Ou seja, falar em pesquisa militante é saber estar pisando em um terreno

conflituoso, repleto de dúvidas e principalmente de questionamentos constantes de uma cultura universitária branco-falocêntrica.

Seguindo esse argumento, a antropóloga propõe expandir as noções restritivas do conceito, que demarcam que a correta pesquisa antropológica militante só pode ser realizada a partir da cooperação sistemática com grupos organizados marginalizados. Para Pierre, “Este ponto de vista do ativismo tem uma função disciplinar, em que a participação na política de grupos organizados serve como a única fonte de autenticação de compromisso político” (PIERRE, 2008, p.130).

Sem recusar as teorizações de George Marcus, Jemina Pierre largueia o debate. Para mesma, uma antropologia crítica ativista/militante parte de um ponto de vista que insira no fazer etnográfico uma *posicionalidade racial consciente*. Nesses termos, o acadêmico/a negro/a seria militante em virtude de sua posicionalidade racial e de gênero, não somente no contexto acadêmico, mas, sobretudo, dentro do contexto global da opressão antinegro (NASCIMENTO, 1980; ABU-JAMAL, 2001; PIERRE, 2008; MOORE, 2012).

Todavia, Jemina Pierre também questiona a aparente inevitabilidade do acadêmico negro efetuar *sui generis* uma pesquisa de caráter militante. Mesmo envolvidos em uma geopolítica de sujeição do supremacismo branco, nem sempre antropólogos negros/as vão dar respostas críticas a processos de subalternização que envolva raça, classe ou gênero. Ou seja, a pesquisa ativista/militante não é uma característica natural ou intrínseca de antropólogos que fazem parte de grupos subalternizados é, sobretudo um posicionamento político que reverbera nos princípios teóricos e metodológicos do pesquisador.

Para autora, a prática antropológica crítica e militante parte, antes de qualquer coisa, de uma tomada de posição do pesquisador, que buscar construir conhecimentos situados, no caso dos negros/as a partir do entendimento da opressão planetária antinegro, estabelecendo assim, uma “epistemologia e política de engajados, posicionamentos responsáveis” (HARAWAY,1995, p.90). Dessa maneira, além do pessoal e político adquirirem fundamental importância, a pesquisa militante progride o debate e afirma que o pessoal e político são por si só também acadêmicos e sujeitos a comporem constitutivamente a antropologia e escrita etnográfica.

Desse modo, a pesquisa antropológica militante, reacende a discussão em torno de como as experiências pessoais do pesquisador e, sobretudo, sua *posicionalidade* não só interferem na pesquisa, mas também as qualificam, elencando novas amostragens

etnográficas e construindo, conseqüentemente, inovadores instrumentais de procedimentos metodológicos. Nas palavras da própria Jemina Pierre,

Para mim, o que parece mais importante para explorar a relação entre ativismo e pesquisa é a que nós reconhecemos o ativismo como um processo integrado, como uma combinação de posicionalidade/experiência e política. Para o contexto marginalizado negro acadêmico, a aceitação e implantação politicamente progressiva de nossas experiências durante a pesquisa podem ser potencialmente transformadoras. No mínimo, é ativista e evidentemente isso (PIERRE, 2008, p. 128)

Como é possível averiguar, o *terreno minado* da antropologia militante segue explosivo e colecionando *amputados*. Mesmo assim vou me aventurar no campo (minado) e sem medo de sair ferido apontarei, a partir da bibliografia assinalada, a orientação de antropologia militante que melhor abarca a investigação em particular que alçamos na presente pesquisa. Nesse contexto, arrisco associar as proposições apresentadas, que em aspectos diferenciados auxiliam na construção e defesa do *front* metodológico antropológico militante que **guia** a etnografia em curso.

Defendo que a *antropologia militante* se insere na etnografia em andamento especialmente no que tange a abordagem, coleta e análise dos dados etnográficos, ou seja, na dimensão teórico-metodológica. Uma abordagem antropológica militante do trabalho de campo possibilita uma qualificação do ponto vista do acesso ao material etnográfico empírico, contribuindo para o alargamento da experiência etnográfica. Também saliento, que de maneira característica dessa pesquisa, desenvolvo uma abordagem militante a partir de um ponto de vista de um *antropólogo público* (MARCUS, 2005), no qual sou de fato um etnógrafo engajado em um movimento social organizado de sujeitos sociais subalternos, no caso o MST.

Contudo, muito inspirado na perspectiva de Jemina Pierre (2008), entendo que antes de qualquer ponto, nossa perspectiva antropológica militante parte de uma noção de um *discurso racial posicionado*, que pretende tencionar a análise etnográfica a partir da condição de subalternidade social e sujeição racial que o autor está inserido em um contexto de um sistema mundo supremacista branco (HARAWAY, 1995; ROSALDO, 1989). Nesses moldes, minha identidade étnico-racial de homem negro, minha narrativa pessoal, experiência no movimento social negro organizado e colaborador ativo do MST são caracteres constitutivos na abordagem antropológica que pretendemos discorrer. Tal totalidade é levada em consideração não apenas do ponto de vista do engajamento político-

etnográfico, mas, especialmente, no pleno reconhecimento de que o pessoal e o político são também acadêmicos, e como tais, são instrumentais relevantes para o refinamento teórico-metodológico de um conhecimento etnográfico verdadeiramente crítico.

2.3. Recursos metodológicos de uma etnografia militante: Participação Observante, assimetria e simetria racial no campo

A observação participante se consolidou secularmente como a metodologia *mainstream* da antropologia profissional e representa, em grande medida, um fator de singularização identitária da disciplina antropológica enquanto ciência social. Apesar de ser interpretada de variadas formas, questionadas por diversas correntes antropológicas e, até mesmo negada como método científico devido sua carga de *subjetividade*, de maneira geral tem sido caracterizada como,

[...] uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, pela empatia; do outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Entendida de modo literal, a observação participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação (CLIFFORD, p.32, 2008).

O conceito metodológico sintetizado por James Clifford é preciso, eloquente, coerente e nos é muito útil. Todavia, para fins de nossa pesquisa em particular e, mais que isso, da nossa perspectiva *antropológica militante* é necessário um alargamento teórico-metodológico nesse conceito tão caro e fundante da antropologia moderna. Nesse contexto, a obra do pesquisador-ativista João H. Costa Vargas, nos é de extrema relevância na construção de nosso arsenal metodológico (Vargas, 2005; 2008; 2010; 2010).

Vargas defende, a partir de sua experiência etnográfica em campo e colaboração com organizações de base que militam contra o racismo, que a dialética entre antropologia e envolvimento engajado com organizações políticas possibilita a construção de um conhecimento teórico-metodológico etnográfico distinto, que questiona a dita neutralidade científica da pesquisa acadêmica. Segundo o autor, são recorrentemente ensinadas nos departamentos de antropologia metodologias baseadas em um trabalho de campo distanciado que procura ser o antídoto para influências subjetivas-políticas na construção

da pesquisa neutro-científica. Contudo, como aponta Vargas, mesmo aqueles que pretendem ser invisíveis ou *como moscas nas paredes*, já estão influenciando o *terreno social* que realizam a pesquisa, e mais que isso, aqueles que se comprometem em não intervir, “[...] estão comprometendo-se a uma posição moral e política muito clara – a de deixar que as coisas permaneçam como estão, de deixar o *status quo*” (VARGAS, p.171, 2008).

Nessa conjuntura, em certas pesquisas, especialmente aquelas que pretendem investigar organizações políticas que lutam por justiça social, o distanciamento ou neutralidade científica se configuram enquanto descuidos metodológicos, que impossibilitariam o pesquisador de realizar o trabalho de campo etnográfico. Nas palavras de Vargas ao retratar sua experiência de trabalho de campo,

[...] não haveria investigação se não houvesse envolvimento. Eu não teria me tornado um colaborador CAPA³⁵ se seus membros não tivessem encontrado o meu compromisso político compatível com o seu programa de emancipação social. Objetividade, se entendido como distanciamento, seria simplesmente impossível, para um mero observador não teria sido bem-vindo ao prédio na Avenida ocidental mais do que algumas vezes (VARGAS, 2008, p.172).

Ora, como já sinalizei anteriormente, há anos colaboro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Comecei meu engajamento político no Movimento no ano de 2010, antes da pesquisa, realizando formações, auxiliando na consolidação de uma rádio comunitária e participando de ocupações a latifúndios improdutivos. Foi a partir de minha experiência no interior das fileiras do MST que comecei a indagar sobre o *local da raça* no programa de libertação política da esquerda marxista.

Desse modo, desde o princípio do meu trabalho de campo ficou evidente que um pesquisador *formalmente destacado* teria sérias dificuldades, ou não efetuaria a investigação antropológica aqui proposta. Ou seja, minha cooperação anterior (e presente) com o Movimento, minha declarada posição militante enquanto quadro do movimento social negro, me forneceram não apenas uma legitimidade entre os *nativos*, mas especialmente foram instrumentais metodológicos constituintes para o acesso ao vasto material etnográfico. E mais ainda, apenas a partir de uma *prática etnográfica politicamente engajada* (PIERRE, 2008) que pude efetuar a investigação antropológica no

³⁵Coalizão Contra Abuso Policial (*Coalition Against Police Abuse - CAPA*).

Movimento. Nesse contexto, para além de uma observação participante, foi imperativo realizar uma *participação observante* (VARGAS, 2008).

Para Vargas, e sigo seu pensamento, em estudos antropológicos de organizações políticas comprometidas com a justiça social, uma *prática etnográfica politicamente engajada* é um pressuposto metodológico essencial para efetivação da pesquisa. Nesses casos, o pesquisador está sendo constantemente observado pelo grupo estudado, em uma quase completa inversão dos princípios de *observação participante*. Nesses contextos etnográficos, lealdade, confiança e compromisso com o grupo organizado estudado, devem ser apreendidos pelos sujeitos pesquisados como incontestes, para a plena efetivação da investigação antropológica.

É nesse bojo que João Vargas cunha, a partir de sua experiência etnográfica engajada, o conceito de *Participação Observante*, conceito esse central e norteador do trabalho de campo etnográfico ao qual proponho,

Enquanto a *observação participante* tradicionalmente coloca ênfase na observação, a *participação observante* refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, á noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p.175).

A constituição do método etnográfico da *participação observante* dilata a instrumentalidade metodológica da tradicional *observação participante* ao inverter a ordem cognitiva do método tradicional. Vargas (2008) propõe um maior destaque na participação ostensiva do pesquisador no grupo organizado estudado, de maneira que a observação é realizada no complexo experiencial da colaboração com o grupo.

Mediando as reflexões do autor com minha experiência etnográfica, ficou manifesto que sem o aporte metodológico da *participação observante* não teria acesso ao largo material etnográfico que coletei em campo com os atores. Desse modo, reuniões internas do Movimento, encontros regionais, assembleias no Assentamento Nova Suíça, participação em atos públicos, acesso a documentos internos da organização e, especialmente a possibilidade de estar como convidado no VI congresso nacional do MST, só foram possíveis por uma postura *antropológica militante*, atitude esta não apenas política, mas, nesse caso, metodologicamente pensada e operacionalizada a partir da *participação observante* (VARGAS, 2008).

Mais do que ingresso em fóruns institucionais de sociabilidade do Movimento, nossa abordagem metodológica nos permitiu acessar *estruturas de sentido* da vida cotidiana dos militantes do MST, da microfísica de poder instituída nos interstícios do Movimento e da apreensão de discursos e significados de processos racialização cotidianas dificilmente aprendidas por um “*outro total*”.

Além da *participação observante* outro instrumental metodológico foi de precisa relevância na etnografia. Desde o princípio da nossa investida a campo ficou explícito como meu discurso racial posicionado, meu fenótipo negro e estética afirmativa, foram características que influenciaram de variadas formas a empreitada investigativa. Foi a partir dessa experiência que comecei a pensar sobre as noções de paridade e assimetria racial na interação com os sujeitos pesquisados (SCHUCMAN; COSTA; CARDOSO, 2012). Como aponta Fanon (1980), a categoria raça e os processos de racialização possuem uma dimensão psicossocial que atingem tanto sujeitos brancos quanto negros no processo de interação social. Tal aspecto psicossocial também é latente e deve ser relevante no trabalho de campo antropológico, em que, mesmo de maneira implícita, pesquisador e pesquisados se observam através de um prisma social racializado.

Um exemplo dessa dimensão psicossocial construída em torno do prisma da raça foi minha própria condição de pesquisador-professor, questionada diversas vezes, tida como inédita e desacreditada por variados sujeitos nas fileiras do MST, tanto brancos quanto negros. Tal descredito generalizado de minha posição de pesquisador-professor vinha à tona em campo de diferentes formas. Alguns se surpreendiam quando sabiam que era professor de história, outros desacreditavam quando comunicava que era um pesquisador formalmente vinculado (e remunerado) por um programa de pesquisa em pós-graduação, já outros, nunca viram antes um pesquisador ou *dotor* negro.

Seja no contato com a direção do Movimento, no assentamento Nova suíça ou nos variados espaços que transitei no processo de *participação observante*, sempre me foi dito pelos sujeitos etnografados que nunca entraram em contato com um pesquisador, rasta, que se veste como “maloqueiro³⁶”, atuante no Movimento e, sobretudo, jovem e negro. Inúmeras vezes para “provar” que era um pesquisador necessitava me apoiar na referência de algum “nativo” que já conhecia minha trajetória. Essa postura recorrente por parte dos

³⁶Várias vezes em campo fui chamado de *professor malokeru*. Uma evidente alusão a um tipo social marginalizado na sociedade brasileira, normalmente, um homem, negro, morador de periferia e caracterizado por indumentárias ou simbologias culturais periféricas.

sujeitos etnografados, sejam eles brancos ou negros, refletem a própria estrutura racista supremacista branca que constitui a sociedade brasileira, onde, existe um lugar psicossocial subalternizado naturalizado para o negro (CARONE; SILVA BENTO, 2003).

De acordo com a pesquisadora e militante do movimento social negro Lélia Gonzalez, no Brasil historicamente foi construído e reproduzido pelo poder supremacista branco um lugar naturalizado de pobreza, subalternidade e opressão para a população negra. *Lugar de negro* esse que é agenciado na própria subjetividade psicossocial de brancos e negros na sociedade brasileira. Como aponta a autora,

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural de Aristóteles*. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (GONZALEZ, 1982, p 15).

Diante do contexto, nos apropriamos do debate travado pelos/a os pesquisador/as Lia Schucman, Eliane Costa e Lourenço Cardoso, quando defendem que tanto paridade racial quanto assimetria racial são aspectos de extrema relevância nas pesquisas de enfoque nas relações raciais, sobretudo, na interação com os sujeitos do grupo pesquisado. Segundo os autores, e concordamos com seu parecer, o fenótipo dos pesquisadores imprimem marcas nas interações com os sujeitos estudados e, em consequência, em sua investigação, particularmente quando são pesquisas voltadas para temas conectados a categoria raça (SCHUCMAN; COSTA; CARDOSO, 2012). Nas palavras dos próprios,

[...] nosso argumento de que, de maneira geral, a interação entre pesquisador e pesquisado está relacionada com a forma que a ideia de raça é por eles apropriada; isto é, postulamos que, no momento da realização do campo da pesquisa, pesquisadores e pesquisados olham-se por meio de uma lente radicalizada, mesmo que tacitamente (SCHUCMAN; COSTA; CARDOSO, 2012, p.17).

Nesse contexto, pude constatar que muitas vezes minha condição racial me proporcionou o fácil acesso a dados etnográficos na medida em que o fato de ser negro transmitia confiança, outra vezes, foi tacitamente subtendido que meu discurso racial posicionado e meu objeto de pesquisa era um problema para alguns setores do MST. De qualquer forma, em variados momentos a *assimetria ou paridade racial* com os sujeitos etnografados se constituiu como um instrumental metodológico proeminente na coleta dos dados etnográficos.

3. UMA ETNOGRAFIA EM MOVIMENTO: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA HEGEMONIA RACIAL BRASILEIRA

*Companheiro,
Sem Terra não tem cor,
muito menos raça.
Aqui todo mundo é uma classe só- **Dirigente do MST.***

Na atual sessão realizaremos uma investigação etnográfica sobre os sentidos e significados de raça e racismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da análise sistemática de material etnográfico que colhemos em aproximadamente um ano e meio de investidas regulares a campo, entre a metade do ano de 2012 e o início do ano de 2014. Nesse sentido, no intento de capturar as variadas *vozes* no interior do Movimento, efetuamos uma *etnografia em movimento* a partir da *participação observante* em reuniões, Marchas, congressos e mobilizações políticas do MST. Além de anotações no diário de campo, levantamento de documentos programáticos do Movimento e a realização de entrevistas semiestruturadas com assentados/as da comunidade Nova Suíça, dirigentes políticos do MST e também militantes do movimento negro.

Em campo pude apreender que práticas cotidianas, discursos e significados sobre raça e racismo são operados de diversificadas maneiras pelos atores sociais do Movimento Sem Terra. Desse modo, ao mesmo tempo em que reproduzem paradigmas gerais da cultura racial dominante, também constroem contra narrativas que põe em cheque ou denunciam em certa medida o *status quo* racial de opressão vigente na sociedade. Seja no território sociocultural do assentamento, ou em outros espaços socioculturais (CALDART, 2014) do Movimento as relações raciais e os significados atribuídos à raça por parte dos agentes acompanham as mudanças e dinâmicas da política racial (HANCHARD, 1994) na sociedade contemporânea e de como a esfera pública vem sendo pautada nos últimos trinta anos, sobretudo, a partir do protagonismo do movimento negro, na desconstrução do mito-ideologia da democracia racial, na luta por reparações ou contra o genocídio do povo negro.

A partir da experiência em campo pude perceber uma variedade de narrativas e contra-narrativas que reafirmam, desautorizam e (re) codificavam o mito fundador da nação brasileira; o conceito de democracia racial. Os agentes apresentaram discursividades que demonstram uma verdadeira batalha simbólico-classificatória, ou melhor, uma batalha *ideológica de posições* (HALL, 2003) em torno da legitimação, (re)interpretação ou deslegitimação do mito da democracia racial. É nas trincheiras dessa batalha, onde também lutei que os atores vivenciam e significam processos de racialização cotidianos.

No entanto, antes de inscrever as situações etnográficas apreendidas em campo, cabe destrincharmos em pormenores o que é essa tal democracia racial. Há um debate reentrante no campo das relações raciais, na ideologia nacional e na arena pública agenciada pelo Movimento Negro, sobre a definição e operacionalidade cotidiana da democracia racial no Brasil, configurando assim, uma verdadeira constelação de significados e discursividades em torno da raça, racismo e processos de sujeição racial.

3.1. Democracia racial: Uma ideologia de Hegemonia Racial.

As raízes históricas do conceito de democracia racial são advindas do mito da excepcionalidade racial ibérica (HANCHARD, 2001). Tal noção postula que os processos de colonização encabeçados por Portugal e Espanha foram marcados por um superficial reconhecimento da humanidade dos povos subjugados, fato este que proporcionaria relações raciais fraternas entre senhores e escravos. Ainda segundo este mito as dinâmicas raciais suavizadas durante a vigência do regime de escravidão racial, possibilitaram que ao término legal, tais formações sociais constituíssem padrões de interações raciais harmoniosas, se comparadas a cenários de terror racial de sociedades de matriz cultural anglo-saxônicas como os Estados Unidos.

Para legitimação de tais ideais foram produzidos uma vasta bibliografia nos territórios do colonialismo ibérico que reforçam a imagem de que as relações entre senhores e escravos nessas regiões foram marcadas por certa docilidade, além de uma pseudotendência incorporadora do projeto colonialista ibérico, tendo em vista a presença marcante de povos africanos (os mouros) em sua cultura, história e política monárquica (HANCHARD,2001;MOORE,2012). Como aponta Gilberto Freyre, um dos principais intelectuais dessa corrente de pensamento social,

Certamente, a distância social entre senhores e escravos era enorme, sendo os brancos, real ou oficialmente, os senhores, e os negros, real ou oficialmente, os escravos. Os portugueses, contudo, eram um povo que havia passado pela dominação dos mouros, uma raça de tez escura, mas que era superior a raça branca em vários aspectos de cultura moral e material; por conseguinte, embora eles mesmos pudessem ser brancos e até de tipo pronunciadamente alourado, fazia muito tempo que haviam criado o hábito de descobrir nos povos de cor (...) pessoas, seres humanos, que eram irmãos, criaturas e filhos de Deus com quem se podia confraternizar, e tudo isso, desde os primeiros anos da colonização, tendeu a abrandar o sistema (Apud Hanchard, 2001, p.61).

Nesse contexto de formação dos Estados-Nações no século XIX e na derrocada do sistema racial de escravidão a nível planetário muitos intelectuais, poetas, literatos e estadistas latino americanos tomaram o *mito da excepcionalidade racial* ibérica como arcabouço político-cultural para fundamentação e construção das identidades nacionais imaginadas (ANDERSON, 2008) das recentes colônias libertadas. Países como Cuba, México, Colômbia e, é claro, o Brasil construíram, cada um a sua maneira, noções sobre excepcionalidades raciais em seus territórios. É nessa circunstância de construção de identidades nacionais e de uma forte campanha abolicionista internacional que na primeira metade do século XIX a ideia de democracia racial passa a ser gestada e promovida no Brasil. De acordo Michael Hanchard,

A ideologia da democracia racial brasileira, surgida da versão da excepcionalidade racial do Brasil, foi gerada na primeira parte do século XIX, em resposta a onda abolicionista que aos poucos se avolumou em todas as sociedades escravocratas do Novo Mundo (HANCHARD, 2001,p.65).

É nessa conjuntura política-intelectual que *a ideologia de hegemonia racial* (HANCHARD, 2001) da democracia racial surge com força entre os anos de 1920 a 1950. Como espinha dorsal ideológica na construção do mito fundador da nação brasileira, edificada a partir de uma versão própria para a suposta excepcionalidade das relações raciais no Brasil, encontra-se na obra intelectual de Gilberto Freyre seu principal agente social legitimador.

De forma geral, a obra de Freyre busca refundar a identidade nacional brasileira introduzindo o conceito de cultura (antropológico) nos espaços erudito-acadêmicos nacionais, que até então possuíam uma hegemonia intelectual das doutrinas racialistas do século XIX (APPIAH, 1997; GUIMARÃES, 2005).Ao analisar de modo positivo a contribuição cultural dos povos africanos e indígenas na formação da Nação Brasileira

pretendeu construir a imagem de que o Brasil foi fundado pelo encontro harmonioso entre as três raças originárias: negros, brancos e indígenas.

A partir desta visão, após o término da escravidão racial não existiram hierarquias sociais baseadas nas raças, ou linhas de cor, tendo em vista o altíssimo grau de mestiçagem existente entre as três raças criadoras da nação (MUNANGA,2004). Assim, mesmo no passado escravagista, as relações entre as três raças sempre foram harmoniosas, cordiais e pautadas por sociabilidades baseadas em afetividades. Desse modo, o passado colonial brando que a Nação é herdeira, permitiu que com o fim da escravidão se constituísse uma sociedade democrática do ponto de vista das relações raciais.

Racismo, opressão racial e genocídio sistemático de populações não-brancas seriam características de sociedades como o Estados Unidos e a África do Sul, no Brasil diferentemente, constitui-se como um verdadeiro *paraíso racial* (FREYRE,1998; PIERSON, 1971; AZEVEDO, 1955). Para Freyre, as relações de confraternização racial entre senhores e escravos democratizou a sociedade brasileira como poucas outras formações históricas de origem colonial. Tal aspecto seria não apenas fundante da nacionalidade brasileira, mas também um aspecto constituinte da cultura cotidiana entre as raças no Brasil. Nas palavras de Freyre,

Até o que havia de mais renitentemente aristocrático na organização patriarcal de família, de economia e de cultura foi atingido pelo que sempre houve de contagiosamente democrático ou democratizante e até anarquizante, no amalgamento de raças e culturas e, até certo ponto, de tipos regionais, dando-se uma espécie de despedaçamento das formas duras, ou menos plásticas, por excesso de trepidação ou inquietação de conteúdos (FREYRE, 1936, p.355).

A democracia racial é o amadurecimento histórico, político, intelectual e ideológico de uma tradição nativa de pretensa excepcionalidade racial no Brasil. Traduzida como um ideal fundante e constituinte da nação brasileira por intelectuais e por uma *política racial de Estado* (SKIDIMIMORE, 2012), a democracia racial foi um discurso social incontestado presente na vida cotidiana de brasileiros brancos e negros pelo menos entre meados dos anos 40 até 1960. Diante desse aparente “consenso”, a partir da década de 1950, contra-narrativas e projetos políticos de refundação do mito germinador da nação entram em cena no *front* da esfera pública brasileira. É nessa conjuntura que na academia a chamada escola paulista de sociologia foi pioneira entre os anos de 1960 ao defender que a democracia

racial era uma ideologia de dominação racial, de caráter meramente simbólico-discursivo (FERNANDES, 1972; 2008).

Tais estudos de caráter sociológico inauguraram uma nova problemática central no campo acadêmico e na arena pública em torno da aparente excepcionalidade racial brasileira, além de encamparem uma nova perspectiva teórico-metodológica de análise das relações raciais no Brasil.

Florestan Fernandes, um dos principais pensadores da Escola Paulista, empreendeu em seu célebre livro *A integração do Negro na sociedade de Classes* (FERNANDES, 2008) o primeiro estudo de caráter sociológico a desconstruir sistematicamente a condição de aparente excepcionalidade racial das relações raciais no Brasil, afirmando que, seja no tempo da escravidão ou no Brasil republicano capitalista, os negros/as continuaram a vivenciar um regime de opressão e sujeição racial.

Segundo Fernandes (2008), após o fim da escravidão racial legal a subalternização do negro na emergente sociedade de classes deveu-se especialmente a dois fatores que se complementavam; 1- a ausência, por parte dos negros, de habilidades, técnicas e um *ethos* moral para o trabalho livre, devido, sobretudo, a experiência/herança histórica de mais de 300 anos de trabalho escravo e, com isso, uma quase “patológica” dificuldade em se integrar a emergente ordem competitiva e; 2- a internalização, reprodução cotidianas/institucionalizadas de práticas racistas tradicionais por parte do grupo branco, que procurava mecanismos institucionais para livrar-se física, cultural e psicologicamente do grupo negro, através de políticas de Estado e práticas diárias de racismo, discriminação racial e terror racial que tinham como fim a eliminação sistemática da população negra.

Os estudos protagonizados por Florestan Fernandes foram responsáveis pela primeira contestação consistente em torno da aparente democracia racial vigente no Brasil. A partir de seus estudos a democracia racial passa a ser entendida como uma mito-ideologia, um discurso de dominação racial que entorpecia a comunidade negra, impossibilitando uma mobilização em torno das mazelas sociais causadas pela herança racial, além de ser a cortina responsável pela manutenção dos privilégios dos brancos e conservação do *status quo* racial dominante.

Ou seja, para escola paulista de sociologia questões como discriminação racial, pobreza, opressão racial e exclusão política que os negros estavam sujeitos eram mascaradas por uma ideologia de dominação racial, promovida pelas elites brancas brasileiras a partir de dispositivos ideológicos diversos, com o intuito de desmobilizar

politicamente a comunidade negra e manter o quadro de exploração e desigualdade racial vigente na sociedade brasileira.

Fora do mito, existiriam dois mundos polarizados. O mundo dos brancos, que procurava por todos os meios livrar-se do “problema negro”, apostando e incentivando ações (muitas estatais) para o desaparecimento físico e social do mundo negro. Do outro lado, existira o mundo negro, que construía estratégias para ser integrado a ordem capitalista competitiva e para assegurar a vida física-social da comunidade negra, marcada pela “terra arrasada” da sociedade racista pós-escravidão (FERNANDES, 1989).

Já na década de 1970 emerge no Brasil uma nova contranarrativa acadêmica a pretensa excepcionalidade da democracia racial brasileira, através de inovadores estudos que tinham como base documental estatísticas e informações censitárias, que mostraram a partir de bancos de dados gerados pelo próprio Estado como a situação material da população negra era inteiramente destoante em uma sociedade democrática, seja do ponto de vista racial ou social.

É nessa conjuntura que, em 1979, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva publicam o livro *discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Agregando dados produzidos pelo IBGE demonstram a existência de discriminações e desigualdades sociais agudas na sociedade brasileira, baseadas em diferenças raciais entre os grupos populacionais, especialmente, entre brancos e negros (HASENBALG, 1979).

Os estudos encabeçados pelos proeminentes pesquisadores se tornam um marco no debate público em torno da ideia de democracia racial, pois pela primeira vez dados retirados do próprio Estado brasileiro confirmam que as desigualdades de renda, acesso a educação e diferenças da ordem das classes sociais são inequivocamente balizados por um critério racial. Apesar de contrariar algumas afirmativas da Escola Paulista de sociologia, especialmente no que tange as relações entre capitalismo e racismo, em um argumento as duas correntes acadêmicas concordam: no Brasil existiram dois mundos um dos brancos e outros dos negros.

Ao tratarem raça e classe como categorias que se complementam na formação histórica do Brasil, os autores direcionam as desigualdades raciais como fundamentais para o ordenamento e arranjos econômicos do país, na distribuição de renda, emprego e acesso a condições básicas de existência social. Desse modo, o fator raça, cumpriria um lugar sênior para própria manutenção e reprodução do capitalismo na sociedade brasileira.

Raça, racismo e discriminações raciais passam a exercer um papel central nas desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, portanto racismo não seria uma ideologia “atrasada”, uma herança tradicional da escravidão, mas sim uma categoria fundante da sociedade brasileira, presente no cotidiano das relações interpessoais, institucionais e fator estrutural no acesso a direitos político-civis, nas oportunidades de emprego até mesmo na expectativa de vida entre brancos e negros.

Se o Brasil era um paraíso racial esse éden era reservado único e exclusivamente ao grupo populacional branco, aos negros, restava o purgatório racial. Ora, diante do arrolamento e análise seriada de dados colhidos de instituições vinculadas ao próprio Estado, que comprovaram estatisticamente que brasileiros brancos e negros vivem, crescem, envelhecem e morrem em verdadeiros mundos paralelos, a ideia de uma democracia racial foi contrastada por uma realidade empírica que confirmava o discurso propagado por “vozes destoantes”, as quais afirmavam que havia no Brasil um regime de opressão racial contra negros/as.

Nesse mesmo período de tempo, ainda na década de 1970, outro ator social público entra em cena, o movimento negro contemporâneo (GONZALEZ, 1982; MOURA, 1982; DOS SANTOS, 2006; MENDES & DA SILVA, 2009). Este, fora da crítica vinda dos salões das universidades, se constitui como antítese político-ideológica da democracia racial, desferindo a partir dos anos de 1970 candentes golpes ao discurso oficial nacional.

Segundo a leitura desse movimento social, a democracia racial é um mito-ideologia do autoengano (MOORE, 2012), forjado pelo supremacismo branco para desmobilizar a organização política da comunidade negra (MNU, 1988; 2001). Além do caráter escamoteador da realidade de opressão e desigualdade racial da sociedade brasileira, segundo o MN³⁷, a democracia racial opera um objetivo mais nefasto ainda, que seria o genocídio programado de negros e negras, na medida em que o mito-ideologia favorece a negação identitária de negro/as e a mistura racial com o grupo racial branco dominante (NASCIMENTO, 1978-1980; MORRE, 2012).

Acompanhando um contexto internacional de emergência de uma mobilização afrocentrica pan-africanista o MN brasileiro reinsere na arena pública da sociedade brasileira o conceito de raça como categoria central para o pleno entendimento das desigualdades sociais vigentes no Brasil (KING, JR, 1968; CLEAVER, 1971; MACHEL,

³⁷Movimento Negro

1979; MANDELA, 1989, MALCOM X, 1992). Dessa maneira, esse ator público reivindica uma ancestralidade histórico-cultural africana para população negra, defende a necessidade de novas bases histórico-epistemológicas para história do Brasil. Um exemplo disso é a construção de novos heróis nacionais como é o caso de Zumbi dos Palmares e, ainda, edifica um projeto político de refundação do Estado-Nação brasileiro baseado, sobretudo, na formação sociocultural dos quilombos (NASCIMENTO, 1980; RATTS, 2007).

O movimento negro contemporâneo estabelece um ávido confronto dentro da esfera pública (HANCHARD, 1994) brasileira como uma antítese político-discursiva a democracia racial, desautorizando publicamente o mito e construindo uma contranarrativa que propõe a refundação do Estado-Nação brasileiro rumo a uma verdadeira democracia racial. Nas palavras do próprio Movimento negro,

Quem defende a existência da democracia racial, aponta como provas de falta de preconceitos, os poetas, escritores e vultos históricos negros. Nos dias de hoje, indicam como provas, nossos atletas, cantores, compositores, pintores, escultores, atores e atrizes negros, além é claro, “mulatas exuberantes”, que seriam aceitos e integrados na sociedade. Dizem até que negros bem de vida ou ricos, e alguns parlamentares negros, confirmam a democracia racial. Os defensores de tal democracia, principalmente quando brancos, trabalham com provas aparentes e, através delas, lançam suspeitas, rejeição e respondem com indignação, contra os que – como nós – negamos a democracia racial, com o objetivo de demonstrar sua falsidade e trabalhar para que seja autêntica verdadeira e humana (MNU, 1988, p.20).

Diante do exposto, nos ateremos em alguns aspectos da obra político-intelectual do destacado militante do Movimento Negro, o professor Abdias do Nascimento (*In memoriam*), especialmente, a sua importante obra de contestação radical ao mito-ideologia da democracia racial, o livro *o Genocídio do Negro Brasileiro* (1978). O livro teve sua primeira publicação no mesmo ano de fundação do Movimento Negro Unificado, sintetiza a contranarrativa discursiva mais potente e polêmica desferida contra o mito-ideologia da democracia racial por parte da agência pública do MN. Ou seja, a tese de que a pretensa democracia racial brasileira tem como fim ideológico esconder o sistemático processo de genocídio em curso contra a população negra no Brasil (NASCIMENTO, 1978; 1980).

Partindo de uma crítica ao conceito de democracia racial, Abdias do Nascimento afirma que a história do Brasil é marcada pelo autoritarismo de uma elite branca, que domina as estruturas econômicas, políticas, institucionais e militares da sociedade como

um todo. Desse modo, perante um quadro de monopólio racial de recursos é impensável falar de uma verdadeira democracia política e muito menos racial. Tal retrato da sociedade brasileira advém de uma característica fundante de sua formação histórica: o genocídio sistemático das populações que sofreram o processo colonialista e que, mesmo com o término do colonialismo, continuam sendo dizimadas a partir de novos rearranjos do poder supremacista branco (NASCIMENTO, 1978).

Segundo Nascimento (1978), desde o regime da escravidão e, principalmente, com a abolição da escravatura, a população negra tem sofrido um processo de genocídio institucionalizado, sistemático e silencioso por parte do Estado brasileiro. É esta realidade de obliteração física, psicológica, cultural e espiritual do povo negro que deve ser politizada por negros/as, tendo em vista, sobretudo, que a democracia racial enquanto mito-ideologia oculta essa realidade. Como aponta e propõe o genocídio,

[...] concorre para que se de menos ênfase a desmistificação da democracia racial, para começar a cuidar do problema real, que vem a ser o genocídio insidioso, que processa dentro dos muros do mundo dos brancos e sob completa insensibilidade das forças políticas que se mobilizam para combater outras formas de genocídio (NASCIMENTO,1978, p.21).

Ou como acentua sistematicamente em outro momento, em que defende que durante os mais de 500 anos de história do negro no Brasil, a população negra sempre esteve sujeitada a um profícuo regime de opressão racial coordenado por uma elite supremacista branca que reatualiza constantemente os instrumentos para manutenção de sua hegemonia racial,

Através de todo período da escravidão, de 1500 a 1888, o Brasil realizou uma política de sistemática liquidação dos africanos. Da chamada abolição do cativo, de cunho puramente legal, até os tempos presentes, o esquema de esmagamento do descendente africano prosseguiu atuante, já agora adotando instrumentos mais refinados como métodos de opressão e de extermínio; esses mecanismos sutis têm permitido a supremacia branca manter a exploração do negro e viver quase sempre sem qualquer desafio sério e perigoso (NASCIMENTO,1980,p.229).

De acordo com o militante, a democracia racial legitimou-se e institucionalizou-se no Brasil através do apoio massivo das ciências históricas e de intelectuais brancos ligados politicamente ao *status quo* racial, como é o caso de Gilberto Freyre. Para Abdias do Nascimento os intelectuais legitimadores da democracia racial cumprem um papel de cunhar eufemismos raciais que dão legitimidade a mito-ideologia, eufemismos estes,

como a ideia de morenidade, raça cósmica, harmonia racial, miscigenação como valor nacional, dentre outras terminologias que tem como objetivo negligenciar o regime de terror racial ao qual negros/as estão sujeitos. Para o autor, o próprio Gilberto Freyre, por traz de sua pretensa posição de construtor intelectual de uma nacionalidade brasileira, está na verdade comprometido com o projeto nacional de “desaparecimento inapelável do descendente de africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro” (NASCIMENTO, 1978).

No argumento traçado em “*O Genocídio do Negro Brasileiro*” (1978) o mito-ideologia da democracia racial é definido como a grande máquina de aniquilação do povo negro, tendo como principais engrenagens, duas características que se complementam: o branqueamento e a mestiçagem.

Em primeiro lugar a força da ideologia do branqueamento que internaliza no negro o desejo psicológico, e muitas vezes físico, de clarear seus valores, práticas culturais e cor da pele, contribuindo assim para o aniquilamento gradual do grupo negro. Aponta-se ainda que a eleição do mulato, por parte da elite branca, como símbolo de brasilidade e como um dos pilares da democracia racial seria um reflexo de uma política de branqueamento que tem como objetivo final a consolidação física e cultural de uma sociedade unerracial brancóide. Um segundo feitiço da democracia racial seria a promoção de uma *mestiçagem programada* (NASCIMENTO, 1978).

Em sua argumentação Nascimento (1978) tenta operacionalizar as categorias mestiçagem e genocídio como centrais ao entendimento da dinâmica complexa do mito-ideologia da democracia racial. Mestiçagem apreendida a partir da miscigenação por meio do intercuro sexual entre as raças e de um posterior sincretismo cultural advindo dessa relação inter-racial que é fundada historicamente pelo estupro da mulher negro-africana por parte do homem branco-europeu.

Para Nascimento (1978), essa *mestiçagem programada* eliminaria do plano simbólico e físico a identidade específica da população negra, em detrimento a um homogeneizador ideal de uma nação brasileira que prioriza fenotipicamente e culturalmente os valores culturais do grupo dominante branco. A mestiçagem enquanto um dos ideais da democracia racial seguiria como uma das principais engrenagens motoras de um sistema de sujeição racial essencialmente genocida,

O abuso sexual a mulher africana e a mulher negra brasileira é mais do que simples abuso: é genocídio, fácil de constatar no crescimento da

população mulata e no desaparecimento da raça negra. E este transe foi mais tarde em prática política das classes governantes. Um processo de destruição combinado com outros instrumentos agressivos durante a escravidão, tais como maus-tratos, as torturas, a desnutrição, o trabalho excessivo, tudo isso conjugado, resultava na taxa extremamente alta de mortalidade infantil, e, através desse fenômeno de extermínio, o povo negro-africano jamais poderia, segundo os cálculos das classes dominantes, se tornar um problema ou uma ameaça (NASCIMENTO, 1980, p.234).

O livro tornou-se um marco teórico-político na guerra de posições ideológica em torno do conceito de democracia racial. Em primeiro lugar a obra foi publicada originalmente nos Estados Unidos, de maneira que foi a primeira vez que um intelectual negro e militante do movimento negro pôde desconstruir radicalmente a noção de democracia racial brasileira, tão aceita na época nos EUA, inclusive, por renomados militantes negros/as como aponta o próprio Abdias do Nascimento em seu texto. Nascimento em certa medida internacionalizou a política racial que o Movimento Negro desferia na academia e nas ruas contra o mito da democracia racial brasileira e tornou público internacionalmente a realidade de terror racial vivenciadas historicamente por negros/as no Brasil.

Um segundo aspecto importante do escrito do professor Abdias do Nascimento foi que, pela primeira vez, o conceito de Genocídio foi aplicado para definir a situação de sujeição e opressão racial experienciada historicamente pela população negra no Brasil, genocídio este não apenas físico, mas também cultural, e o mito da democracia racial seria a força motriz ideológica que dava sedimento e incremento a matança em curso de negros/as.

A politização do Genocídio do povo negro foi importante para municiar intelectualmente e politicamente a nova geração de militantes negros/as que emergira no interior das fileiras do que passou a ser conhecido como o *Movimento Negro Contemporâneo* (PEREIRA, 2009). Geração esta, que protagonizou uma nova maneira de se fazer política racial no Brasil, a partir do enfrentamento sistemático contra a então ideologia nacional da democracia racial.

Por fim, mas não menos importante, conforme demonstra Nascimento (1978) a ideia de Miscigenação que é tão cara ao mito da democracia racial é apenas uma ferramenta ideológica para legitimação do mito. De acordo o autor, o pretensível caráter de excepcionalidade racial brasileiro é fundamentado em uma aparente miscigenação

generalizada no período escravagista entre senhores e escravos, entretanto, tal aspecto não pode ser apontado como fator constituinte de relações raciais harmônicas, pois de maneira geral todas as sociedades escravistas foram miscigenadas, a verdadeira excepcionalidade do Brasil é que essa característica foi utilizada ideologicamente pelo *establishment* político intelectual para fundamentar a falsa idéia de uma democracia racial,

Em qualquer caso, a falsa imagem de uma escravidão humanizada, benemérita, com certa liberdade, tem sido atribuída ao Brasil como também a América Latina, de modo geral. E isto ocorre principalmente sob a justificação frequente da mistura de sangue, de raças, como se idêntica miscigenação não tivesse ocorrido na própria escravidão americana. A mistura biológica e de culturas, da África e da Europa, aconteceu em todos os países do novo mundo onde houve escravidão (NASCIMENTO, 1980, p.16).

Bem, diante dessa breve revisão sobre a constelação de significados em debate em torno da democracia racial, seja como mito-fundador da nação, ideologia de dominação da classe dirigente, programa estatal de genocídio ou mito-ideologia de autoengano do supremacismo branco, a idéia de democracia racial constitui um poderoso sistema de representação (HALL, 2003) em constante disputa por diferenciados atores públicos da sociedade brasileira. Nesse contexto, do ponto de vista que diz respeito às discursividades, significados, sentidos sobre raça e racismo atribuídos pelos atores em campo, pode perceber uma aceitação popular sobre a democracia racial brasileira. É inegável que, como sistema de representações, estrutura, ordena padrões de comportamento e se reproduz no dia-a-dia das relações raciais, como já apontou a bibliografia acadêmica sobre o tema,

Se a democracia racial é um mito – como sem dúvida é – trata-se de um mito fundamental das relações sócio-raciais, cujas origens foram inspiradas na fábula da mistura das três raças: a branca, a negra e a índia. Esse mito é aceito por uma grande parte do povo, que o reproduz no próprio cotidiano, articulando-o numa série de discursos (SANSONE, 1996, p.184).

Contudo, o sistema de representação histórico é também dinâmico, de maneira que é constantemente reinterpretado pelos atores a partir de diferentes referenciais simbólico-discursivos, que podem negar ou retroalimentar a *guerra de posições racial* (HALL, 2003) pelo controle representacional do sistema.

Ou seja, na experiência etnográfica em campo foi possível apreender que o mito da democracia racial se constituiu um terreno representacional movediço, em que o mito-

fundador da nação, a contranarrativa do MN e representações político-ideológicas da esquerda marxista, também fazem parte da prática cotidiana e discursividades dos agentes em campo. Nesse contexto, de certa forma, o mito está corrompido por uma miríade de significados oriundos de atores sociais diversos da esfera pública brasileira. Depois dessa breve contextualização, compete voltarmos a nossa inscrição etnográfica propriamente dita.

3.2. Narrativas e contra-narrativas na hegemonia racial brasileira

Certa vez estávamos cerca de dez homens no bar tomando uma gelada e “jogando conversa fora”. Desses dez homens, apenas eu e um senhor de meia idade não eram moradores do assentamento. O homem é um conhecido militante da região do Partido dos Trabalhadores (PT), um parceiro antigo do assentamento e do MST de forma geral.

Tudo corria tranquilamente até que a conversa foi interrompida por um grupo de cinco jovens do assentamento que chegaram irados, gritando e esbravejando palavrões. O motivo da revolta dos jovens era que tinham acabado de ser demitidos de uma fábrica³⁸ que trabalhavam, ainda segundo os jovens, o motivo da demissão coletiva foi a reivindicação do pagamento acertado com o gerente da fábrica.

Quando exigiram seu justo salário, o encarregado, um homem branco segundo os agentes, disparou uma série de insultos de caráter racial contra os jovens. No final da contenda foram retirados a força da fábrica pelos seguranças, com as palavras finais do encarregado “seus macacos pretos sem-terra saiam logo daqui ou vou dar um tiro em vocês!”.

De acordo os jovens, tudo isso aconteceu por que “o encarregado não gosta de preto. Aquele branco filho da puta chamou a gente de preto sem-terra” (A, 20 anos, morador do assentamento). Além de narrarem o fato, o jovens cobraram uma ação dos homens que estavam no bar e do próprio MST, “cadê o movimento agora?” e também uma posição de minha parte, “rasta, você não disse que é pelos preto, e agora? Nós vamos voltar lá e quebrar aquela desgraça toda, você vem com nois”. Eis então que começou o debate, o conflito, a peleja pela interpretação do ocorrido.

³⁸Cabe ressaltar que há alguns quilômetros do assentamento, na pista que dá acesso à cidade de Santo Amaro, se localiza uma fábrica de papel que comumente “emprega” de forma avulsa boa parte dos jovens do assentamento Nova Suíça. A fábrica é reconhecida pelos agentes pelas más condições de trabalho, remuneração e pela negação de direitos trabalhistas básicos.

Diante de nossa participação e observação da contenda, que se deflagrou por pelo menos duas horas no bar, pudemos apreender três conjuntos temáticos que sintetiza os significados e sentidos atribuídos pelos agentes sobre o fato ocorrido com os jovens.

Primeiramente um sentido atribuído majoritariamente pelos jovens que articula relações de trabalho precárias, pobreza e discriminação racial baseada na cor. Um segundo bloco de significação agenciado pela maior parte dos agentes presentes, homens, de meia idade, sua maioria negros, que articulava discursos sobre classe social, discriminação racial, no entanto, ao mesmo período enfatizava a dificuldade de se falar em racismo, ou mesmo se definir quem é negro no Brasil, sobretudo por que “Na Bahia todo mundo é meio preto”. E por fim uma linha de argumentação defendida pelo homem de meia idade branco, que articulava um discurso marxista, a negação do racismo, afirmação do ideal de democracia racial, o medo em “rachar” o Movimento, além de questionar a legitimidade da denúncia feita pelos jovens.

Diante do quadro exposto vamos inscrever algumas das narrações apreendidas³⁹ para conjecturarmos com mais concretude os sentidos e significados atribuídos pelos próprios atores em campo. Segundo a narrativa de C, 23 anos, filho de um casal de assentados, negro (ou negão como o próprio se autodeclara), o episódio deve ser interpretado nos seguintes termos,

Isso que aconteceu com a gente rola direto com os pivete aqui do assentamento e não é de hoje. Um bocado de gente aqui do assentamento e de santo amaro que trabalha lá já foi demitido assim, sem que nem pra que, só por que é pobre lascado sem terra e num sabe dos direitos, a gente também não dá valor a escola porra, ó professor ai, informadão, quem vê assim nem pensa. Mas eu tou ligado, eu sou analfabeto mas num sou burro não, na televisão direto passa as parada de racismo, das lei, que num pode mais xingar de preto que é crime, da processo e a porra, um dia desses mesmo eu vi em Bocão. Mas lá na fábrica não tem lei certa, lá você trabalha, num tem direito a nada, os cara fazem com você o que quer e ainda botam esses branco pra ficar te vigiando que nem no tempo da escravidão. Rapaz, eu fiquei pirado por que só perguntei a ele [o encarregado] se não íamos receber as hora toda que a gente trabalhou, ai ele disse que agente era uns “neguim muito osado”, que a gente devia dar graças a Deus pelo que já tinha recebido e que se a gente falasse demais não ia receber é nada. Ah véi, ai eu pirei o cabeção, eu sou homi porra, já quebrei cadeado e enfrentei policia em ocupação e num levo sugesta pra casa, ainda mais de branquinho playboizim que

³⁹Cabe frisar que como escolhemos o bar como lugar social privilegiado para coleta de dados etnográficos utilizamos de um recurso metodológico em especial. Em alguns momentos, particularmente, quando debates em torno de raça, racismo ou discriminação racial afloravam, ligávamos o gravador para registrar as falas dos atores. Tal “técnica” foi sugerida pelos próprios agentes que sinalizaram que ao verem o gravador se sentiam “com vergonha” e me orientaram a gravar sem que os mesmos tivessem conhecimento.

nem baiano é. Mas é isso mesmo, no Brasil pobre e preto só se fode, ainda mais se for sem terra. Um dia desses, eu vi na televisão que uns muleque da favela, tudo preto, preto mermo, foram no shopping comprar umas roupa e a polícia prendeu eles, bateu, fez a misera, por que não queria eles lá junto com os ricão, brancão mermo, racismo mesmo contra os favelado (C, 23 anos, filho de assentados).

D, um dos jovens que também foi demitido complementa,

É isso mermo pivete. Nois devia chegar lá com o Movimento, fazer uma bagunça lá na frente. Você vai colar que eu tou ligado, né rasta? Chama lá seu movimento também, a gente se junta, para tudo aqui, todo mundo também é negão. A gente chama Bocão que ele desce pra filmar, eles filma protesto contra preconceito que eu já vi (D, 20 anos, filho de assentado).

Percebe-se que os agentes possuem consciência prática e discursiva sobre as experiências de sujeição que vivem e convivem. Um dos atores evidencia que o episódio ocorrido não é um caso isolado, seria na verdade fruto de um processo de sujeição a relações de trabalho precárias, comumente vivenciada por outros moradores do assentamento que já trabalharam na fábrica. Tal histórico de subordinação seria também fruto de uma desinformação coletiva, gerada pelo baixo nível de escolaridade e conhecimento de seus direitos enquanto cidadãos, tudo isso, agravado pela situação de pobreza. A condição de sem-terra é o fato de que no Brasil “*preto só se fode*”.

Também é manifesto como a atuação da grande agência pública que é a mídia televisiva influencia no imaginário racial dos agentes. Nas duas narrativas inscritas os atores acionam episódios que acompanharam pela mídia televisiva, como recurso discursivo e de argumentação, em que apontam ser comum a televisão noticiar casos de racismo em noticiários. Também evidenciei que o sentido atribuído à condição étnico-racial e de classe, muitas vezes, parece se misturar em suas narrativas, classe e raça muitas vezes são sinônimos de sujeição, subordinação e pobreza.

É relevante acentuar que nas discursividades dos atores, em diversas ocasiões, o pesquisador-militante que agora etnografa o campo é mencionado como possível aliado para uma investida coletiva antirracista. Bem como, já desenvolvi pormenorizadamente no capítulo metodológico que minha condição de jovem negro, militante do movimento social negro e com trajetória colaborativa no MST, não foi invisibilizada no fazer etnográfico, pelo contrário, tais características são essenciais na perspectiva teórico-metodológica que

me filio (HARAWAY, 1988; PIERRE, 2008; ROSALDO, 1989; VARGAS, 2008; 2010; 2012).

Diante desse fato político e metodológico, percebi em muitos momentos que as contra-narrativas a processos de subalternização racial performadas pelos atores eram fundamentadas em discursividades evidentemente oriundas do repertório insurgente da agência pública do Movimento Negro, apreendidas pelos sujeitos através de representações da mídia e no contato com militantes do movimento social negro, como eu por exemplo, mas não somente⁴⁰.

Os outros informantes do assentamento que estavam no bar também verbalizaram suas opiniões. Apreciações essas que iam desde a acentuação de que o ocorrido foi fundamentado por ojeriza geral contra os sem-terra, ou ainda, a negação, e ao mesmo tempo afirmação, do caráter racista do acontecimento e discursividades em torno da miscigenação e baianidade. Quando questionados por mim se o acontecido era um caso de racismo, uma das respostas foi:

Olha professor eu vou ser sincero. Os menino é tudo neguinho mesmo e o rapaz lá é branco e ofendeu eles mesmo só que não é de hoje que acontece essas coisa com os sem-terra que trabalha lá na fábrica. Por que é assim, mesmo a gente tando aqui a muito tempo a discriminação contra os sem-terra ainda é forte por causa da televisão que sempre fala mal do Movimento. O povo da região, muita gente hoje em dia, ainda tem aquela imagem da gente como baderneiro, criminoso, ladrão de terra dos outro, então, tem muito preconceito ainda contra os sem terra, contra nossa classe. Mas é que nem os menino disse né? o povo preto já sofre assim há um tempão, desde lá dos tempo dos escravo e tem uns besta que acha que a gente ainda é escravo sem saber que hoje tem até ministro e presidente negão. Agora o que eu acho mesmo é que um cabra desse é muito do burro, por que na verdade, na Bahia quem é branco puro mesmo? Branco mesmo só o povo lá do sul mesmo, aqui todo mundo tem um pé na cozinha. E os preto também aqui num é puro, tipo África mesmo, eu mesmo sou escuro mas meu bisavô era branquim dos olho claro, bem clarim tipo gringo. Então pra mim um sujeito desse é muito burro e merece mesmo é uma coça boa que bem a gente fazia antigamente com jagunço (E, 50 anos, morador do assentamento).

Diferentemente dos jovens, podemos apreender na narrativa ilustrativa de “E” um misto de negação do racismo, afirmação de uma discriminação contra os sem-terra e,

⁴⁰ Devo ressaltar que não sou o único, primeiro ou último militante do movimento social negro que o assentamento nova suíça, e o MST de forma geral, tem contato ou algum tipo de aliança. O assentamento Nova suíça especialmente já foi sede de uma rádio comunitária que tinha como impulsionadores militantes do movimento social negro, coletivo estudantil de orientação marxista e militantes do MST.

notadamente, um discurso que permeava os meandros da ideia de baianidade e caráter miscigenado da sociedade brasileira como um todo.

Na narrativa de “E” pude intuir três blocos lineares de sentido e significados sobre raça que se complementam no ordenamento de seu discurso. Primeiramente uma ênfase nas discriminações sofridas historicamente pelo Movimento, uma espécie de estigma, propagado historicamente pela mídia televisiva que propagandeia um aspecto “baderneiro” aos Sem Terra, de forma que ainda na contemporaneidade as pessoas de forma geral teriam uma opinião estigmatizada dos militantes do MST.

Um segundo significado atribuído por nosso informante é a afirmação do caráter miscigenado da sociedade brasileira, e da Bahia principalmente. Segundo o informante é contraditório, e até mesmo intelectualmente incorreto, um indivíduo discriminar o outro pela cor, já que brancos ou negros “todo mundo tem um pé na cozinha”, mesmo ele, um “escuro” possui na genealogia de sua família um parente de primeira ordem branco. E, por fim, um pouco destoante da composição geral de sua narrativa, afirma em algumas passagens que de fato há uma discriminação contra os negros.

Pude perceber que, de forma geral, a fala de “E” sintetiza de maneira dilatada os sentidos e significados verbalizados pela maioria dos moradores que estavam no Bar no momento do debate. Um discurso torno da miscigenação, negação ou abrandamento do racismo, individualização dos processos de racialização e exaltação da inexistência de grupos cor/raciais no Brasil (democracia racial) foram recorrentes no arsenal de significados e sentidos atribuídos por esse grupo majoritário durante o debate.

Por fim, resta inscrever os sentidos verbalizados pelo único homem branco presente no momento da discussão, o chamarei de Marx. Marx é um homem que se auto-classificou e foi classificado pelos agentes como branco, é um conhecido militante do Partido dos Trabalhadores (PT) da região do Recôncavo e um antigo colaborador do MST, inclusive já ministrou cursos de formação para militância no Assentamento Nova Suíça e demais da região do recôncavo baiano.

Foi expressivo o descontentamento de Marx com a discussão, de modo que impossível não perceber. Se manteve calado por muito tempo, apenas gesticulando reações de desagrado em relação as narrativas dos outros informantes. Quando sua insatisfação chegou ao limite, o agente interrompeu bruscamente a conversa de todos os presentes, falando alto e de maneira um tanto incisiva. Palavras de Marx:

Olha só companheirada, a gente tem que tomar cuidado com essas coisas. Isso tudo que aconteceu foi por uma questão simples que a gente do Movimento já tá cansado de saber, é a luta de classes dos ricos contra os pobres. Quem tem dinheiro quer manda em quem não tem, isso é assim, desde que o mundo é mundo. A classe dos pobres contra a dos ricos. Hoje em dia é assim, tudo é racismo, você não pode nem chamar sua mulher de negra que vem neguinho querendo falar que isso é preconceito. Eu mesmo sou branco, minha mulher é escurinha e meu filho é pardinho escuro. No Brasil é assim, tudo misturado, não é que nem lá com os gringo que tem confusão entre brancos e negros, e até lá, já tem até um presidente negão. Agora assim, os menino falou, falou, xingou, mas cá pra nós, o que aconteceu mesmo? A juventude é assim, aumenta as coisas. O que vocês fizeram? Não começaram a briga primeiro? Eu conheço o rapaz que tão falando e ele não é desse tipo de gente. Vocês deviam falar o que aconteceu mesmo todo mundo aqui é do mesmo Movimento (Marx, 45 anos, Militante de partido de esquerda).

É difícil desconsiderar a força simbólico-ideológica entoada por essa narrativa. Em seu discurso, concepções político-ideológicas da esquerda branca, ideário da democracia racial, enaltecimento da miscigenação e questionamento sobre a veracidade dos relatos de vítimas de insultos raciais, se complementam em um complexo representacional de negação da cor/raça e processos de subalternização baseados na raça.

Em seu argumento reitera com ênfase a relevância das relações de classes nas dinâmicas de poder da sociedade, que, para o mesmo, tem uma base econômica que constrói um antagonismo histórico entre pobres e ricos. Desse modo, falar em racismo estaria se tornando uma forma corriqueira de identificar qualquer tipo de prática, seja ela uma relação de poder entre empregador e empregado, ou mesmo, as relações afetivas.

Nesse contexto, para Marx, hoje em dia haveria uma banalização generalizada onde “tudo é racismo”, de forma que qualquer tratamento, mesmo carinhoso, que seja pautada por cor seria visto como um tipo de preconceito. Além disso, reafirma o caráter miscigenado da sociedade brasileira, como por exemplo, sua própria família que seria toda “misturada”. E para finalizar, o informante questiona a veracidade dos fatos narrados pelos jovens, interrogando se de fato os acontecimentos de desenrolaram como os garotos relataram.

Diante desse quadro representacional pude examinar que sentidos em torno de cor/raça e processos de racialização são experienciados, vivenciados e interpretados pelos agentes a partir de um complexo repertório de significados. Democracia racial, discurso sobre miscigenação, crítica insurgente afrodescendente e ideologia política marxista,

formam um sistema representacional, complexo, em constante interação, quiçá, em disputa.

De fato, o ideário da democracia racial é presente nas falas e performances cotidianas dos atores, todavia, diante do itinerário etnográfico pude averiguar que apesar do mito ter, em certa medida, respaldo prático-discursivo entre os atores, diversas contra-narrativas ao mito também estão presentes no complexo de significados em torno da raça e processos de racialização vivenciados e performados pelos atores em campo. Como nos sinaliza Guimarães, e acompanho seu aforismo, diante da constatação etnográfica em campo, não podemos tratar o mito de forma ahistorica como querem maliciosamente/politicamente alguns setores da antropologia das relações raciais,

Comecei a reagir a esse discurso, pensando o seguinte: esse argumento é muito bom porque nos ensina a pensar as relações sociais, tais como elas se dão no cotidiano; nesse sentido, ele põe fim à politização excessiva do tema. Mas ele tem um defeito – ele acaba se apegando muito à ideia de estrutura, de longa duração, torna-se quase que um discurso ahistórico, como se estivéssemos tratando com uma matriz que não teve início e não terá fim. Se os que usam tal argumento são pouco críticos a respeito da historicidade dessa matriz, então eu os fustigo, perguntando: como nasceu a democracia racial? Quando se transformou num compromisso político? Será que esse discurso não pode acabar? Será que não está acabando? E, inspirado nas ideias de alguns cientistas políticos, como Souza (1971), por exemplo, penso a democracia racial como um compromisso político, que teve um começo, conheceu o apogeu, passou por crises e, talvez, tenha se esgotado (GUIMARAES, 2008, p.78).

Se de fato a democracia racial é um mito aceito por uma grande maioria da população, que o reproduz no dia a dia das relações sociais (SANSONE, 1996; GUIMARAES & HUNTLEY, 2000). Contudo, não podemos encarar o mito como um sistema de representação, inesgotável, imutável e ahistórico. Pelo contrário, seja na averiguação a partir do trabalho etnográfico em campo ou pela sinalização da bibliografia sobre as relações raciais, percebo que enquanto mito fundador de uma hegemonia racial (HACHARD, 1994-1996), a democracia racial passa nos últimos 25 anos por duras disputas agenciadas por diversos atores políticos sociais. Como argumenta e nos situa, Hanchard (2001) diz,

“... argumento que a desigualdade racial no Brasil pode ser pensada como um processo de hegemonia racial. Nesse processo, práticas racialmente discriminatórias com respeito à educação, ao emprego e a outros aspectos da vida, coexistem lado a lado com a falsa promessa de igualdade racial expressa na ideologia da democracia racial. Em consequência, muitos brasileiros brancos, tanto quanto outros de outras

cores, nunca reconheceram a existência de discriminação racial contra afro-brasileiros no país” (HANCHARD, 1996, p.227).

Nesses termos, devido à *guerra de posições*(HALL, 2003) em torno da democracia racial, nos últimos anos o Mito vem sofrendo reatualizações, colapsos, tensões ou mesmo um processo de tenra derrocada. Por *guerra de posições*, acompanhamos o pensamento político sobre a diáspora negra de Stuart Hall (2003), onde, ao retomar a obra do marxista Antônio Gramsci, como instrumental teórico para compreensão dos processos políticos contemporâneos em torno da raça e processos de racialização, resgata o conceito de **guerra de posições**.

Segundo Gramsci (Ver PORTELLI, 1977) as lutas políticas travadas por grupos nas democracias liberais industrializadas do ocidente são baseadas em guerras de posições, que consistem na tomada gradual, por várias frentes e por diferentes estratégias do Estado e da sociedade civil, com os fins, de se construir um bloco histórico para consolidação de uma hegemonia política, cultural e econômica na sociedade. Resgatando essa perspectiva gramsciniana, Hall defende que as lutas políticas raciais contemporâneas, são pautadas em guerras de posições, que buscam construir uma contra-hegemonia política racial, que estabeleça um contraponto ao *status quo* racial hegemônico supremacista branco. Tal guerra de posição, perpassa a conquista de “*trincheiras*” em grandes agências públicas como, instituições culturais, desconstrução de ideologias nacionais, educacionais, religiosas, famílias, movimentos sociais diversos, partidos políticos e na estrutura do próprio Estado. É nesse sentido específico; no tocante a política racial, que utilizo o conceito de guerra de posições.

Essas crises, distensões e contradições, frutos das *guerras de posições* nas esferas públicas discursivas no Brasil, se fazem presentes, mesmo que tacitamente, nas práticas cotidianas e sentidos atribuídos à raça pelos atores do Assentamento Nova Suíça, em que discursividades do imaginário político-cultural do MST, da política antirracista do Movimento Negro e da Hegemonia racial da democracia racial estão em constante e complexa interação.

3.3 O mito corrompido: guerra de posições na hegemonia racial brasileira

Diante desse contexto etnográfico, meu argumento é o seguinte: de fato o mito da democracia racial enquanto sistema de representações é aceito, vivenciado e reproduzido

popularmente pelos atores no cotidiano das relações raciais. No entanto, esse mito também se configura na sociedade brasileira como uma ideologia de hegemonia racial (HANCHARD, 1994) que ao negar a existência de raças, racismo e discriminações raciais, colabora vividamente com a permanência das desigualdades sociais baseadas em marcadores raciais, como aponta a literatura sociológica das desigualdades raciais (HASENBALG, 1979; 1988).

Um exemplo da operacionalidade dessa hegemonia racial é a própria sociabilidade no assentamento Nova Suíça. Onde, discursividades, significados de negação do racismo e exaltação do caráter miscigenado da sociedade brasileira, são contrastados com a recorrência cotidiana de estigmas sociais baseados na raça (como os insultos raciais), ou mesmo, como demonstramos em nosso primeiro capítulo, um cenário de pobreza, falta de acesso a saneamento básico, baixa escolaridade e moradia precária em uma comunidade onde mais da metade da população é negra.

Continuando a argumentação, se a democracia racial é de fato um mito-ideologia de hegemonia racial, tal hegemonia tem sofrido intensos choques político-discursivos na guerra de posições (HALL, 2003) da esfera pública, de forma que os atores performam o mito de forma “*corrompida*”, reproduzindo-o em certa medida, mas ao mesmo tempo atuando através de discursividades advindas de agências políticas internas e externas ao Movimento. Em campo pode alcançar dois discursos políticos “corruptores” da democracia racial, que são acionados pelos atores como repertório de significados em torno da categoria raça, primeiro a influência tácita do discurso antiracista do movimento social negro e, segundo, a forte presença de um imaginário político-cultural ideológico da esquerda branca marxista.

Então fica a pergunta: de onde vêm esses fragmentos do discurso antiracista anunciado timidamente pelos atores no campo? Ora, não é nenhuma novidade que na última década o discurso antiracista foi disseminado por diversificados setores da sociedade civil e do Estado através da luta política promovida por diversos movimentos sociais de ordem étnico-racial, nos vários setores da sociedade brasileira. Principalmente a partir da década de 1990, com as discussões sobre a necessidade de políticas compensatórias e afirmativas para a população negra, que geraram (e ainda geram) grande polêmica nas esferas públicas da sociedade brasileira⁴¹.

⁴¹Entre a década de 1990 e a primeira década do século XXI foi notória a grande polêmica gerada pelas chamadas políticas afirmativas. Em diversas ocasiões as elites mantenedoras do *status quo* econômico-racial

Tais discursividades políticas, agenciadas pelas organizações do Movimento Negro, ganham na primeira década do século XXI grande repercussão público-institucional, de maneira que o próprio Estado passa a alocar e reproduzir as demandas pautadas historicamente por esse ator político. É nessa conjuntura que se criam secretarias estatais para promoção da igualdade racial⁴²; aprova-se na suprema corte a viabilidade jurídico-institucional das cotas raciais em universidades públicas; estabelece-se o ensino de história afro-brasileira, africana e indígena em todos os níveis da educação básica; aprova-se o Estatuto da Igualdade Racial e, recentemente, criam-se cotas raciais em concursos públicos a nível federal (PEREIRA, 2005:2009; RODRIGUES, 2014).

Ou seja, nos últimos anos a mobilização política agenciada pelo Movimento Negro atingiu não apenas as ruas e academia, mas também instâncias importantes do Estado⁴³ brasileiro e, conseqüentemente, capilarizou-se pela sociedade brasileira em outras esferas. Farei um breve histórico sobre esse processo e como o mesmo impactou a proposta sociocultural do MST.

De acordo com Cristiano dos Santos Rodrigues (2014), em sua tese de doutorado, “*Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada*”, o Movimento Negro contemporâneo⁴⁴ tem galgado desde a constituinte de 1988 a incorporação por parte do Estado de demandas advindas de sua luta política na arena pública brasileira. Demandas estas que vão desde a criação de novas instituições no interior do Estado, ou mesmo a implementação de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades raciais que estruturam o Brasil.

Bem, ao contrário do que Michael Hanchard (2001) sinalizou em seu seminal estudo, o movimento negro tem constituído como um poderoso agente público de intervenção no Estado, trazendo importantes avanços no plano material e simbólico para população negra, ou mesmo para a sociedade brasileira de forma geral no que tange a democratização da sociedade e na desconstrução na mito-ideologia da democracia racial.

organizaram-se para barrar a investida do Movimento Social Negro. Tal contenda político-ideológica expandiu-se nas esferas públicas da sociedade, sobretudo através das grandes mídias que investiram em livros, revistas, programas de TVs e até telenovelas para discredibilizarem as ações afirmativas.

⁴²Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) tem o caráter de um ministério.

⁴³Tomo o conceito de Estado da obra de Antônio Gramsci, que expande a noção ao ponderar que o Estado não é apenas o uso legítimo da força e o controle de uma burocracia, mas também, possui funções educativas, formadoras de construção de consentimento. E mais que isso o Estado, segundo Gramsci, tem estreita relação com a sociedade civil, na verdade, as duas instancias se influenciam mutuamente em uma dialética complexa (PORTELLI,1977).

⁴⁴Segundo a bibliografia sobre o tema é consensualmente aceito que o termo contemporâneo se refere aos movimentos sociais negros pós-MNU, organização política negra, que refundou os pressupostos teóricos-políticos da militância negra no Brasil (PEREIRA,2005).

O movimento negro contemporâneo, a partir de uma política racial de conflito e de construção de oportunidades institucionais (RODRIGUES, 2014) no Estado, vem consolidando cada vez mais uma agenda de políticas públicas de caráter racial, que tem como marco fundacional institucional a participação massiva da militância negra na terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (3ª CMR)⁴⁵, onde foi exposto internacionalmente, em uma reunião com centenas de líderes de Estado, a realidade de sujeição, opressão e terror racial vivenciados por negros/as no Brasil, totalmente em contramão da propagada mitologia da democracia racial (CARNEIRO, 2002).

A partir da batalha de Durban (CARNEIRO, 2002) os agentes institucionais do Estado passam a reconhecer, mesmo timidamente, raça, racismo e discriminação racial como eixos conceituais estruturais para o entendimento e erradicação das desigualdades sociais no Brasil. E mais, depois de cinco séculos de uma política racial Estatal negacionista/genocida o Estado brasileiro passa pela primeira vez a adotar uma estratégia afirmativo-propositiva em relação à questão racial.

Retomado Rodrigues (2014), segundo o autor, a partir de Durban há um aprofundamento da institucionalização político-estatal perante a questão racial, que se efetiva na primeira década do século XXI com a construção da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a instituição de conferências municipais, estaduais e nacionais de promoção da igualdade racial e os programas de ação afirmativa no nível superior de ensino, fatores estes que demonstram como a agência política do movimento social negro impactou as esferas do Estado e, por conseguinte, a sociedade civil como um todo (RODRIGUES, 2014). Essa capilaridade alcançada através da política racial protagonizada pelo movimento negro difundiu-se inclusive pelos variados setores da esquerda marxista, não sem é claro, gerar tensões políticas e, sobretudo, delimitar os limites e possibilidades do tratamento da questão racial por parte dessa esquerda. Como relata o depoimento de um dos militantes do movimento negro entrevistados por nós,

Acredito que a atuação do movimento (negro) forçou uma agenda de luta que ora pautados em forma de “políticas de promoção de Igualdade racial”, ora cobrando Reparação ao danos causados pelo Estado brasileiro

⁴⁵Conferencia realizada na cidade de Durban na África do Sul entre os dias 31 de agosto e 08 de setembro de 2001. Reuniu 2500 representantes de mais de 170 países e foi um marco na constituição de políticas públicas de caráter reparatório em todo o mundo.

a comunidade negra e tornaram a questão racial uma discussão obrigatória sobretudo no pós Durban. Um monte de departamentos, secretarias e setoriais foram criados nas instituições políticas, inclusive nos partidos de esquerda. No entanto estes setores criaram guetos sem influencia política ou dotação orçamentária para atender demandas políticas colocadas pelos movimentos negros. As ações afirmativas nas universidades e o Estatuto da Igualdade racial como políticas publicas, hoje transformadas em políticas de estado, são resultado muito mais de conflitos do que negociações no âmbito das organizações de esquerda (*Depoimento cedido por Militante do Movimento Negro, data : 10/12/2014*).

Diante do revelado, é notório que nos últimos 20 anos, a partir da política racial do movimento negro, há uma mudança por parte do Estado, no que consiste a adoção de instrumentais institucionais para enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. Tal alteração não se restringe apenas a dinâmica do ordenamento burocrático, mas impacta também os próprios pressupostos do mito-ideologia da democracia racial que passam a ser debatidos avidamente por outras agências públicas da sociedade brasileira, como redes de televisão, radiodifusão, na internet, em periódicos jornalísticos e se difunde no interior de movimentos sociais populares que tradicionalmente não tinham a categoria raça como componente social a ser politizado (MAGRINI & LAGO, 2012).

Ou seja, a própria cultura política racial brasileira passa por mudanças, tensões, cisões, disputas e (des)construções latentes. Sendo assim, o impacto político institucional da mobilização do movimento negro não pode ser avaliado apenas no plano de alterações na estrutura burocrática do Estado, mas ainda a partir de tácitas mudanças nas práticas cotidianas, nos sentidos e significados sobre raça, atribuídos por diversificados atores e sujeitos sociais (RODRIGUES, 20014).

Sendo assim, nesse mesmo período de tempo, a agência política encabeçada pelo movimento negro, atinge também esferas importantes da sociedade civil, como é o caso dos movimentos sociais e partidos políticos (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005). Uma amostra desse contexto é que a partir da década 90, variados movimentos sociais, centrais sindicais, pastorais da igreja católica e partidos políticos passam a construir no interior de suas estruturas organizativas instâncias específicas para tratar das questões referentes à raça, ou, quando não instituem instâncias, passam publicamente a prestar

solidariedade organizativa junto às pautas históricas do movimento social negro (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007).

O próprio PT⁴⁶, que teve em sua fundação/construção históricos quadros oriundos da militância negra, constitui ainda no início da década de noventa a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, setor específico do partido para tratar das questões referentes a questão racial no interior da organização e na elaboração de um programa político que fosse/seja sensível as desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira.

É nessa conjuntura que as demandas, pautas e discursividades do ator político do Movimento Negro, transpõem na última década a esfera de alcance dos movimentos sociais urbanos, ganhando espaço também nos movimentos sociais rurais. Como é o caso do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que teve sua pauta forçada pela política racial do movimento negro, acrescentando ao seu léxico discursivo e plataforma política, discussões que pretendem contextualizar a concentração fundiária no Brasil através de um prisma que aguce o caráter racial da questão agrária. Como acentua a própria militância do MST,

Acredito que há uma necessidade de se construir a luta pela reforma agrária associada à luta pela superação do racismo. É mais do que necessário superar o latifúndio e também o racismo, pois no Brasil terra, raça e classe - latifúndio, racismo e desigualdade social - têm uma interligação, os problemas são análogos, conexos, relativos e as saídas, as estratégias de luta tem que ser pensadas no sentido de superar todas essas questões, não adianta acabar uma coisa e deixar outra. Portanto o tema racial estando na pauta do Movimento ou não, no Brasil a luta pela terra está também vinculado com a luta pela superação do racismo **(Depoimento cedido por militante coletivo de cultura do MST, data: 10/01/2015)**.

Voltando ao campo, na interação com as práticas, experiências e narrativas dos atores, foi possível averiguar que, de maneira implícita, algumas discursividades agenciadas pelo movimento social negro fazem parte do repertório de sentidos e significados sobre raça dos nativos. Noções judicializantes de práticas racistas, valorização (no outro) de uma identidade racial afirmativa, exaltação de símbolos-históricos do movimento negro, enaltecimento positivo de personalidades negras públicas e afirmação de caráter racista da sociedade brasileira, são partes constituintes do instrumental discursivo-representacional performados pelos atores, instrumentais esses que

⁴⁶ Partido dos trabalhadores

vão de encontro à hegemonia racial da democracia racial. Como já disse, a hegemonia mostra rupturas.

Uma das experiências etnográficas que me fez apurar proficuamente sobre essas rupturas na tessitura do mito-ideologia da democracia racial, foi a minha *participação observante na I caminhada pela Consciência Negra e Sem Terra*⁴⁷, realizada entre os dias 13 e 14 de novembro de 2013 no assentamento Nova Suíça, notadamente, na aplicação **do I caderno de formação - Questão Racial e Reforma agrária** que foi uma experiência etnográfica importante, na medida em que pude efetuar uma *participação observante* da agência política do movimento negro no interior das fileiras do MST e, sobretudo, de como essa agência política impacta os sujeitos sociais que participam do Movimento.

Outro aspecto relevante a ser ressaltado é que no processo de construção da ação comunitária, foram realizadas reuniões formais, das quais presenciei/participei, entre uma entidade do movimento negro, a coordenação do assentamento e da Brigada Carlos Marighela, de maneira que a atividade tocou na própria organicidade do Movimento e contribuiu para um acúmulo discursivo em relação a pauta racial, que em certa medida, tem caracterizado o MST-BA, diferentemente, do Movimento a nível nacional. De acordo a própria militância de maneira geral,

... Esse debate ainda é bastante carente e necessário, não me lembro de nenhum evento nacional dos que participei que houvesse uma pauta de debate sobre a questão racial, assim como não existe um setor ou uma frente nacional para discutir tais questões. Algumas pessoas tentam de maneira ainda tímida suscitar o debate. Mas na Bahia o tema está mais presente. Geralmente nos encontros estaduais escutamos mais o debate acerca da questão racial entranhado em meio a outros temas. Já participei de eventos estaduais em que o tema raça fazia parte da pauta de discussão. Talvez pela maioria dos habitantes baianos ser considerados negros, assim como a maioria dos militantes e integrantes do MST, notamos que a presença do tema raça esteja sempre presente, mas ainda há necessidade de aprofundar mais no debate de modo que adquira uma perspectiva de abrangência nacional (**Depoimento cedido por militante coletivo de cultura do MST, data: 10/01/2015**).

⁴⁷A ICCNST foi uma articulação comunitária realizada através de uma parceria entre uma entidade do movimento social negro⁴⁷ e o MST, através do protagonismo de educadores/as assentados que coordenam a escola Ernesto Che Guevarra. A atividade comunitária consistiu em exibição de filmes com a temática racial, Contação de histórias afro-brasileiras, oficina de percussão, oficina de grafiit, sensibilização infantil sobre heróis/heroínas negros e uma formação política comunitária a partir da aplicação/distribuição **do I caderno de formação - Questão Racial e Reforma agrária**, que foi produzido pelos militantes do núcleo Akofena em parceria com educadores do assentamento Nova Suíça. Todas as atividades culminaram no último dia em uma caminhada pelas ruas do assentamento, com bandeiras, faixas, cartazes e palavras de ordem, em clara alusão, as já históricas caminhadas da consciência negraprotagonizadas pelo movimento social negro durante o mês de novembro por todo país. Ver fotos em anexo.

O I caderno de formação – **Questão Racial e reforma agrária** foi confeccionado por militantes do Núcleo Akofena a partir de consulta a bibliografia sobre a reforma agrária e conversas formais com militantes do MST residentes no assentamento Nova Suíça. O caderno de formação é composto de *IV* e adota uma perspectiva histórico-processual em que traça um argumento de que “em diferentes períodos, a população negra (pretos e pardos) tem sido o grupo populacional que massivamente participou de diversas maneiras na luta por reforma agrária no Brasil” (AKOFENA;MST,2013, p.4). Ao final dos capítulos há um anexo onde é feita uma homenagem a Ojeferson Santos (*Immemoriam*), militante da frente de massas do MST-BA, que através de suas músicas denunciava a discriminação racial a qual negros/as são sujeitados no Brasil, além de ter problematizado internamente no Movimento a necessidade de se debater mais proficuamente a questão racial.

A distribuição do material foi realizada na noite do dia 13 de novembro de 2013 conjuntamente com a aplicação de um curso de formação política ministrado por três militantes do Núcleo Akofena⁴⁸. Com aproximadamente quatro horas de duração, o curso de formação foi realizado nas dependências da Escola Ernesto Che Guevarra e contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, com idades variando entre vinte e sessenta anos. A metodologia de aplicação do curso consistiu na construção de uma dinâmica de apresentação entre os presentes, exposição áudio visual temática, apresentação do caderno de formação e roda de conversa aberta sobre o tema **reforma agrária e questão racial**.

Diante do lastro de depoimentos coletados durante a aplicação do caderno de formação, edifiquei um quadro, em que arrisco organizar as *matrizes de sentidos e significados* que foram comumente anunciadas pelos atores em campo. Busquei destacar discursividades que foram comumente compartilhadas e reproduzidas no curso de formação pelos agentes. Tais discursividades, são um complexo representacional que aglutina os sentidos e significados sobre raça, racismo e sobre a própria política racial no Brasil, a partir do prisma dos atores.

⁴⁸ Eu fui um dos militantes facilitadores da formação.

QUADRO 2 - “Troncos” representacionais de sentidos e significados apreendidos na participação observante no Curso de formação Reforma Agrária e Questão Racial

EXPRESSÕES DOS ATORES	PARECER ETNOGRÁFICO
<p><i>Não dá pra fazer lutas de classes no Brasil sem a questão do negro. O racismo contra os negros ainda é muito forte no Brasil e o MST enquanto organização do povo tem que ter um compromisso maior com o combate ao racismo. Nos últimos anos nós temos nos aproximado do movimento negro, mas falta muito, temos que ter mais momentos como esse de formação. É muito importante.</i> (K, Setor de educação do Assentamento, 29 anos).</p>	<p>Essa é uma noção muito forte entre os atores. De fato, como indica a bibliografia, nos últimos dez anos o MST vem se tornando sensível ao processo de sujeição racial que negros/as sofrem no Brasil. Além de legitimar as pautas históricas referentes ao movimento negro. Todavia, a partir da emersão etnográfica foi possível constatar que de maneira geral os sujeitos sociais que compõem o Movimento também compartilham da postura organizacional adotada pelo MST e apontam a necessidade de avanço e aprofundamento.</p>
<p><i>A cultura dos sem-terra é a cultura negra. Eu já viajei o Brasil todo nos meus 15 anos nos sem-terra e em todo lugar que vou vejo que valorizamos a cultura do negro, o samba, a capoeira, o samba de roda, o boi bumba e tudo mais. A cultura dos negros é muito presente nos Sem Terra e é isso que temos que valorizar cada vez mais para combater a discriminação contra os negros. Em vários assentamento e ocupação a gente bota os nomes da história do negro, tipo zumbi dos palmares, Dandara, nega Zeferina</i> (Dona Y, Setor de produção, 55 anos).</p>	<p>Outo sentido recorrentemente atribuído pelos interlocutores no curso de formação é sobre uma tácita relação entre cultura negra e movimento sem-terra. Nessa perspectiva o MST teria uma forte ligação com a história e cultura da população negra que se faz presente nos assentamentos/ocupações através das manifestações culturais da cultura negra. Nesse contexto a grande ação protagonizada pelo Movimento é a valorização dessas práticas culturais negras em assentamentos/ocupações.</p>
<p><i>O Brasil tem muito que aprender com os Sem-terra nós estamos construindo um novo homem e uma nova mulher. Se tem um lugar que existe democracia racial nesse país é entre nós sem-terra</i> (Z, Dirigente, 50 anos).</p>	<p>A imagem de uma Democracia racial entre os Sem Terra é um sentido muito reificado pelos atores de forma geral. Ou seja, admite-se a existência de racismo, discriminações, preconceitos, ou mesmo, a maneira que as desigualdades sociais no Brasil são estruturadas a partir de critérios de cor/raça, entretanto, tais características vigentes na sociedade como um todo não se aplicariam na dinâmica política e cotidiana do movimento dos Sem Terra.</p>

<p><i>Agora a gente tem que ter muito cuidado ao falar das questões do negro para não dividir o movimento. A luta das mulheres nunca dividiu o movimento então temos que aprender com as companheiras por que nossa luta é de todos, do homem, da mulher, do negro, do branco, do índio. Temos que fazer a luta do povo (W, setor de juventude, 27 anos).</i></p>	<p>O medo do “racha” no Movimento foi uma discursividade vividamente presente nas falas dos atores. Uma explicita discursividade oriunda da forte cultura política marxista, que historicamente, tem sido refratária a politização da categoria raça no interior das esquerdas, por uma aparente divisão ideológica-organizacional que pode ser provocada pelo debate em torno de raça e processos de racialização.</p>
---	---

O quadro acima nos mostra em que medida, as mudanças ocorridas na política racial nas últimas duas décadas, tem percorrido variados setores da sociedade e alcançado a própria organicidade do MST. A *participação observante* nos possibilitou acessar como as transformações na *hegemonia racial* têm refletido no grosso de suas fileiras militantes, que passam a performar códigos de sentidos e significados sobre raça e racismo que “corrompem” os paradigmas clássicos da noção de democracia racial.

A partir da experiência etnográfica, seja no assentamento Nova Suíça, ou em outros *territórios socioculturais* que percorremos no MST, foi possível apreender que no que tange questões referentes à raça e enfrentamento ao racismo o Movimento tem adotado uma postura que no mínimo podemos chamar de ambígua. De um lado o MST tem investido institucionalmente na construção de um imaginário político que valorize representações políticas históricas do movimento negro para construção de uma identidade étnico-racial positiva. Como por exemplo, homenagens realizadas pelo Movimento a símbolos históricos da resistência negra, através da nomeação de assentamentos, ocupações, brigadas, ou regionais, com nomes de heróis, heroínas negras/os do Brasil. Símbolos tais quais, Zumbi dos Palmares, Carlos Marighella, Quilombo, Mocambo, Zeferina, Dandara, dentre outros/as. Política essa que toma um caráter nacional como demonstra o quadro abaixo,

QUADRO 3: Assentamentos com denominações referentes à memória política da resistência negra

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	ANO
CO	GO	Simolandia	PA Zumbi dos Palmares	2005
CO	GO	Vila Propício	PA Dandara	2004
CO	GO	Vila Propício	PA Zumbi dos Palmares	2001
CO	MT	Chapada dos Guimarães	PA Quilombo	1996
CO	MT	Dom Aquino	PA Zumbi dos Palmares	1996
N	PA	Pacajá	PA Zumbi dos Palmares	2003
N	PA	Parauapebas	PA Palmares	1996
N	PA	Parauapebas	PA Palmares II	1996
N	PA	Parauapebas	PA Palmares Sul	2001
N	RO	Nova União	PA Palmares	1996
NE	AL	Branquinha	PA Zumbi dos Palmares	1996
NE	BA	Camamu	PA Dandara dos Palmares	1998
NE	BA	Camamu	PA Zumbi dos Palmares	1997
NE	BA	Conceição do Coité	PA Nova Palmares	1998
NE	BA	Iguaí	PA Zumbi dos Palmares	2003
NE	BA	Iramaia	PA Dandara	2002
NE	BA	Sítio do Mato	PA Quilombo Barro Vermelho	1998
NE	CE	Crateús	PA Palmares	1995
NE	CE	Quixadá	PA Olivença / Palmares	1997
NE	MA	Altos	PA Palmares	1997
NE	MA	Altos	PA Palmares II	2000
NE	PB	Mari	PA Zumbi dos Palmares	2004
NE	PE	Bonito	PA Serra dos Quilombos	1995
NE	PI	Altos	PA Baixinha / Quilombo	1995
NE	PI	Altos	PA Quilombo	1996
NE	PI	Altos	PA Quilombo II	1996
NE	PI	Altos	PA Quilombo IV	1997
NE	PI	Amarante	PA Quilombola / Mimbó	2001
NE	PI	José de Freitas	PA Quilombo III	2004
NE	PI	Luzilândia	PA Palmares	2002
NE	RN	Macaíba	PA Quilombo dos Palmares II	2005
NE	RN	Macaíba	PA Zumbi dos Palmares	2002
NE	RN	Touros	PA Quilombo dos Palmares	1997
NE	SE	Macambira	PA Zumbi dos Palmares	1999
NE	SE	Malhador	PA Dandara	2002
S	PR	Palmeira	PA Palmares II	1990
S	PR	Querência do Norte	PA Zumbi dos Palmares	1998
S	PR	São Jerônimo da Serra	PA Palmares	1999
S	SC	Fraiburgo	PA Dandara	2001
S	SC	Lebon Régis	PA Conquista dos Palmares	1996
S	SC	Passos Maia	PA Conquista dos Palmares II	1997
S	SC	Passos Maia	PA Zumbi dos Palmares	1996
SE	ES	São Mateus	PA Zumbi dos Palmares	1999
SE	MG	Uberaba	PA Dandara	2005
SE	MG	Uberlândia	PA Zumbi dos Palmares	1999
SE	RJ	Campos dos Goytacazes	PA Dandara dos Palmares	2005
SE	RJ	Campos dos Goytacazes	PA Zumbi dos Palmares	1997
SE	SP	Iaras	PA Zumbi dos Palmares	1998
SE	SP	Presidente Alves	PA Palmares	1999
SE	SP	Promissão	PA Dandara	2004

Fonte: FERNANDES, Bernardo; FONSECA, Dagoberto; SILVA, Anderson; GIRALDI, Eduardo. “ **A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**”. In: SANTOS, Renato (Org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2007, p.137-161.

Também é possível observar a presença do debate racial no MST por meio da produção cultural do Movimento, seja em poemas, místicas e músicas que abordam em variados aspectos questões referente a raça e racismo. Como por exemplo, na obra dos poetas e músicos negros Cabacinha (*In memoriam*), Ojeferson Santos (*In Memoriam*) e Raumi Souza, ambos, participantes de setores organizativos do Movimento e que através de suas músicas/poesias protagonizavam uma política cultural que aborda a temática do racismo, da discriminação racial, da violência policial contra negros e da identidade étnico-racial negra. Essas produções culturais intercalam o repertório conceitual da tradição marxista com o arcabouço político-conceitual do Movimento Negro. Como sintetiza a composição de um dos coordenadores do setor de cultura do MST na Bahia, Raumi Souza,

Sou Revolução
Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução
Sou socialista, Sem Terra
Sou agricultor
Vítima do racismo, sou negro
Sou trabalhador
Sou afro-brasileiro
E tenho coragem e rebeldia
Pra derrotar essa nobreza selvagem
Essa burguesia
Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução
Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
Sou revolução

Observa-se que o protagonismo individual de alguns militantes do MST vem nos últimos anos construído um acúmulo discursivo em relação a questão racial. Mesmo partindo iniciativas isoladas, sinalizam de que maneira as discursividades políticas do movimento negro são recepcionadas, ganham novos espaços sociais e, sobretudo, são vocalizadas em outras arenas públicas.

Entretanto, por outro lado, apesar da valorização de aspectos simbólico-culturais da população negra o MST protagoniza uma política hesitante em torno das categorias raça e racismo. Basta analisarmos sua própria estrutura organizacional que se divide em setores:

Frente de Massa, Saúde, Gênero, Educação, Produção, Comunicação e Cultura, Formação e Juventude (CADERNO DE DEBATES, MST, 2009). No entanto, o debate político a partir da categoria raça é silenciado, tendo em vista que não possui uma instância organizacional específica para fomentar políticas coletivas de ação nos assentamentos e ocupações. Desse modo, o Movimento não demonstra ter a necessidade de um aprofundamento político-programático no que tange a questão racial (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007). Sobre esse aspecto, cabe ressaltar o parecer de um de nossos informantes sobre a necessidade da construção de um setor de raça no MST,

Acredito que se existisse um setor, coletivo ou uma frente que estudasse e discutisse a questão racial poderia contribuir para a ampliação do debate racial e a associação entre os temas terra, raça e classe de forma que contribuísse para a luta tanto pela reforma agrária quanto pela superação do racismo, pois acredito que a luta pela reforma agrária no Brasil é também uma luta pela superação do *racismo* (**Depoimento cedido por militante do coletivo de cultura do MST, data: 10/01/2015**).

E por fim, não podemos nos esquivar de analisarmos um dos seus principais símbolos para construção de uma identidade social Sem Terra; sua bandeira. A bandeira do MST é seu principal símbolo de resistência, onde se encontra um homem e uma mulher branca representando a necessidade da luta pela reforma agrária ser construída conjuntamente por mulheres e homens. Através dessa representação simbólico-imagética, o MST protagoniza uma política cultural que pretende colaborar para a consolidação de uma equidade de gênero. A bandeira representa dessa forma o “*tipo ideal*” de trabalhador/a rural sem terra do Brasil (e América latina).

Em um país como o Brasil, com mais da metade da população negra, onde cerca de 60% da população do campo também é negra (CENSO DA TERRA, 2007), tal representação social imagética reafirma os padrões estéticos da branquitude⁴⁹hegemônica, que são internalizados pelos sujeitos sociais que compõem o Movimento e valorizados como padrão estético universal a todos/as trabalhadores/as rurais sem terra.

Imagem :

⁴⁹A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG, 2004; PIZA, 2002; CARDOSO, 2010).



Sendo o MST um movimento social que tem como maioria esmagadora de seus componentes uma superpopulação de negros e Negras (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007; SOUZA, 2009), tal construção político-cultural da imagem social do Sem Terra, sinaliza a postura eurocêntrica da esquerda que historicamente tem homogeneizado a classe trabalhadora em arquétipos estéticos brancoide, que são universalizados como sendo um padrão para todos/as. Ou seja, revela um aspecto da reprodução e manutenção do racismo vigente em todas as esferas da sociedade brasileira, inclusive, em organizações de esquerda,

O racismo no Brasil está presente em todos os meios sociais, há uma alienação mútua de modo que o colonizado é alienado e o colonizador ao criar uma imagem mítica do colonizado, também é alienado em sua imagem. Portanto o MST, enquanto um movimento formado tanto por trabalhadores negros descendentes dos africanos, quanto por brancos descendentes dos europeus pobres que vieram substituir a mão de obra negra, preserva os pensamentos socialmente construídos. Deste modo podemos notar pensamentos tanto machista, embora o Movimento luta contra o machismo, pensamento homofóbico, embora o Movimento luta contra qualquer tipo de preconceito e notamos também a presença de preconceito racial (**Entrevista cedida por militante do coletivo de cultura do MST, data: 10/01/2015**).

Cabe uma atenção para força que a cultura política marxista exerce nas performances, significados e sentidos sobre a raça e racismo dos agentes em campo, pois o marxismo é também um agente social importante para compreensão das ambiguidades do MST perante a categoria raça. O marxismo é a força motriz ideológica que orienta politicamente a estrutura organizacional do MST e também, tem grande influencia nos

sentidos e significados sobre o mundo vivido dos sujeitos sociais que compõe as fileiras do Movimento.

Ora, mesmo nos últimos anos o Movimento incorporando timidamente o discurso antiracista, ate mesmo,pronunciando publicamente a solidariedade as lutas por direitos humanos,das minorias raciais e construindo uma rede de alianças com o movimento negro, tal inclusão organizacional,tem sido tímida, quiçá, quase retórica, tendo em foco o lugar estrutural das desigualdades raciais no ordenamento da sociedade brasileira, seja no campo, ou na cidade. Assim como aponta pesquisas realizadas pelos próprios militantes do Movimento,

A nossa mediação a respeito da estratégia de luta do MST - que é composto de uma imensa quantidade de negros, assim como a classe trabalhadora no geral - tem insuficiência em abordar a questão da desigualdade racial como um problema de classe e a desigualdade social brasileira como um problema estritamente gerado pelo processo de colonização. O racismo cumpre com eficácia o seu papel: faz com que o colonizador possa dormir com a consciência serena - já que está explorando “sub-raças” - e faz com que o colonizado sinta-se fraco e inferior, possibilitando o aumento da dominação cultural (LIPPOLD, 2005, p.11). Entendemos que há no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra uma compreensão do processo, o próprio João Pedro Stédile já o abordou na série *A questão Agrária no Brasil*. Mas, os estudos sobre a influência negra na construção identitária do MST e a interligação entre a questão agrária com a questão racial, de maneira mais profunda e permitindo debater a conexão do problema da desigualdade social com o problema racial, ainda é necessário e urgente (SOUZA, 2013, p.10).

Nesse contexto, o MST, do ponto de vista institucional-organizacional, não abarca em seu programa de emancipação ou na sua leitura política da formação do mundo rural no Brasil, o vinculo histórico-estrutural entre raça, racismo institucional, latifúndio e a própria emergência da categoria sem terra no Brasil (MOURA 1994). Desse modo, continua

reproduzindo o marco teórico-estratégico de uma da esquerda branca ocidental, especialmente, a tradição Marxista-stalinista-leninista ou trotskista.

Na *participação observante*, seja no assentamento Nova Suíça, ou em outros espaços socioculturais do MST, é latente como os sentidos e significados expressados pelos atores são orientados por uma intrincada rede de representações sociais, em que imaginário popular marxista⁵⁰, noções sobre a idéia de uma democracia racial entre os sem-terra e discursividades da agenda pública antiracista do movimento negro formam um complexo representacional em torno da política racial brasileira, que também subvertem os paradigmas clássicos do mito-ideologia da democracia racial

As discursividades de base ideológica marxista, de vários níveis, fazem parte dos códigos de sentidos operados pelos atores para dar significados a processos de racialização ou sujeição antinegro. Sendo assim, o marxismo é de fato a matriz sociocultural por excelência do MST e é difundida pelas suas instâncias político-institucionais, em curso de formações, seminários, nos congressos e nas próprias produções culturais ligadas a organização. Sendo assim, Fica evidente na experiência etnográfica em campo que o discurso político marxista tem larga aceitação e os atores reproduzem essas discursividades de diferentes maneiras e níveis de apreensão cognoscível. Desse modo, diante da *participação observante*, foi possível constatar que muitos sentidos e significados performadas pelos atores para dar sentidos à raça e racismo, tinham como pano de fundo compreensões variadas sobre categorias do marxismo.

O MST reivindica-se como herdeiro da tradição branco-ocidental Marxista-leninista e são a partir de tais referenciais teórico-políticos, que constrói seu programa político de reforma agrária popular em ocupações, acampamentos e assentamentos rurais por todo o Brasil, e mais que isso, o marxismo é também pedra angular para própria organicidade do Movimento. Diante desse quadro, retomar a história da (não) incorporação da questão racial na esquerda branca marxista é de salutar relevância para compreendermos os referenciais organizacionais pelos quais o MST institucionalmente codifica as categorias de

⁵⁰Quando digo imaginário político popular marxista parto da experiência de *participação observante* onde pude constatar que boa parte da militância do MST tem acesso ao discurso marxista através de cursos de formação, contato com militantes marxista, participação em palestras e nos encontros do Movimento. Entretanto, apenas uma pequena parte da militância do MST se dedica sistematicamente ao estudo do marxismo enquanto filosofia e epistemologia política, tendo acesso apenas a um conhecimento básico que é expressado pelos atores em campo através de noções como classes sociais, luta de classes, oprimido x opressor etc.

raça e racismo na sociedade brasileira, inclusive, pode nos relevar os fundamentos das ambigüidades do Movimento diante a questão racial.

CAPITULO 4- A QUESTÃO RACIAL NA HISTÓRIA DA ESQUERDA BRANCA MARXISTA: EUROCENTRISMO, RACISMO E DEMOCRACIA RACIAL NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

*A vida, afinal,
sempre foi mais que luta de classes
– Hamilton Cardoso - Em o Resgate de Zumbi*

Tendo como marco fundacional os escritos de Marx e Engels que, durante a segunda metade do século XIX, formularam um *corpus* teórico radical para compreensão das raízes históricas do sistema capitalista, a intitulada esquerda branca marxista⁵¹, se consolidou historicamente como uma tradição política, teórica e ideológica que há aproximadamente dois séculos elegeu a luta de classes como engrenagem motora da história da humanidade e a derrocada da civilização capitalista como princípio básico para construção de uma sociedade comunista, em que não existiriam quaisquer tipos de exploração do homem pelo homem.

No entanto, foi a partir da revolução russa de 1917 que a tecnologia política da esquerda branca marxista difundiu-se pelo mundo, alçando seu paradigma organizativo como ideia motora de lutas políticas anti-imperialistas, anticoloniais, revolucionárias e na constituição de movimentos sociais no campo e na cidade. No Brasil, a esquerda marxista tem como marcos históricos a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, com forte alinhamento Leninista-stalinista e, posteriormente, nos idos de 1970, acompanhando uma autocrítica internacional do campo de esquerda, a constituição de movimentos sociais, partidos e frações de tendência marxista leninista ou trotskista.

Nesse mesmo período de tempo houve um árduo e vagaroso debate no interior da esquerda branca marxista internacional sobre o chamado “problema racial” ou “a questão negra”, que compreendia aspectos como a relevância política da categoria raça no desencadeamento da luta de classes e da necessidade, ou não, da formulação de uma teoria política marxista para interpretação do racismo enquanto fenômeno que obedecesse a leis

⁵¹ Posteriormente delimitaremos em que sentido utilizamos esse conceito.

específicas de opressão. Tal alteração e muitas vezes confusão, deve-se ao fato da pouca, ou quase nenhuma, atenção dada ao tema por Marx e Engels, os fundadores da tradição, ou mesmo por seus herdeiros teóricos clássicos, refiro-me aqui, a Lenin, Stalin e Trotsky.

Nesse contexto, as primeiras tentativas de associar a tecnologia política marxista à questão racial foram provocadas por mudanças na geopolítica global, causadas por movimentos nacionalistas que, nos fins do século XIX, reivindicavam sua libertação das potências imperialistas e a consolidação de Estados autônomos geridos por etnias e grupos raciais minoritários. Nessa ocasião, a questão racial surge nas formulações teóricas dos fundadores do marxismo como subproduto da questão colonial, em escassas reflexões sobre a dominação política de nações imperialistas em territórios coloniais na América, Ásia, África e no interior da própria Europa.

Em um segundo período, no início do século XX, o tema ganha um novo fôlego dentro da esquerda branca marxista a partir das resoluções políticas defendidas nos congressos da III Internacional Comunista, em que aspectos como neocolonialismo, autodeterminação dos povos, além das primeiras formulações estratégico-programáticas de uma teoria marxista do racismo começam a tomar contornos. Não sem, é claro, tensões, contradições e ambiguidades políticas entre as teses defendidas na IC⁵² e as práticas dos Partidos Comunistas.

Diante do exposto, cabe ressaltar o foco dessa análise. Nossa intenção é investigar o aspecto organizacional da incorporação do debate/pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida características eurocêntrico-racistas compõem aspectos da política organizacional do Movimento. Nossa análise terá dois níveis complementares; um histórico e uma análise organizacional. Histórico no sentido de percorremos a história e trajetória da (não) incorporação da questão racial na estrutura organizativa da esquerda branca marxista. Também organizacional, pois a luz de documentos programáticos, entrevistas e análise de símbolos do Movimento, efetuo uma etnografia organizacional do MST, apontando em que sentido aspectos eurocêntricos da tradição marxista-leninista e da ideologia racial dominante, fazem parte do arsenal ideológico do Movimento para a interpretação política da questão racial.

⁵² Internacional Comunista

Para tal feito, realizaremos um levantamento dos debates realizados nos congressos da III Internacional Comunista no que tange a questão racial. Elegemos a III Internacional pelo fato de ter sido o primeiro fórum de debate formal da esquerda marxista mundial a tratar sobre os temas envolvendo uma interpretação marxista do racismo e, mais que isso, foi através dos congressos, assembleias e resoluções programáticas da III Internacional que orientações político-estratégicas sobre como tratar a questão racial foram globalizadas entre organizações da esquerda marxista a nível planetário.

Em um segundo momento, remontaremos como o acúmulo político em relação à questão racial foi recepcionado pela esquerda marxista no Brasil. Nesse contexto, resgataremos um período histórico que começa com a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, percorrendo também as reorientações organizacionais e teóricas da esquerda marxista a partir da década de 1970. Daremos uma ênfase a latente tensão política racial entre a esquerda marxista e o movimento negro brasileiro, que nos aponta para os limites e possibilidades de atuação da esquerda marxista diante da pauta racial.

Por fim, daremos destaque ao próprio MST, articulando o a análise de documentos programáticos, com material etnográfico colhido em entrevistas com dirigentes políticos do Movimento e também com militantes do movimento negro. Nosso interesse é tencionar, em uma perspectiva crítica e engajada, as posturas no mínimo ambíguas do MST perante a questão racial, no sentido em que ao mesmo tempo que sinaliza uma sensibilidade com a pauta, mantém uma estrutura organizacional onde uma minoria de homens brancos dirige uma organização constituída por uma superpopulação de negros/as (SOUZA, 2009).

Desde já alertamos que esse recuo histórico de mais de 100 anos não pretende abarcar a totalidade e multiplicidade de uma teoria política marxista em torno da política racial. É um fato inconteste que a internacionalização do marxismo, a partir da bipolarização do mundo pós II guerra mundial, possibilitou que variados atores políticos em contato com a tradição marxista construíssem formulações político-teóricas no que tange uma interpretação da questão racial⁵³. O que almejamos é percorrer o pensamento político da esquerda marxista em relação às categorias raciais a partir de seus fundadores e herdeiros teóricos clássicos, pois é essa matriz marxista-leninista, e em certo sentido

⁵³Exemplos da apropriação do marxismo para interpretação de realidades racialmente estruturadas podem ser vistos nos escritos de variados autores e militantes da luta de libertação em África. Amílcar Cabral, Samora Machel, Nelson Mandela, Steve Biko, C.L.R. James, Kwame Nkrumah são alguns desses nomes, que em certo sentido, viraram o materialismo histórico de ponta a cabeça.

também trotskista, que se difundiu pelas organizações políticas da esquerda marxista a nível internacional. O MST enquanto organização marxista-leninista é também legatário dessa tradição teórico-política que difundiu padrões organizacionais e estratégicos no tratamento da questão racial.

4.1. A questão racial na III Internacional Comunista (1919-1943)

A organização Internacional de trabalhadores, conhecida também como I Internacional, foi fundada na Europa na segunda metade do século XIX, articulada por militantes marxistas, sociais democratas e anarquistas, com o objetivo de organizar a luta de trabalhadores por todo o mundo. Contudo, devido intensas disputas internas, travadas entre marxistas e anarquistas, a organização perde força e é desativada no ano de 1874. Em seguida há uma nova tentativa por parte das correntes sociais democratas de rearticularem a organização, fundando assim a II Internacional, que também não logrou grandes vitórias, sobretudo, pelo seu esvaziamento por parte das tendências mais radicais, como os marxistas e anarquistas (BUONICORE, 2005; CHADAVÉRIAM, 2007).

Posteriormente, com o êxito da Revolução Socialista Russa (1917), o movimento marxista europeu rompe em absoluto com a Organização Internacional dos Trabalhadores e decidem construir uma internacional especificamente voltada para frações marxista-comunistas. É nessa conjuntura política que, sob a coordenação de Lênin, é fundada a III Internacional Comunista (III IC), que inicialmente teve uma estrutura organizativa reduzida e escasso poder de mobilização. Quadro esse que mudaria a partir de 1920, quando boa parte dos países do mundo, muito influenciados pela Revolução Russa, possuía um partido marxista-leninista (CHADAVÉRIAM, 2007).

Essa conjuntura propiciou vívidos debates no interior do movimento marxista internacional sobre aspectos estratégicos da luta de classes e do processo revolucionário como um todo. É nesse bojo que a intitulado questão racial vem à tona, inicialmente como subproduto das questões colonial-nacional e posteriormente adquirindo especificidade teórica no interior da crítica social marxista. É nesse contexto, que já nos primeiros anos a questão nacional e colonial ocupam um lugar central nos congressos da III Internacional, especialmente, diante do protagonismo de Lênin em defender a tese política do direito de *autodeterminação dos povos*. Ou seja, a legitimidade política de nações oprimidas pelo imperialismo organizarem autonomamente um processo de luta nacional de libertação.

Para Lênin, a questão imperialista, ou seja, a subjugação econômica, política e militar de nações/nacionalidades oprimidas por parte do capital financeiro em expansão, eram um atributo central para o pleno entendimento da luta de classes. Segundo o autor, o capitalismo era uma formação social cuja base política e econômica não poderiam ser dissociadas, sendo assim, na base econômica se encontrariam as grandes corporações transnacionais e em seu arquétipo político, estariam os grandes estados capitalistas que utilizavam do imperialismo como ferramenta política para fortalecer hegemonia do capital no mundo. Sendo assim, a derrocada do imperialismo era estratégica para internacionalização da revolução socialista (LÊNIN, 2011).

Os movimentos anti-imperialistas, muitos dos quais vinculados a uma forte ideologia nacional seriam manifestações legítimas dos povos oprimidos do mundo diante da opressão capitalista e seria dever do movimento marxista apoiar a autodeterminação desses povos colonizados rumo à libertação nacional. Dentre as nações subjugadas pelo imperialismo com direito a autodeterminação, estariam povos dentro da própria Europa, como os judeus, irlandeses, poloneses, prussianos e povos fora da Europa: africanos, asiáticos e os negros no continente americano. Porém, é apenas a partir de seu terceiro congresso, que a III IC começa a formular uma teoria marxista que aborde as especificidades das estruturas de opressão racial.

Diante desse quadro analítico, em 1921 o delegado sul-africano David Ivon Jones publica teses na revista oficial da III Internacional onde defende que o fim do capitalismo, não necessariamente, desintegraria a fronteira racial, apontando para necessidade estratégica do movimento marxista construir um programa de luta de classes que abarcasse o conflito racial existente a nível global e a denúncia do racismo intraclasse existente por parte dos trabalhadores brancos para com os negros,

A importância da questão negra foi constatada pelos congressos comunistas internacionais. Esta questão assume uma gravidade especial, quando os ódios de raça se manifestam entre trabalhadores brancos e negros. [...] Só se poderá combater o capital em certos países quando o ódio racial for apaziguado. Além disso, este ódio pode sobreviver ao capitalismo. [...] Na América os negros formam um decido da população. Na África do Sul, eles são muito mais numerosos que os brancos e representam por vezes uma seria concorrência. Mas não existe uma burguesia autóctone. Em geral, os negros fornecem apenas a mão de obra desqualificada [...]. Negros e brancos trabalham juntos, mas com especialidades diferentes, de modo que o branco considera o negro como seu inferior. Esta hostilidade vem do temor de ver o negro se elevar ao

trabalho qualificado e de abarca-lo (Apud CHADAREVIAN, 2007, p. 84-85).

Esse acúmulo político construindo nos fóruns de debates da III internacional, culminaria na sistematização, em seu IV Congresso, do primeiro documento do movimento marxista mundial a estabelecer uma interpretação e estratégias de luta de classes que focalizava a opressão racial. Segundo “*As Teses sobre a Questão Negra*”, a população negra seria oprimida em uma perspectiva transcontinental: em África pelo imperialismo colonialista e na América pelo capital financeiro estadunidense. A opressão racial possuiria como estrutura fundante o capitalismo, que gerava para os negros desigualdades sociais, políticas e econômicas agravadas pelo marcador racial, uma dupla opressão, de raça e classe. Ainda de acordo esse documento, os negros estadunidenses ocupariam um papel central na revolução socialista, pois devido ao nível acirrado de contradição racial nos Estados Unidos, seriam a vanguarda revolucionária na derrocada da opressão racial e do capitalismo na América. Dessa maneira, a luta contra opressão racial de negros por todo o mundo seria, sobretudo, um enfrentamento ao capitalismo e imperialismo. Como Dizia o documento, “[...] o inimigo da raça negra é também inimigo dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo” (Apud CHADAREVIAN, 2007, p. 85).

Em seguida, em seu sexto congresso no ano de 1928, a interpretação marxista diante o dilema racial toma novos contornos na III IC. Segundo a análise em tela, a população negra deveria ser dividida geograficamente em quatro contextos raciais que exigiriam do movimento marxista estratégias políticas diferenciadas. Nos EUA e na América do sul os negros, apesar de formarem um grande contingente populacional, seriam minoria. Na África do Sul comporiam uma maioria diante os brancos, na Libéria, Haiti e República Dominicana constituiriam estados negros e na África Central a população negra estaria dividida diante o julgo das nações imperialistas. Dessa maneira, a opressão racial que os negros estariam sujeitados teria uma dimensão internacional e dotada de especificidades de cada realidade concreta,

A raça negra em todo lugar é uma raça oprimida. Sejam eles uma minoria (EUA, etc.), maioria (África do Sul), ou habitantes em um chamado estado independente (Libéria), os negros são oprimidos pelo imperialismo. Portanto, estabelece-se um vínculo comum de interesse na luta revolucionária de libertação racial e nacional da dominação imperialista dos negros em várias partes do mundo (Apud CHADAREVIAN, 2007, p.86).

A despeito das formulações e orientações programáticas encaminhadas no fórum da III Internacional, houve tensões e contradições no que tange a aplicação organizacional das teses políticas marxistas sobre a questão racial. Tais resistências tiveram suas raízes em um duplo movimento: de um lado partidos comunistas lotados em nações historicamente imperialistas demonstravam uma forte aversão em adotar as orientações políticas de advindas da III internacional, especialmente, no que consistia a solidariedade real ao direito de *autodeterminação dos povos* das nações coloniais, com atenção particular para as posturas racistas, eurocêntricas e chauvinistas dos partidos comunistas da França, Portugal e Inglaterra, que incorporaram ideologias raciais dominantes. Por outro lado, no mesmo período de tempo em que o marxismo se espalhava internacionalmente, o Pan-africanismo se consolidava como teoria política-organizativa dos negros explorados no mundo, forjando marcos epistemológicos que, em certa medida, iam de encontro a muitos dos preceitos marxista-leninistas.

Muitos dos partidos comunistas de nações imperialistas adotam posicionamentos contraditórios diante dos pressupostos teórico-estratégicos da III Internacional. A principal contradição emergia em posições políticas de cunho eurocêntrico-racista de muitos PCs⁵⁴, sobretudo diante do colonialismo, justificando-o em certa medida, ou mesmo defendendo a tese da missão civilizatória do socialismo em nações colonizadas, que só poderiam alcançar autodeterminação através de um processo revolucionário liderado pela esquerda marxista das metrópoles imperiais, ou seja, pela esquerda branca marxista (CHADAREVIAN, 2007; MOORE, 2010).

Um exemplo é o PC francês, que sustentava o seguinte posicionamento dentro da própria III Internacional: diante do fato das possessões coloniais serem constituídas de uma massa de nativos racialmente inferiores, a autodeterminação seria uma tese por si só infundada. Ainda segundo o PC francês, a exploração colonial traria benfeitorias políticas e materiais para classe trabalhadora europeia, de maneira que a colonização era uma engrenagem necessária para plena constituição da revolução socialista em escala global. Posição essa em perfeita consonância com o programa do PC português, que argumentava que um movimento de libertação em possessões imperiais portuguesas iria colaborar com a hegemonia da classe burguesa, em detrimento da classe revolucionária proletariada europeia,

⁵⁴ Partidos comunistas

A nós comunistas portugueses, não nos pode ser indiferente a sorte dos 44 mil negros de S. Tomé e Príncipe, 200 mil da Guiné, 4 milhões de Angola e 3 milhões e meio de Moçambique, verdadeiros escravos, explorados pela parte mais boçal e inculta da burguesia internacional. [...] É claro que nas nossas colônias africanas [...] um movimento separatista, dada a incultura das massas negras, só aproveitaria às burguesias de várias cores que atualmente exploram os nossos territórios coloniais. [...] Devemos [...] conseguir submeter à nossa influência o proletariado europeu trabalhando nas colônias; fazer-lhe nascer um sentimento de fraternal amor por essa pretalhada ignara, que ele tantas vezes ajuda a explorar por conta do patrão comum (Apud CHADAREVIAN, 2007, p.90).

Além das contradições internas do movimento marxista internacional, no mesmo período houve tensões entre a plataforma política apresentadas pelo pensamento marxista-leninista diante da questão racial e o emergente movimento pan-africanista, especialmente pelo fato do pan-africanismo afirmar que o marxismo não seria uma alternativa política para os povos negros do mundo, seja ao dilema colonial, ou mesmo, ao próprio capitalismo (NASCIMENTO, 1980; MNU, 2008; BENJAMIM, 2013)

De acordo o pensamento político do Pan-africanista⁵⁵, todo afrosdescendente, seja no continente africano, ou na diáspora africana, compartilharia de uma história, cultura e modos de vida e luta política comum, que seriam as bases fundacionais de uma unidade negra a nível global, um terreno político propício no qual os povos negros colonizados construíram, de maneira autônoma e independente, processos de libertação nacional. Nesse sentido, o Pan-africanismo foi à força motora ideológica e organizacional que interligou internacionalmente movimentos sociais e de libertação negra em toda a diáspora africana, construindo uma perspectiva política pautada na autodeterminação e autonomia das organizações negras em todo o mundo. De maneira geral as vertentes clássicas do pensamento político Pan-africanista defendiam a tese de que os povos africanos e da diáspora negra, teriam em suas raízes históricas a tecnologia política própria para o enfrentamento ao colonialismo, imperialismo ou capitalismo, de maneira que o marxismo, ou quaisquer outras teorias fundadas pelo ocidente, seriam perspectivas epistemológicas organizativas estruturalmente eurocêntricas e de dominação racial (MOORE, 2010; 2012).

⁵⁵ Para aprofundar no pensamento político pan-africanista ver; Patrice Lumumba, Aimé Césaire, Cheikh Anta Diop, Malcolm X(1992) , Steve Biko, Kwame Nkrumah, Lumumba, Leopoldo Senghor, Haile Selassie, Samora Machel (1979), Nelson Mandela(1989) , Sekou Touré, Amílcar Cabral(1980) , Oliver Tambo, Agostinho Neto, Jomo Kenyata, Julius Nyerere, Assata Shakur (2001) , Winnie Mandela.

Na primeira metade do século XX o Movimento pan-africanista delineia seus primeiros contornos políticos organizacionais . Primeiramente a partir da realização da **I Conferência Pan-africana** que ocorreu em Londres, nos anos de 1900, articulada por diversos intelectuais negros, com destaque para o protagonismo de Sylvester Williams (1869-1911). E em um segundo momento nos anos de 1919, com a realização do **I Congresso Pan-africano**, em Paris na França, impulsionado por W.E.B. Dubois⁵⁶. Tanto em Londres (1900) quanto em Paris (1919) foram formuladas as primeiras propostas sistematizadas do pensamento político pan-africanista, inclusive, elaborando documentos organizacionais, como o “*Código de Proteção aos Nativos Africanos*”, que já previa o direito a terra, educação e o fim do regime de escravidão racial na diáspora africana.

Outra vertente do movimento Pan-africanista ganha destaque a partir dos anos de 1920 com a construção de uma plataforma política orientada pelas ideias de Marcus Mosiah Garvey. Nascido em 17 de agosto de 1887 na cidade de St. Ann`s Bay na Jamaica, Garvey foi fundador da *Associação Universal para o Desenvolvimento do Negro* (UNIA), organização política Pan-africanista, fundada na Jamaica que em curto espaço de tempo se espalha pela América do Norte , alcançando em seu auge cerca de quatro milhões de negros/os filiados e atuantes na organização. O Garveísmo tem destaque, pois foi a primeira tentativa de consolidação de uma plataforma política pan-africanista, que defendia a edificação de um projeto civilizacional de (re) construção econômica, política e cultural do povo negro na diáspora africana.

Além do Garveísmo podemos citar também a vertente pan-africanista do movimento da negritude que emergiu no mundo colonial de língua francesa, também nos anos 20, a partir do trabalho da teorização de intelectuais e militantes negros como Césaire, Léon Damas, Léopold Sédar Senghor, René Maran, Lamine Senghor, Tiemoko Garan Kouyate. Essa tendência política pan-africanista, foi historicamente conhecida por acentuar que o processo de construção de unidade política do homem africano teria na cultura seu principal sustentáculo, por isso, muitas vezes conhecidos também como Nacionalistas Culturais. O movimento da Negritude inspirou movimentos negros pan-africanistas em toda a parte do mundo, sendo a corrente política hegemônica no

⁵⁶ Nascido nos Estados Unidos W.E.B Dubois (1868-1963) organizou os congressos de 1919 em Paris, 1921.Em Londres, Paris e Bruxelas, 1923 em Londres e Lisboa e 1927 em Nova York. Fundou a Associação Nacional para o Progresso da Pessoa de Cor.

movimento pan-africanista internacional até meados da quarta Conferência Pan-africana (VILLEN, 2013). Quadro político esse que mudaria com o fim da II guerra mundial,

Foi propriamente no quinto Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester no ano de 1945, que o movimento assumiu uma direção declaradamente política, com o propósito de enfrentar em termos radicais o problema da descolonização e servir de ponto de referência para movimentos de libertação nacional na África. Como colocou em evidência Yves Bonet, a causa primária do movimento pan-africano, ou seja, a exigência de unidade, tomou um sentido concreto por meio das lutas dos movimentos de libertação nacional e da conscientização da necessidade da construção de perspectivas diferentes para uma África independente (VILLEN, 2013,p.36).

O avanço do movimento Pan-africanista desperta a atenção e temor da esquerda branca marxista, de maneira que, em sua plataforma política aprovada no VI congresso da III internacional é feita referência ao Garveísmo, acentuando o perigo da ideologia afrocentrada e a necessidade de se combater o emergente “*sionismo negro*” que seria totalmente contraproducente para a consolidação de uma estratégia revolucionária marxista-leninista,

O garveísmo, que antes era a ideologia dos pequenos proprietários e operários negros nos Estados Unidos e que ainda hoje exerce uma certa influência sobre as massas negras, converteu-se também num obstáculo no caminho da evolução revolucionária. Depois de se haver pronunciado pelo princípio de igualdade social completa de direitos dos negros, transformou-se numa espécie de ‘sionismo’ negro, o qual, em vez da luta contra o imperialismo norte-americano, lançou a palavra de ordem ‘retorno à África’! Esta perigosa ideologia, sem qualquer princípio democrático autêntico, que sonha com os benefícios de um ‘reinado negro’, deve ser fortemente combatida, pois não só não fomenta, mas, pelo contrário, é um obstáculo a luta libertadora das massas negras contra o imperialismo norte-americano (Apud BUONICORE, 2005, p.26).

No período da guerra fria há uma marxização do movimento pan-africanista, através da influência política da esquerda marxista em organizações negras em todo o mundo. Essa influência também gerou tenros conflitos entre correntes Pan-africanistas. De um lado facções que defendiam a apropriação do marxismo como ideologia política e metodologia organizacional na luta pela libertação dos povos africanos e em diáspora. Por

outro lado, outras vertentes defendiam que o Pan-africanismo seria identidade ideológica própria e autóctone do homem e mulher africana no processo de luta política em África e na diáspora. Desse modo, adotar uma perspectiva política pan-africanista seria reconhecer que a correta metodologia política a ser adotada por africanos e seus descendentes, estariam no bojo de sua própria história e cultura política ancestral(NZUMBI, 2005).

A tensão entre o movimento político pan-africanista e a esquerda marxista se arrasta pela história, seja nos processos de luta de libertação em África, ou mesmo na formação de movimentos de base racial em toda diáspora africana, inclusive no Brasil. Acusações de ambos os lados configuram uma verdadeira tensão política e racial entre o movimento negro contemporâneo e as organizações da tradição marxista-leninista. Se de um lado o pensamento pan-africanista afirma que a esquerda marxista é essencialmente uma corrente de pensamento supremacista branca e eurocêntrica, por outro lado os defensores do marxismo acusam o pan-africanismo de ser uma teoria política essencialista, uma forma nociva de racismo negro que lutaria pela transformação de oprimidos em opressores.

Bem, posicionamentos a parte, a grande verdade é que toda tensão tem como princípio a polêmica tese política do pan-africanismo, que afirma que a saída civilizacional do ocidente não pode ser fundamentada em uma teoria política do ocidente, no caso em tela o marxismo. Desse modo, o marxismo-leninismo ao tratar das questões raciais a partir de seus prismas epistemológicos essencialmente eurocêntricos, estaria tentando solucionar problemas, sobre os quais, não teria resposta alguma.

4.2. A questão racial na esquerda branca marxista no Brasil (1922 a 1980).

A intitulada esquerda marxista tem no Brasil duas vertentes político-ideológicas primordiais, o marxismo-leninismo e o trotskismo. Seja no processo de fundação dos primeiros PCs a partir de 1922, ou na reorganização de uma “*nova esquerda*” a partir da década de 70, é facilmente perceptível que há por parte da esquerda marxista no Brasil sérias dificuldades na politização das questões raciais como um marcador estratégico central para superação do quadro estrutural de desigualdades da sociedade brasileira (FERNANDES, 1989; NASCIMENTO, 2002; IANNI; DA SILVA; SANTOS; ALBERTO SANTOS, 2005).

Essa esquerda, que por um período de quarenta anos foi hegemônica pelo pensamento político-econômico do Partido Comunista do Brasil (PCB), também participou e formulou orientações estratégicas no tocante ao tratamento da questão racial no Brasil, inclusive participando e recepcionando o debate em curso no interior da III Internacional Comunista (CHADAREVIAN, 2007; 2012; ALFONSO & ALVES, 2013). Muitos dos dirigentes e pensadores do PCB foram delegados nas conferências da III internacional, participando das formulações de Teses referentes à questão racial, acompanhando o debate racial de outras formações sociais e, sobretudo, responsabilizando-se de aplicar estrategicamente no Brasil, as orientações dos congressos da III IC.

Em seguida, já nos idos da década de 70 do século XX, diante de um quadro internacional de crítica e autocritica no interior das esquerdas, o pensamento marxista sofre mudanças políticas e organizacionais que redefinem a atuação de partidos comunistas, centrais sindicais e influenciam vividamente na fundação de movimentos sociais de novo tipo, que contribuem no amadurecimento de uma teoria organizativa marxista da luta contra o racismo (HALL, 2003; 2006). No Brasil, esse processo toma forma a partir do protagonismo da tendência trotskista *Convergência Socialista* e na constituição do maior partido de massas da história do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, seja no pensamento político marxista do PCB ou da “nova esquerda”, a questão racial é de fato um aspecto político de tensão, inflexão e alteração, no bojo da própria esquerda marxista, ou em sua relação tensa com movimentos sociais de base racial.

O partido comunista do Brasil (PCB) é pioneiro no debate racial dentro do movimento e pensamento marxista nacional. Foi o deputado comunista Jorge Amado que apresentou a emenda constitucional que garantiu a liberdade jurídica religiosa das religiões de matriz africana. Um dos primeiros vereadores e também candidato a presidência da República (1930) pelo PCB foi o operário negro **Minervino de Oliveira** e também veio das fileiras do “partidão⁵⁷” o primeiro homem negro a ser eleito deputado federal, o operário **Claudio Silva**. No entanto, apesar da aparente entrada de negros em postos de destaque do PCB, a história da formulação de uma plataforma política marxista sobre a questão racial no Brasil é marcada por tensões e contradições.

De fato o partido comunista do Brasil (PCB) é pioneiro no debate racial dentro do movimento e no pensamento marxista nacional. Até por que, durante mais de quatro

⁵⁷ É a maneira corriqueira e, de certa forma, popular, pela qual o PCB é conhecido na cultura política nacional.

décadas, o PCB foi o veículo organizacional legítimo⁵⁸ e formal da esquerda branca marxista no Brasil. Como signatário do movimento operário brasileiro da primeira década do século XX, o PCB pouco incorporou em seu programa a questão racial, até mesmo negando-a (ALFONSO & ALVES, 2013). Por todo período da década de vinte o PCB pouco deu atenção à questão racial, partindo do marco teórico-analítico de que o Brasil era uma região semifeudal, dependente de uma elite agroexportadora e que impediria o pleno desenvolvimento de uma burguesia nacional. Nesse esquema analítico, a questão racial entrava em cena no tocante à situação específica dos povos originários que, segundo o PCB, formavam o caldo revolucionário primário do Brasil.

Em um ensaio chamado “*Agrarismo e Industrialismo*”, produzido em 1926 por Octavio Brandão, um dos principais dirigentes do PCB da ocasião, observamos como a mito-ideologia da democracia racial fazia parte do instrumental discursivo sobre a questão racial. No seu trabalho o dirigente defende a não existência de diferenças sociais demarcadas por fatores de raça/cor, tendo em vista o caráter miscigenado das “raças” e “sub-raças” em terras brasileiras. A partir desse prisma, no Brasil “não havia brasileiro – um tipo definitivo (e sim) uma mistura desordenada de raças e sub-raças” (Apud AFONSO & MATOS, 2013, p.97).

A interpretação de Octavio Brandão acompanha as disposições teóricas dos próprios delegados do partido comunista do Brasil na III Internacional, em que afirmavam que no Brasil não existiria uma problemática racial que pudesse despertar alguma relevância estratégica por parte do movimento comunista internacional (CHADAREVIAM, 2012). Segundo essa corrente de pensamento político, o alto grau de mestiçagem, o branqueamento gradual ao qual estava sujeito a população negra e a existência de negros em postos elevados da sociedade eram provas irrefutáveis de que discriminação e desigualdades raciais não eram aspectos estruturantes da sociedade brasileira. A partir deste argumento seria desnecessário uma atuação do partido comunista no combate ao racismo, como relata a declaração de um dos delegados do Brasil na I Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires e organizada pela III Internacional,

⁵⁸ Digo legítimo pela relação umbilical com a central organizacional do marxismo a nível mundial: o Partido Comunista da União Soviética.

A situação dos negros no Brasil não é de natureza tal como para exigir que nosso Partido organize campanhas reivindicativas para os negros, com palavras de ordem especiais. O cruzamento (racial) se faz cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros já que não vem ao país há mais de meio século imigrantes negros ... o Partido Comunista Brasileiro deve combater (o preconceito de cor) no momento em que ele apareça, mas é desnecessária uma ação permanente e sistemática, dado que muito raramente ele se manifesta (Apud CHADAREVIAM, 2012, p.261).

As teses sobre a questão racial defendidas pelo PCB causaram polêmicas no interior da III Internacional, de modo que uma série de críticas e orientações programáticas são formuladas pelo comitê central, para delinear novos passos no tratamento da questão racial por parte do PCB (CHADAREVIAM, 2012). Para a executiva da III Internacional era central a aproximação do PCB da pauta racial, sobretudo tendo em vista o contingente populacional expressivo de negros no Brasil, essencial para formação de um partido marxista de massas no país. Como ilustra a citação de uma resolução extraordinária da executiva central da III Internacional,

O PC do Brasil não será capaz de liderar as massas de trabalhadores e camponeses nas futuras lutas revolucionárias a menos que combata continuamente toda forma de tendência liquidacionista que ameaça destruir completamente ou deteriorar seu papel revolucionário. Um trabalho sistemático e serio entre os imigrantes e igualmente entre as raças oprimidas (Negros e Indígenas) também dará uma oportunidade ao Partido de aumentar e estender sua influência entre as massas (Apud CHADAREVIAM. 2012, p.262).

Além das críticas sofridas pelo PCB no interior da III IC, o baluarte organizacional do pensamento marxista nacional teve suas contradições apontadas por militantes e intelectuais negros da época, como é o caso das reflexões do professor e militante negro Abdias do Nascimento, que atuava politicamente no mesmo período de surgimento do PCB, tendo em muitos momentos experiências conflitivas em relação tratamento dado a questão racial por parte do “*Partidão*”.

Conforme Nascimento, o dilema racial do operário negro-africano começa quando, já no final do século XIX, sua mão-de-obra foi substituída por imigrantes europeus que, beneficiando-se da estrutura de poder racista branco do Brasil, em pouco tempo hegemonizaram o movimento operário e galgaram postos na escala social em detrimento da condição de exclusão vivenciadas pelos negros que se tornaram marginais no processo de montagem do mundo do trabalho moderno brasileiro (NASCIMENTO,1980).

O autor afirma que, na história da formação da classe operária no Brasil, diversas vezes os trabalhadores/as negros foram preteridos em razão dos privilégios raciais dos operários brancos. Um exemplo desse aspecto seria o fato de, nas décadas de 1940 e 1950, a indústria repelia como norma a mão de obra negra, além de pagar salários totalmente díspares para trabalhadores negros e brancos, não havendo indícios de qualquer tipo de solidariedade proletariada dos trabalhadores brancos para com os operários negros discriminados sistematicamente nas fábricas.

Em outro momento, Nascimento (1980) relata tensões raciais entre militantes do movimento negro e marxistas, especialmente diante de atitudes políticas por parte da militância da União Nacional dos Estudantes (UNE), que era no período uma incubadora política do PCB. Nos anos de 1945, no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento, junto com outros militantes do movimento negro, fundam o Comitê Afro-brasileiro, o braço político do Teatro Experimental do Negro (TEN). O Comitê era uma organização multirracial que tinha como objetivo imediato a anistia dos presos políticos e em médio prazo a formulação de estratégias específicas para o enfrentamento do racismo.

De acordo com Abdias do Nascimento (1987), após a anistia e libertação dos presos políticos, que em sua maioria absoluta eram membros do Partido Comunista do Brasil, o Comitê voltou-se para uma atuação centrada em uma política racial para comunidade negra. Nesse contexto, a tensão racial entre os militantes da esquerda marxista e do movimento negro vem à tona. Através de uma articulação de marxistas negros e brancos, os militantes negros do comitê são acusados de dividirem a classe trabalhadora e promoverem racismo às avessas e até mesmo chegam ao ponto de serem expulsos do comitê,

O comitê desenvolveu uma atividade intensa até que veio a anistia e foram libertados os prisioneiros políticos, em sua maioria membros do Partido Comunista. A esta altura dos acontecimentos, os radicais brancos da UNE, somados a alguns radicais negros, se tornaram em maioria na direção do Comitê. Chegara o instante de o comitê se engajar noutras batalhas políticas mais restritas aos interesses da comunidade afro-brasileira, vencida que estava à etapa da anistia. Foi então que os radicais, negros e brancos, revelaram a verdadeira razão de sua presença no sério do comitê: tratar de questão específica do negro era fascismo, que ia resultar na divisão das classes oprimidas. E aqui chegamos ao momento culminante: usando a máscara negra, dos radicais negros, os radicais brancos, como maioria, expulsaram do comitê seus três fundadores: Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves. O motivo justificador da expulsão: éramos negros racistas! (NASCIMENTO, 1980, p.172)

Durante todo o período de atividade política (1922-1964), clandestina ou legal, o PCB produziu um pensamento político marxista sobre a formação da sociedade brasileira, em que aos trancos e barrancos a questão racial veio à tona. Seja pelo prisma da negação ou da afirmação da categoria raça no ordenamento da estrutura social brasileira, o PCB foi a uma estrutura organizacional da esquerda marxista, precursora de uma tradição de tensões e retesamentos com movimento negro, tensão essa, que historicamente tem demarcado os limites e possibilidades de uma plataforma política marxista contra o racismo.

No entanto, a hegemonia discursiva do PCB é quebrada em meados da década de 70, quando uma nova interpretação estratégica do racismo por parte do marxismo emerge na política racial brasileira, a partir de um duplo movimento. Por um lado a emergência do movimento negro brasileiro contemporâneo, que foi influenciado por conjunturas internacionais: os processos de libertação em África; a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA; o Partido dos Panteras Negras de Autodefesa e; incrustado em toda essa efervescente tradição radical negra, estava os fundamentos teóricos e organizacionais do Pan-africanismo, que se tornou a t plataforma revolucionária incontestada dos povos negros na diáspora (HANCHARD, 2001).

Por outro lado, diante de uma conjuntura política de ascensão do movimento operário e camponês, de um descontentamento generalizado da ditadura militar no Brasil e de um giro teórico-organizacional no interior do movimento marxista internacional, provocado por um processo de crítica e autocritica desencadeado a partir da divulgação no ano de 1956 das atrocidades cometidas pelo regime de Stalin na URSS, ocasionaram rompimentos políticos entre PCs de várias partes do mundo com o Kremlin.

Nessa conjuntura, no final da década de 70, emerge na arena pública racial brasileira um novo tipo de organização política de luta antirracista, que tinha a pretensão de construir um novo marco organizacional, que aglutinasse a estrutura de um partido político nacional, mas com a capilaridade e autonomia de um movimento social (HANCHARD, 2001). É nesse bojo que emerge o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente torna-se o Movimento Negro Unificado (MNU).

Ironicamente, uma das importantes forças motoras desse processo foi um setor de uma organização marxista Trotskista clandestina chamada Convergência Socialista. Como

um campo estratégico de treinamento político para vários militantes do Movimento Negro Unificado, a Convergência Socialista, através de seu Núcleo Negro Socialista, foi protagonista de uma importante aliança entre o movimento negro e grupos marxistas em torno da questão racial. Nesse processo histórico de alianças, estratégias e luta política, que emerge uma nova interpretação/aplicação de uma política institucional marxista contra o racismo.

A convergência socialista surge em 1974, a partir da articulação de militantes da fração bolchevique trotskista com o grupo Ponto de Partida de tendência leninista-trotskista, que juntos formaram a Liga Operária, que teve como referência internacional o Partido Socialista dos Trabalhadores da Argentina. Nos idos de 1975, a Liga Operária realizou seu II Congresso e decidiu criar uma política marxista centrada nos movimentos operários e estudantis da época. Já em 1978 a Convergência socialista representava em um cenário de extrema repressão política do regime militar, a célula marxista mais radical no cenário político nacional, que tinha como principal objetivo a formação de um partido socialista no Brasil (FERNANDES, 1989; NASCIMENTO, 2002; IANNI; DA SILVA; SANTOS; ALBERTO SANTOS, 2005). Com a política organizacional de atrair negros para suas fileiras, à Convergência tinha no interior de sua organização uma fração de trotskistas negros, intitulados de Núcleo Negro Socialista, os quais foram um dos grupos impulsionadores da construção do MUCDR (HANCHARD, 2001).

O Núcleo Negro Socialista⁵⁹ era composto por militantes negros que, inspirados nas colaborações estratégicas entre Trotsky e C.L.R. James, procuraram construir uma alternativa teórica e política marxista ao positivismo materialista da esquerda essencialmente branca no Brasil. Os militantes negros do Núcleo Negro Socialista viraram o materialismo histórico de ponta à cabeça com o intuito de construir uma análise marxista multidimensional, que aglutinasse raça, classe, cultura e formação econômico-social do Brasil (HANCHARD, 2001).

Ancorados nas obras de autores como Franz Fanon (1968), Amílcar Cabral (1980), Eldridge Cleaver (1997), Samora Machel (1979), além do pensamento político de intelectuais marxistas como, como Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Clovis Moura, o Núcleo Negro Socialista foi um agente social responsável pelo tensionamento político da

⁵⁹ Podemos citar como militantes do Núcleo Negro Socialista, lideranças negras como, Flavio Carraça, Hamilton Cardoso, Vanderlei Jose Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Neusa Maria Pereira, Tania Regina Pinto.

questão racial no interior da esquerda branca marxista-leninista da época (OLIVEIRA & RIOS, 2014) . Inclusive, retomando debates na própria tradição marxista, especificamente a obra política de Leon Trotsky. Para além de uma empreitada intelectual no edifício teórico marxista, os militantes do Núcleo Negro Socialista foram protagonistas de um novo projeto organizacional de luta antirracista no Brasil que defendia a construção de um movimento negro autônomo organizacionalmente, que afirma-se uma identidade negra e que edificasse uma ampla rede de alianças estratégicas, que abrangeria organizações negras , outros grupos racialmente oprimidos e a esquerda branca marxista (OLIVEIRA & RIOS, 2014) . Em resumo, apontava para,

[...] um movimento que aglutinasse não só o negro, mas todos aqueles que sofrem discriminações: negros, mulheres, indígenas etc. O que explica a denominação inicial Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR). O objetivo fundamental era legitimar a luta contra o racismo no plano sociopolítico, ampliar a consciência racial da sociedade brasileira e oferecer formação política para lideranças negras. Quanto a estrutura, o MUCDR possuía centros de luta formados por negros e núcleos de apoio dos outros movimentos sociais de composição plurirracial (IANNI; SILVA; SANTOS; SANTOS, 2005, p.27).

Contudo, entre a concepção do MUCDR (Junho de 1978) e a concretização do MNU (Setembro de 1978) ocorreu uma série de tensões e reações ao projeto político do Núcleo Negro Socialista. Uma primeira tensão foi em torno da relação umbilical entre o Núcleo Negro Socialista e a Convergência Socialista. Para muitos militantes negros, os negros organizados em torno do NNS⁶⁰ eram militantes de esquerda que atuavam dentro da organização antirracista utilizando-a como correia de transmissão para os ditames políticos ideológicos da direção da Convergência Socialista, que tinha sua direção composta basicamente de homens brancos de classe média.

Outro enclave de tensão latente vinha no interior da própria Convergência Socialista, que tomava cada vez mais posturas de ingerência política insustentáveis, sobretudo na tentativa de direcionar as ações do Núcleo Negro Socialista com o intuito de hegemonizar o MUCDR em torno de uma perspectiva político-teórica centrada nos princípios do trotskismo. Tais posturas foram o estopim da ruptura político-ideológica de

⁶⁰Núcleo Negro Socialista

vários negros organizados em torno do Núcleo Negro Socialista⁶¹. Como aponta Hamilton Cardoso, um dos articuladores do Núcleo Negro Socialista e fundadores do MNU, a convergência socialista gradativamente foi desgastando-se politicamente em sua relação com o movimento negro, especialmente, por não adotar uma plataforma política antirracista organizacionalmente definida,

..a gente exigiu que organização [a Convergência Socialista] definisse uma política da organização, de antirracismo. Que a gente pudesse se pautar por tal orientação. Na medida em que a organização não definiu uma política antirracista o núcleo começou se desfazer. Saiu um daqui, outro dali, essa coisa toda, mas o núcleo no conjunto também não definiu uma política antirracista própria, nem deixou um documento para sair da organização [...] (Apud OLIVEIRA & REIS, 2014, p.521).

Houve também um duro embate ideológico nos primeiros momentos da formação do MUCDR, entre tendências inspiradas nos Panteras Negras nos EUA, no Pan-africanismo Garveyista, nos teóricos-militantes da luta de libertação em África e a corrente orientada pelo trotskismo. Tal contenda culminou na mudança do nome da organização de MUCDR para Movimento Negro Unificado.

Para além de uma mudança de nomenclatura, a inclusão da palavra “negro” representou a ruptura com o projeto inicial defendido pela Convergência Socialista e a vitória de uma perspectiva de política racial que articulou raça, classe, mas que não significou o aparelhamento de uma organização política de negros por uma direção política marxista branca e, mais ainda, o desencaixe entre a instância da esquerda branca marxista e o MNU significou do ponto de vista da política racial, a consolidação de uma nova linguagem do protesto negro, como demonstra a trajetória política-intelectual de Hamilton Cardoso,

Ele tanto chama a atenção para os vínculos entre tortura contra presos políticos e adversários ao regime ditatorial com sua prática contra presos comuns, majoritariamente negros, algo corriqueiro nas detenções em nosso país e que passou a ganhar espaço na agenda política do movimento negro contemporâneo. Também faz referência às diferentes

⁶¹Hamilton Cardoso e Vanderlei Jose Maria foram um dos primeiros militantes negros a desligarem-se formalmente da Convergência Socialista.

formas de integração de negros e brancos na sociedade de classes, colocando a existência de uma tradição política negra (diferente da branca) que está ancorada na experiência dos quilombos e das rebeliões durante o período escravista (OLIVEIRA & REIS, 2014, p.524).

A experiência histórica de formação do MNU, com embates teórico-ideológicos dentro e fora do movimento político marxista foi mais uma etapa na construção de uma proposta organizacional marxista ao enfrentamento do racismo. Mais que isso, foi a partir dessa experiência que as tensões, possibilidades e limites da teoria marxista diante do dilema racial foram levados a seu extremo no Brasil. Para além de tensões, o episódio foi o estopim de uma nova fase na política racial brasileira, em que a criação de núcleos, secretarias e setores específicos para negros dentro das estruturas organizacionais de partidos, movimentos sociais e entidades de classe, tomou forma e contemporaneamente é uma política racial de longo alcance, até mesmo apropriada por setores da direita.

Nesse período de aproximadamente um século que percorremos a história da incorporação e atuação da esquerda branca marxista diante da questão racial foi possível visualizar fluxos e refluxos desse debate reentrante na política racial brasileira . Seja nas formulações congressuais da III Internacional ou na formação da esquerda branca marxista no Brasil, é possível constatar que a questão racial é um aspecto subalternizado na política marxista, mesmo em formações sociais em que raça e racismo ocupam um papel central no ordenamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, o MST é signatário direto desse debate secular no interior do movimento marxista e também de suas ambiguidades.

Embora o Movimento tenha nos últimos anos recepcionado a pauta da questão racial, sobretudo diante do alcance que a política racial protagonizada pelo movimento negro tem alçado em variados setores da sociedade, as concepções teórico-estratégicas do MST são fundamentadas em uma teoria-política marxista eurocêntrica, centradas em uma perspectiva economicista que negligencia, por exemplo, o ordenamento racial global do mundo do trabalho capitalista (GROSFOGUEL, 2008) e, muitas vezes, como veremos, reproduz a ideologia racial dominante da democracia racial.

Ainda que o marxismo tenha ao longo de sua história formulado uma embrionária plataforma política de enfrentamento ao racismo, inevitavelmente tem partido do princípio de que a saída civilizacional ao mundo ocidental capitalista seria outro modelo civilizacional ocidental: o próprio marxismo. Entretanto, as históricas tensões entre a

esquerda marxista e os movimentos negros de base racial tem revelado que há outras perspectivas políticas-epistemológicas que formulam e atuam politicamente a partir de marcos civilizacionais descoloniais, que dilatam a própria noção de sistema capitalista tão cara ao marxismo, elencando o papel central que raça, racismo e discriminação racial ocupam no ordenamento do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. Como aponta a literatura descolonial,

A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão do internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. Contrariamente ao que afirma a perspectiva eurocêntrica, a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que acrescem as estruturas econômicas políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo pacote enredado a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (GROSGUEL, 2008, p.52).

4.3. Os limites organizacionais da questão racial no MST: Eurocentrismo e democracia racial.

A abordagem histórica de aproximadamente um século realizada anteriormente nos revelou que a questão racial tem sido, com tensões, uma pauta em debate no interior da esquerda marxista branca a nível mundial. Entretanto, de maneira geral, o marxismo tem tentado compreender e instituir políticas organizacionais de enfrentamento ao racismo, balizado em concepções epistemológicas eurocêntricas, com profícuos limites metodológicos. De fato, como afirmam muitos teóricos descoloniais, o marxismo realiza uma crítica ocidental ao ocidente capitalista (GROSGUEL, 2012). Por outro lado, em um contexto etnográfico, estando presente no **VI Congresso Nacional do MST**⁶², a partir da *participação observante*, foi possível mensurar em que medida o Movimento, como signatário político-epistemológico dessa esquerda branca⁶³, reproduz e dissemina organizacionalmente para o conjunto de sua militância esse eurocentrismo.

⁶²O VI congresso Nacional do MST, foi realizado entre os dias 09-02/2014 a 14/02/2014 em Brasília (DF) reuniu cerca de 15 mil delegados oriundos de assentados/ocupações dos 23 Estados, além da participação de cerca de 5 mil simpatizantes, aliados e parceiros do Movimento.

⁶³Acompanhando o pensamento teórico de Ramon Grosfoguel entendemos, “[...] por esquerda branca ou esquerda ocidentalizada não me refiro ao lugar de origem geográfico ou a cor da pele destes movimentos, mas a epistemologia e ao pensamento que articula. Por esquerda branca ou ocidentalizada me refiro a

É oportuno ressaltar que quando utilizamos o termo *esquerda ocidental* ou *esquerda branca marxista*, não estamos nos referindo especificamente apenas ao local geográfico ou a cor da pele/raça dos militantes desse movimentos. Ancorados na literatura descolonial, compreendemos por esquerda branca ocidentalizada, aqueles grupos políticos que seguindo os paradigmas ideológicos ocidentais marxistas, pós-estruturalistas, anarquistas ou socialdemocratas, reproduzem o racismo incrustado nos padrões de pensamento teórico ou político euro-ocidentais, através de uma tecnologia política organizacional essencialmente supremacista branca . Como ressalta o teórico Ramon Grosfoguel, e nós nos filiamos a essa corrente de pensamento, é importante demarcar que,

...por esquerda branca ou esquerda ocidentalizada nao me refiro ao lugar de origem geográfico ou à cor da pele destes movimentos, mas à epistemologia e ao pensamento que os articula. Por esquerda branca ou ocidentalizada me refiro à esquerda que, seguindo paradigmas ocidentais marxistas-leninistas, pós-estruturalistas, anarquistas ou social-democratas, reproduzem o racismo/sexismo epistemológico da filosofia ocidental e, por conseguinte, o fundamentalismo eurocêntrico privilegiando como superior o cânon do pensamento crítico dos homens ocidentais e descartando como inferior todas as epistemologias não ocidentais. Este racismo epistemológico tem colonizado o mundo desde 1492, e a esquerda ocidentalizada o reproduz por todas as partes. De maneira que é possível viver na Europa sem ser eurocêntrico. Assim como é possível ter origem na África, Ásia ou América Latina e ser um fundamentalista eurocêntrico. Não existe correspondência essencialista entre lugar de origem e epistemologia. (GROSFOGUEL, 2012, p.359).

O VI Congresso, como estrutura máxima de formulação teórico-estratégica e de deliberação política, foi um *território sociocultural* importante para apreensão etnográfica dos marcos organizacionais empregados pelo MST, no que tange a interpretação da realidade brasileira e, conseqüentemente da questão racial. De fato, nos cinco dias do

esquerda que, seguindo os paradigmas ocidentais marxista-leninistas, pós-estruturalistas, anarquistas ou social-democratas, reproduzem o racismo/sexismo epistemológico da filosofia ocidental” (GROSFOGUEL, p, 359, 2012).

congresso, pude apreender aspectos simbólico-institucionais do Movimento, que reificaram uma concepção economicista do marxismo, que negligencia historicamente o fato que o capitalismo expandiu-se pelo mundo em plena coexistência com outros sistemas de dominação, os quais foram e são parte constitutiva do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (GROSFOGUEL, 2012).

Nesse contexto, os documentos de *orientações políticas* disponibilizados para os delegados do VI congresso, foram amostras etnográficas fundamentais para apreensão das estratégias institucionais utilizadas pelo MST em sua interpretação política da realidade brasileira e, portanto, da questão racial. No documento “*Programa Agrário do MST (2014)*” o Movimento realiza um balanço teórico estratégico da realidade do mundo rural brasileiro contemporâneo, resgatando suas raízes históricas e defendendo a necessidade de construção de um *Programa de Reforma Agrária Popular* alicerçado em uma luta política contra o capitalismo, a partir de uma unidade entre a classe trabalhadora do campo e da cidade,

Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma reforma agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno. (...) Nosso programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, por que abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.51-52).

Partindo de uma análise histórico-conjuntural, que começa com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo a partir da década de 1980, o MST discorre sobre os novos rearranjos econômicos da economia rural brasileira, a qual passa a ser dominada pelo capital financeiro internacional através do agronegócio, a partir da aplicação sistemática de tecnologia de ponta na produção de monoculturas como a soja, celulose e cana de açúcar.

Ainda segundo o Movimento, as contradições impostas pelo modelo de produção do capital têm acirrado a luta de classes no campo. Essa luta de classes seria protagonizada, por um lado, pela aliança ideológica entre burguesia nacional, capital financeiro, agronegócio e empresários da comunicação e, em oposição a esse segmento, estariam os pequenos agricultores, trabalhadores/as em situação de trabalho análogo a

escravidão, camponeses pobres e os Sem Terra, organizados, ou não, pelo Movimento (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014). Posteriormente o documento discorre sobre diversificados modelos de reforma agrária, em distintos períodos históricos da sociedade capitalista,

O capitalismo, em distintos períodos históricos, deu ênfase a diferentes programas de reforma agrária. Aqui faremos um breve resgate histórico do enfoque dado à reforma agrária, no cenário nacional e internacional, durante os processos de desenvolvimento e consolidação das sociedades capitalistas (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p.21).

Realizando um apanhado geral sobre processos de reforma agrária em diferentes períodos históricos e geográficos da sociedade capitalista, o documento percorre variadas experiências de reforma agrária: burguesas (EUA), anticoloniais (Haiti e África), de governos populares (Vietnam), culminando na definição estratégica da necessidade de se construir um projeto de *reforma agrária popular* (MST,2014). O projeto popular de reforma agrária do MST parte de uma concepção política centralizada na luta de classes, na construção de um modelo de produção que elimine a exploração econômica do trabalhador e em uma concepção de luta organizada que elege a derrocada do capitalismo como uma espécie de guarda-chuva organizacional que integraria todas as forças sociais populares no campo e na cidade. De acordo com esse raciocínio, mesmo experiências agrícolas e de luta pré-capitalistas, como é o caso dos povos originários, quilombolas e comunidades extrativistas, passariam a compor o conjunto de movimentos anticapitalistas que historicamente vem construindo acúmulo para um projeto político verdadeiramente popular para o Brasil. Segundo o documento em tela,

O nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e desigualdades. O nosso horizonte é, pois, a superação do modo de produção capitalista. [...] Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas e quilombolas) tem sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto a agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direito ao capital. [...] A construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade (MST-PROGRAMA AGRÁRIO, 2014, p. 33-34).

Partindo de uma noção *capitalcentrica* (LANDER, 2007; GROSGOUEL, 2008) o documento restringe o processo de reforma agrária, ou mesmo de luta pela terra, ao

contexto de desenvolvimento do capitalismo ocidental. Nesse argumento, o capitalismo é tratado como um sistema de exploração meramente econômico, desconsiderando hierarquias de dominação fundamentais na formação colonialista do *capitalismo histórico* e de suas dinâmicas contemporâneas, alicerçadas em múltiplas redes de opressão,

De fato, a palavra “capitalismo” é enganosa por que nos leva a pensar em um sistema econômico, quando, na realidade, se trata de um sistema hegemônico que transcende as relações econômicas e inclui relações raciais, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, pedagógicas, epistemológicas, todas articuladas em uma matriz de poder colonial que estabelece a superioridade biológica e/ou cultural das populações de origem europeia construídas como ocidentais, sobre as populações não europeias construídas como não ocidentais (GROSFOGUEL, 2012, p.342).

Em sua política organizacional o Movimento negligencia uma gama de experiências emancipatórias de luta pela terra que, sem ser anticapitalistas, construíram uma cultura política agrícola antagônica ao capitalismo, mas impulsionada por outros fundamentos ideológicos e organizacionais, as experiências diaspóricas dos quilombos são um exemplo a ser ressaltado. Nessa perspectiva, o MST segue uma tendência da esquerda branca ocidentalizada, em conceitualizar e classificar formações sociais complexas a partir de fundamentos teóricos unidimensionais que reduz o mundo vivido a categorias conceituais ocidentais,

[...] A esquerda branca e ocidentalizada não encontra categorias para conceitualizar esses processos e continua impondo categorias da esquerda ocidental exercendo uma violência e distorção epistêmica colonial na caracterização desses processos. A esquerda ocidentalizada está perdida. Caracterizam esses processos reduzindo-os a suas categorias mais familiares como “revoltas camponesas”, “luta anti-imperialista”, “luta de classes” [...] (GROSFOGUEL, 2012, p. 356).

A análise sistemática dos documentos nos mostrou que não há, por parte do MST, um aprofundamento político-programático no que tange a questão racial. De maneira geral, o projeto de uma *Reforma Agrária Popular* proposto pelo MST não incorpora em sua interpretação teórico-estratégica o vínculo histórico-estrutural entre raça, racismo, latifúndio e a própria emergência da categoria do trabalhador sem terra, a partir da lei de terras de 1850 (MOURA, 1994). Esse ponto cego no projeto de transformação social formulado pelo MST negligencia a característica fundamental da montagem do sistema capitalista em sociedades coloniais e, portanto, da própria configuração histórica do mundo rural dessas formações sociais: o racismo. De fato as hierarquias raciais, estruturam a

divisão do trabalho e terra no sistema mundo capitalista, como ressalta a literatura descolonial, “A *hierarquia étnico-racial global de europeus/não europeus é parte integrante do desenvolvimento da divisão internacional do trabalho no sistema mundo capitalista*” (GROSFOGUEL, 2008, p.57). Ou mesmo, como tem relatado algumas vezes destoantes no interior do próprio Movimento,

O projeto de nação brasileira se caracteriza em sua formação pela apropriação latifundiária e pela exploração da mão de obra do negro e do índio. A questão da concentração agrária tem relação com uma série de outras questões sociais, inclusive o fator racial, porque a desigualdade social brasileira tem ligação com a desigualdade racial e entre a maior parte da população pobre no Brasil estão os negros. Acredito que há uma necessidade de se construir a luta pela reforma agrária associada à luta pela superação do racismo. É mais do que necessário superar o latifúndio e também o racismo pois no Brasil terra, raça e classe - latifúndio, racismo e desigualdade social - têm uma interligação, os problemas são análogos, conexos, relativos e as saídas, as estratégias de luta têm que ser pensadas no sentido de superar todas essas questões, não adianta acabar uma coisa e deixar outra. Portanto o tema racial estando na pauta do Movimento ou não, no Brasil a luta pela terra está também vinculado com a luta pela superação do racismo (**Depoimento cedido por militante coletivo de cultura do MST, data: 10/01/2015**).

Outro escrito organizacional analisado foi o caderno de formação “*Sobre os nossos desafios e linhas políticas de atuação do MST (2014)*”. Nesse escrito o MST debate aspectos táticos e estratégicos da luta por uma reforma agrária popular e os desafios políticos para organização interna do Movimento em assentamentos rurais, com a juventude, em relação a questão de gênero e na autosustentação financeira do Movimento. Além das questões tático-estratégicas, o escrito sistematiza e torna público as normas gerais do MST, que são um conjunto de regras organizacionais que servem como orientação política para a atuação do Movimento a nível nacional em assentamentos, ocupações e na política de relacionamento com o Governo e movimentos sociais.

O escrito em evidência é de salutar relevância na análise organizacional em curso, pois pela primeira vez encontramos a menção da palavra **raça** em um aparelho ideológico institucional do Movimento. Na verdade, em toda nossa empreitada observamos que o MST, do ponto de vista institucional, não trabalha politicamente com a categoria raça, muito menos, tem uma plataforma política definida de enfrentamento ao racismo.

Essa postura vacilante diante da categoria raça é também reflexo do fato do Movimento ser signatário político-epistemológico de uma esquerda branca marxista-

leninista que historicamente no Brasil, e em outras partes do mundo como já vimos anteriormente, nunca formularam profundamente uma política organizacional marxista que dê conta de explicar e atuar politicamente em torno da complexidade do *sistema total de dominação que é o racismo* (MOORE, 2012). Por outro lado, a presença do termo raça em um documento oficial do MST, sobretudo de caráter nacional, aponta, nomeadamente, para os novos rearranjos na política racial no Brasil, que confirmam como a pressão política protagonizada pelo movimento negro tem nos últimos anos impactado nas agendas políticas de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Mesmo que timidamente, como demonstra o documento,

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é aberto a todos os trabalhadores, **sem distinção de raça [grifo meu]**, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeitem os princípios e normas do Movimento. Participam no Movimento, sem distinção de idade ou gênero, todos os membros da família; homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2014, p.99).

Essa mudança no tradicional programa de emancipação classista do MST acontece no contexto de uma conjuntura política interna, que é a adoção por parte do Movimento de uma proposta de movimento sociocultural (CALDART, 2004) que passa a ir além da luta por uma reforma agrária e adota em sua agenda política a luta por direitos igualitários, justiça social e o fim das discriminações baseadas em marcadores raciais (MORISSAWA, 2001, p. 168). Há também uma conjuntura política externa ao MST, que é o rearranjo da política racial (HANCHARD, 2001) brasileira nos últimos vinte anos, a partir, da agência política do movimento negro que dilata o debate em torno das desigualdades raciais por variados setores da sociedade brasileira, inclusive no interior dos movimentos sociais tradicionalmente classistas.

Ou seja, a incorporação da categoria raça por parte do MST, mesmo de maneira tacanha, está relacionada a um contexto da luta política racial organizada que nos últimos anos tem forçado instituições do Estado e da sociedade civil a incorporarem em seu léxico-político categorias como raça, racismo e discriminação racial. Sobre essa conjuntura relata um de nossos informantes,

“Sensibilizar” não seria bem o verbo. Os partidos como órgãos de representação de interesses neste sentido não foram “sensibilizados” mas forçados a contemplar a questão racial, mesmo que esta contemplação

seja apenas simbólica. Quando se fala de representação em espaços de poder propriamente dito, verificamos que continuamos sub-representados e a nossa pauta sempre secundarizada (**entrevista cedida por militante movimento negro, Data 10/12/2014 :).**

Para além das resoluções documentais disponibilizadas no VI Congresso, também estnografamos aspectos menos “*palpáveis*” do arsenal simbólico-institucional do MST. Uma dessas facetas foi o conjunto de monumentos políticos que fazem parte da propaganda cultural institucional do Movimento: místicas, hinos, apresentações culturais, vestuário característico do Movimento, palavras de ordem, bandeiras, painéis e monumentos. Esses conjuntos de símbolos compõem a tecnologia política do MST para consolidação de sua organicidade sociocultural, de forma que os “Símbolos e Monumentos” (MST, 2014) foram eleitos institucionalmente pelo Movimento como componentes culturais centrais na constituição de uma identidade social sem terra ideologizada pelo Movimento.

Nesse contexto, o Paineleixo fixo de mais de 20 metros de altura (Ver figura abaixo) que fez parte da decoração do ginásio onde foram realizados os principais debates, chamou minha atenção, não tanto pelo tamanho, mas sim pela força simbólica da imagem exposta, que institucionalmente simboliza e sintetiza através das artes plásticas o projeto de *reforma agrária popular* proposto pelo MST que é também alicerçado na valorização de símbolos nacionais e de brasilidade, como ressalta o Movimento, “*O movimento estimulara valores culturais do povo brasileiro, a bandeira nacional e os sentimentos de brasilidade*” (MST, 2014, p.107).



Figura 1: Pannel fixo de 18 por 20 metros no VI Congresso Nacional do MST, de 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília.

Nesse afresco ficou evidente como a *ideologia de hegemonia racial da democracia racial* (HANCHARD, 2001) é também parte constituinte do imaginário racial do MST. A imagem em destaque no pannel é uma clara remontagem do mito fundador da *democracia racial*, a ideia do encontro harmonioso entre as três raças fundadoras da nação brasileira: os índios negros e brancos. Ao que parece, o pannel confirma as palavras que ouvi de um dirigente político do MST há alguns anos, que me disse em tom ríspido “*Companheiro, Sem Terra não tem cor, muito menos raça. Aqui todo mundo uma classe só*”. Essa noção de uma democracia racial, balizada em uma equidade entre as classes dentro do Movimento, aponta para alguns aspectos constituintes da política racial protagonizada pela esquerda marxista em sociedades racialmente estruturadas. Ou seja, a incorporação das ideologias raciais dominantes ao léxico-político marxista.

Como formula Hanchard (2001), tanto esquerda quanto direita no Brasil compartilham de uma matriz cultural-racial balizada na ideologia racial dominante. Conforme o autor, a *ideologia hegemônica da democracia racial* também influenciou o pensamento político da esquerda brasileira, de maneira que em variados períodos da história do Brasil é possível mapear conjunturas políticas em que esquerda e direita estabeleceram princípios ideológico-estratégicos comuns, quando o debate em tela é a questão racial.

As raízes históricas dessa relação entre democracia racial, pensamento político marxista e a esquerda organizada perpassa a formação do Partido Comunista do Brasil em

1922, que em diferentes momentos reproduziu em seus documentos e práticas políticas alguns ditames da ideologia da democracia racial (CHADAREVIAN, 2012). Bem como permanece em épocas recentes, como por exemplo no debate público ocasionado pela implementação da política de cotas raciais em universidades públicas, quando um setor robusto da esquerda marxista inicialmente se manifestou contrário as políticas afirmativas, arvorando-se em uma pretensa democracia racial no Brasil e da necessidade de se travar uma luta política de classes e não de ordem racial (MOORE, 2012). Dessa maneira, como elucidada um de nossos informantes, a *ideologia de hegemonia racial da democracia racial* continua a influenciar a política racial da esquerda marxista no Brasil,

O mito da democracia racial durante muito tempo influenciou o pensamento político brasileiro e mito da igualdade de direitos e mistura harmônica entre raças foi readaptado a uma política classista que adotou o marxismo, o socialismo europeu como filosofia de explicação da realidade mas que na prática redundou na reprodução de práticas racistas e/ou eurocêtricas justificada pelo universalismo liberal e a ideia de que identidades étnicas divide a luta dos trabalhadores (**Entrevista cedida por militante do movimento negro , data: 10/12/2014**).

Retomando Hanchard (2001), de maneira geral as elites brancas brasileira, de esquerda e direita formulam uma concepção da política racial que aglutina a visão da democracia racial com o apanágio ideológico da luta de classes marxista-leninista. Tal simbiose ideológica minimiza as tensões e estruturas raciais desiguais da sociedade brasileira, apontando para um ponto de vista que defende uma democracia racial intraclasse trabalhadora e elege o conflito de ordem social-classista como agente transformador da sociedade.

Contudo, essa postura organizacional não é uma característica exclusiva da política racial de esquerda no Brasil. Se retomarmos as sessões anteriores, recordaremos como em diversificados contextos históricos o pensamento político marxista incorporou ideologias raciais dominantes, como foram os casos dos partidos comunistas da Inglaterra, França e Portugal, que através de uma combinação ideológica entre marxismo, colonialismo e supremacismo branco, defendiam em seus programas a manutenção do sistema neocolonial global.

Essa particularidade da esquerda branca marxista colabora com a retroalimentação de referenciais epistemológicos eurocêtricos ao assimilar em sua retórica política ideologias raciais dominantes, essencialmente racistas e supremacistas brancas. O MST, ao elegeer o símbolo imagético fundamental da ideia de democracia racial, segue essa

tendência transideológica do pensamento marxista em sociedades tradicionalmente colonialista, reproduzindo assim os padrões racistas da ideologia racial dominante no Brasil. Esse assimilacionismo forma um campo transideológico em que o Movimento aparentemente seria uma ilha de democracia racial cercada por um oceano racista. Ao contrário dessa alegoria, a própria utilização da retórica de dominação da democracia racial traz a tona em que sentido o racismo opera na organização, como relata a própria militância do Movimento,

O racismo no Brasil está presente em todos os meios sociais, há uma alienação mútua de modo que o colonizado é alienado e o colonizador ao criar uma imagem mítica do colonizado, também é alienado em sua imagem. Portanto o MST, enquanto um movimento formado tanto por trabalhadores negros descendentes dos africanos, quanto por brancos descendentes dos europeus pobres que vieram substituir a mão de obra negra, preserva os pensamentos socialmente construídos. Deste modo podemos notar pensamentos tanto machista, embora o Movimento luta contra o machismo, pensamento homofóbico, embora o Movimento luta contra qualquer tipo de preconceito e notamos também a presença de preconceito racial (**Entrevista cedida por militante setor de cultura do MST, data: 10/01/2015**).

Bem, como vimos no transcorrer do capítulo em curso, há um largo e tenso debate no interior da esquerda branca sobre o papel da questão racial no programa de emancipação social classista comunista. Essa histórica alteração remonta os escritos dos fundadores da tradição, perpassando por toda história de organização política do movimento marxista a nível mundial e reverberando, está evidente, no padrão organizacional e de orientação ideológica do marxismo no Brasil. O MST, como já afirmamos, é signatário desse acúmulo político ideológico de aproximadamente um século.

Nesse sentido, ao realizarmos um histórico da incorporação da questão racial na estrutura organizacional da esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate na esquerda branca marxista no Brasil, sobretudo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pudemos averiguar que os limites e possibilidades do tratamento de categorias como raça e racismo por parte do Movimento é demarcado pelas características eurocêntrico-racistas e assimilacionista do marxismo-leninismo. Como sintetiza um de nossos informantes, qualquer movimento político na diáspora africana, que tenha como referenciais a ideologia e metodologia política marxista, nunca estará plenamente munido de uma política organizacional diante da complexidade da questão racial,

Qualquer organização que tenha o marxismo como referência ideológica no Brasil não tem as condições metodológicas e teóricas necessárias para tratar da questão racial. Por um lado o materialismo tal e como foi desenvolvido nas teorias marxistas trata a história considerando um processo linear em qual os modos de produção devem corresponder a estágios de desenvolvimento da civilização branca ocidental. A grande concentração de terras é resultado do patrimonialismo e do racismo herdado da época colonial – estágio de desenvolvimento das forças produtivas necessário na análise marxista (vide sobre o colonialismo). O campesinato na visão marxista tem a propensão de se aliar a burguesia (vide 18 de Brumário) assim como o denominado Lupemproletariado (vide o manifesto do partido comunista). No Brasil, durante muito tempo a esquerda de orientação marxista entendeu que a questão racial divide os trabalhadores. Para além das questões teórico-metodológicas, segmentos políticos que se constituem como elites intelectuais no interior do MST superpõem a questão de classe sobre a questão racial de modo que o racismo é entendido apenas como um aspecto do capitalismo. Deste modo a questão racial será sempre tratada como um apêndice da questão de classe. O posicionamento crítico do movimento negro frente a esta perspectiva tem revelado sistematicamente o caráter racista desta perspectiva e por este motivo o MST tem tentado (timidamente) reformula-la considerando outros marcadores sociais (como o racismo, o sexismo e a homofobia) mas a não obtido sucesso nesta investidas uma vez que a incompatibilidade do método marxista com o enfrentamento ao racismo e outras formas conexas de dominação é indisfarçável (**entrevista cedida por militante do movimento negro, data: 10/12/2014**)

Em nossa expedição investigativa ficou notório que os aspectos eurocêtricos constituintes da teoria-política marxista também fazem parte do repertório organizacional empregado pelo MST em sua interpretação e ação política institucional frente à questão racial. Um exemplo disso são os documentos base do VI Congresso Nacional do Movimento que, arraigados na teoria marxista-leninista, discorrem uma análise política e econômica alicerçada em forte economicismo e que desconsidera a categoria fundacional da sociedade ocidental moderna: o racismo. Para além de um eurocentrismo

capitalcentrico (GROSFOGUEL, 2008) também pudemos averiguar em que medida o Marxismo-leninismo congrega as ideologias raciais dominantes à sua retórica política. O MST, seja em resoluções documentais ou com o investimento político-imagético em símbolos da ideologia de dominação da democracia racial, colabora com a reprodução simbólica do *status quo* racial e a reprodução do racismo na sociedade.

Ora, o MST, como agente político social agenciador da ideologia política marxista, tem protagonizado uma política racial que abarca marginalmente categorias estruturantes do Brasil: raça e racismo. Essa postura organizacional do Movimento só pôde ser entendida a partir da contextualização histórica da emergência de uma política marxista de enfrentamento ao racismo, que historicamente tem incorporado, assimilado ou negado a questão racial, a partir de referenciais eurocêntrico-racistas e, que muitas vezes, colaboram com a reprodução de ideologias raciais dominantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo ao meu conhecimento em relação as perspectivas do MST pela Reforma Agrária o tema racial não está na pauta como os outros temas, juventude, gênero, educação. Ou seja, não está nas urgências discutir o tema raça (Depoimento cedido por militante do MSTB-BA)

Ao finalizarmos nossa dissertação cabe retomarmos aspectos centrais de nosso itinerário investigativo. Desenvolvemos uma etnografia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que intercalou dois níveis complementares de análise; 1- uma incursão etnográfica sobre significados e sentidos de raça e racismo, em sujeitos sociais de um assentamento rural vinculado a estrutura organizacional do MST, 2- investigar como historicamente tem se dado a incorporação organizacional da pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida aspectos eurocêntricos da tradição marxista-leninista e da ideologia racial dominante, fazem parte do arsenal ideológico do Movimento para a interpretação política da questão racial.

Em um primeiro momento traçamos o perfil socioeconômico de nossa unidade primária de análise; o Assentamento Nova Suíça, localizando-o na estrutura organizacional do MST. Também apresentamos uma amostra da composição étnico-racial do assentamento, que contrastada com dados gerais do mundo rural brasileiro, foi possível dimensionar em que medida o MST possui no grosso de suas fileiras um contingente expressivo da população negra, configurando assim, em uma organização política de luta pela terra constituída majoritariamente por uma superpopulação de negros/as (SOUZA, 2009).

No segundo capítulo expomos em quais aspectos, o pensamento antropológico da intitulada *Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA* fazem parte da pesquisa, notadamente, a noção de pesquisa militante (PIERRE, 2008; AMPARO, 2010; VARGAS, 2008-2010-2012). A concepção de pesquisa militante inseriu-se em nossa análise no que tange a abordagem, coleta e apreciação dos dados etnográficos, ou seja, na dimensão metodológica. É nesse bojo que esmiuçamos o conceito de participação observante de João Vargas (2010), a noção de antropólogo público de George Marcus (MARCUS, 2008) e a idéia de discurso racialmente posicionado de Jemina Pierre (2008). A perspectiva antropológica militante que adoto parte de uma noção de um *discurso racial posicionado*,

que pretende tencionar a análise etnográfica a partir da condição de subalternidade social e sujeição racial que o autor está inserido em um contexto de um sistema mundo supremacista branco (HARAWAY, 1995; ROSALDO, 1989). Nesses moldes, minha identidade étnico-racial de homem negro, minha narrativa pessoal, experiência no movimento social negro organizado e colaborador ativo do MST são caracteres constitutivos na abordagem antropológica que traçamos. Tal totalidade é levada em consideração não apenas do ponto de vista do engajamento político-etnográfico, mas, especialmente, no pleno reconhecimento de que o pessoal e o político são também acadêmicos, e como tais, são instrumentais relevantes para o refinamento teórico-metodológico de um conhecimento etnográfico verdadeiramente crítico.

Em uma terceira sessão realizamos uma *etnografia em movimento* a partir da *participação observante* (VARGAS, 2010) em reuniões, cursos de formação, Marchas, congressos e mobilizações políticas do MST. Somadas a anotações no diário de campo, arrolamento de documentos programáticos do Movimento, além de entrevistas semi-estruturadas com assentados/as da comunidade Nova Suíça, dirigentes políticos do MST e também militantes do movimento negro.

Apuramos que de fato o mito da democracia racial enquanto sistema de representações é aceito, vivenciado e reproduzido popularmente pelos atores no cotidiano das relações raciais. No entanto, esse mito também se configura na sociedade brasileira como uma ideologia de hegemonia racial (HANCHARD, 1994) que ao negar a existência de raças, racismo e discriminações raciais, colabora vividamente com a permanência das desigualdades sociais baseadas em marcadores raciais. Entretanto, o mito da democracia racial tem sofrido intensos choques políticos-discursivos na guerra de posições (HALL, 2003) da esfera pública, de forma que os atores performam o mito de forma “*corrompida*”, reproduzindo-o em certa medida, mas ao mesmo tempo atuando através de discursividades advindas de agências políticas internas e externas ao Movimento. De fato a *participação observante* nos possibilitou acessar como as transformações na *hegemonia racial* têm refletido no grosso das fileiras do MST, que passam a performar códigos de sentidos e significados sobre raça e racismo que “*corrompem*” os paradigmas clássicos da noção de democracia racial.

Para além do cotidiano das relações sociais no assentamento, também analisamos como nos últimos anos o MST tem incorporado timidamente aspectos da política antiracista a sua agenda de lutas. No entanto, do ponto de vista da tecnologia-

organizacional, não há por parte do Movimento um programa de emancipação ou plataforma política que articule a luta por reforma agrária, ao seu vínculo histórico-estrutural entre raça, racismo institucional, latifúndio e a própria emergência da categoria sem terra no Brasil (MOURA 1994). Desse modo, o MST segue reproduzindo os marcos estratégicos de uma da esquerda branca ocidental que historicamente tem negligenciado ou negado a relevância de raça e racismo no ordenamento das desigualdades sociais no Brasil.

Por fim, no último capítulo, investigamos a história da incorporação organizacional do debate/pauta racial na esquerda branca marxista e do reflexo político desse debate no Brasil, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apontando em que medida características eurocêntrico-racistas compõem aspectos da política organizacional do Movimento. O MST, seja em resoluções documentais ou com o investimento político-imagético em símbolos da ideologia de dominação da democracia racial, colabora com a reprodução simbólica do *status quo* racial e a reprodução do racismo na sociedade.

Diante desse quadro destacaremos nossas conclusões. Primeiramente foi possível averiguar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização constituída em sua grande maioria por uma superpopulação de negras e negros (SOUZA, 2009), onde, sentidos e significados em torno de raça, racismo e processos de racialização são experienciados, vivenciados e interpretados pelos sujeitos sociais que compõem as fileiras do Movimento a partir de uma intrincada estrutura de sentidos, que envolve desde a ideologia da democracia racial, a crítica insurgente afrodescendente e cultura política marxista.

Do ponto de vista da incorporação da questão racial à plataforma política do MST, constatamos que a mudança no tradicional programa de emancipação classista do Movimento, acontece no contexto de uma conjuntura política interna, que é a adoção por parte do Movimento de uma proposta de movimento sociocultural (CALDART, 2004) que passa a ir além da luta por uma reforma agrária e adota em sua agenda política a luta por direitos igualitários, justiça social e o fim das discriminações baseadas em marcadores raciais (MORISSAWA, 2001, p. 168). Há também uma conjuntura política externa ao MST, que é o rearranjo da política racial (HANCHARD, 2001) brasileira nos últimos vinte anos, a partir, da agência política do movimento negro que dilata o debate em torno das desigualdades raciais por variados setores da sociedade brasileira, inclusive no interior dos movimentos sociais tradicionalmente classistas.

Mas há ambigüidades nesse processo. Se por um lado nos últimos 15 o Movimento tem construindo materiais didático-formativos que valorizam a trajetória político-biográfica de lideranças negras dentro do Movimento (CADERNO DA MILITANCIA, MST-BA 2007), além das homenagens feitas a símbolos históricos da resistência negra por parte de assentamentos/ocupações, brigadas, ou regionais do MST, que portam os nomes emblemáticos de agrupamentos e heróis/heroínas negras/os no Brasil, como Zumbi dos Palmares, Quilombo, Dandara, dentre outros/as (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007).

Ou mesmo, por meio da produção cultural do Movimento, seja em poemas, místicas e músicas que abordam em variados aspectos questões referente a raça e racismo. Como por exemplo, na obra dos poetas e músicos negros Cabacinha (*In memoriam*), Ojeferson Santos (*In Memoriam*) e Raumi Souza, ambos, participantes de setores organizativos do Movimento e que através de suas músicas/poesias protagonizavam uma política cultural que aborda a temática do racismo, da discriminação racial, da violência policial contra negros e da identidade étnico-racial negra. Essas produções culturais intercalam o repertório conceitual da tradição marxista com o arcabouço político-conceitual do Movimento Negro.

Por outro lado, apesar da valorização de aspectos simbólico-culturais da política cultural diaspórica, o MST protagoniza uma política organizacional hesitante na incorporação programática das categorias raça e racismo a sua plataforma política por uma *reforma agrária popular* (MST, 2014). Ficou notório em nossa investigação que aspectos eurocêntricos constituintes da ideologia política marxista também fazem parte do repertório organizacional empregado pelo MST em sua interpretação e ação política institucional frente à questão racial. Desse modo, essa postura vacilante diante da categoria raça é também reflexo do fato do Movimento e ser signatário político-ideológico de uma esquerda branca marxista-leninista, que historicamente no Brasil, e em outras partes do mundo, nunca formularam profundamente uma política de enfrentamento as opressões raciais, que dê conta de explicar e atuar politicamente em torno da complexidade do *sistema total de dominação que é o racismo* (MOORE, 2012).

Ficou também evidenciado como *ideologia da democracia racial* (HANCHARD, 2001) é também parte constituinte do imaginário político racial do MST. Tal conduta organizacional do Movimento acompanha uma tendência da política racial em sociedades coloniais, onde, em diversificados contextos históricos o pensamento político marxista

incorporou ideologias raciais dominantes a seu repertório político ideológico . Tal simbiose ideológica minimiza as tensões e estruturas raciais desiguais da sociedade brasileira, apontando para uma perspectiva política que defende uma democracia racial intraclasse trabalhadora e elege o conflito de ordem social-classista como único agente social transformador da sociedade. Nesse contexto, o MST tem protagonizado uma política organizacional que envolve marginalmente categorias estruturantes da formação social do Brasil: raça e racismo.

De fato na última década o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem adotando uma perspectiva de reforma agrária popular (MST, 20014) que propõe a uma articulação da luta pela terra com outras pautas políticas, construindo até mesmo, uma frágil rede de alianças com Movimentos sociais negros (MAGRINI; LAGO, 2012). Nesse contexto, direitos humanos, igualdade de gênero e a defesa política do fim das desigualdades sociais baseadas em critérios de raça, passam a fazer parte do repertório político do Movimento.

Contudo, há um series de ambigüidades nesse processo, que vão desde a assimilação de ideologias raciais dominantes por parte do Movimento, a construção de um programa de reforma agrária popular fincada no eurocentrismo ideológico marxista-leninista. Ao cabo que, se de fato o MST pretende consolidar um projeto político genuinamente popular, é necessário a construção de uma luta por reforma agrária que articule estrategicamente raça, classe, terra e racismo. E mais que isso, é imperativo que o Movimento fomente no grosso de sua militância uma identidade ideológica de enfrentamento ao racismo, que instrumentalize a superpopulação de negros\as (SOUZA,2009) que são a maioria dos Sem Terra, dentro ou fora do Movimento, assumirem a direção política, ideológica e intelectual da organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino americanas. Edgar Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005.

ABU-JAMAL, Mumia. **Ao vivo do corredor da morte**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

ALFONSO, Daniel & MATOS, Daniel (Orgs.) **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**. São Paulo: edições Iskra, 2013.

AMPARO-ALVES, J. **Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo**. Revista da ABPN, v.1, n. 3 – Nov 2010 – fev. 2011, pp. 89-114, 2010.

ANDERSON, Benedict. **“Memória e esquecimento”, “Percurso e passagens”**: sobre a geobiografia de comunidades imaginárias”, In: Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

ANZALDUA, Gloria (1987), Bordelands/LA Frontera: **The new mestiza. San Francisco**.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. 1ª edição; 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 93-110. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

AZEVEDO, Thales de. (1955) **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.

BAIROS, Luiza (1988). **“Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia (1950-1980)”**. In: Reis, João (Org). Escravidão e invenção da liberdade. São Paulo: Brasiliense, p. 289-323.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo; Expressão Popular, 2011.

BUONICORE, Augusto C. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Revista espaço acadêmico – n.51. Agosto de 2005.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial**. In Revista Crítica Marxista, N.24, editor Revan, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.Ed, São Paulo: São Paulo, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Edição 3, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica**: A supremacia racial e o branco anti-racista. Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **A batalha de Durban**. Estudos feministas, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 59-90, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. 2001. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001, p. 107-147.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. **Jovens sem-terra: identidade em movimento**. Curitiba: ed. Da UFPR, 2003.

CASTRO, Nadya Araujo e BARRETO, Vanda sá (ORGS). **Trabalho e desigualdades Raciais**. São Paulo: Annablume, A cor da Bahia, 1988.

CASTRO-GOMEZ, Santiago (2003), “**La Hybris del Punto Cero: Biopolíticas imperiales y colonialidad del poder en la Nueva Granada (1750-1810)**”. Manuscrito inédito.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Raça, Classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. Política & Sociedade-Florianópolis, Volume 11,n.20, Abril de 2012.

CLEAVER, Eldridge. **Alma no exílio**. Editora civilização brasileira, 1971.

CLEMENTE, M. S. ; Diogo Valença de Azevedo Costa . **MARX E AS REVOLUÇÕES DOS POVOS COLONIZADOS: BREVES NOTAS**. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2012, Campinas. VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2012.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Ed.3, Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. 2000. **Black Feminist Thought**. 2nd ed. New York: Routledge.

DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural**. 2010/2011. Disponível em: www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/download_orig_file

DE MORAIS, Alan Brandão. **Atuação do MST no Recôncavo Baiano: A Importância da Ocupação da fazenda Nova Suíça na consolidação do MST Bahia.** Monografia Universidade Católica de Salvador, 2012.

DOS SANTOS, Ivair Augusto Alvez dos Santos. **O Movimento Negro e o Estado.** Prefeitura de São Paulo. 2006.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

DUSSEL, Enrique. **Política de liberación.** volume I, Madrid: Trotta, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos.** 1. ed. São Paulo: Editora UNESO, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo; FONSECA, Dagoberto; SILVA, Anderson; GIRALDI, Eduardo. **“ A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”.** In: SANTOS, Renato (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2007, p.137-161.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **O Negro no mundo dos brancos.** São Paulo. Global Editora. 1972.

FERNANDES, F; BASTIDE, R. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo. Editora Anhembi - UNESCO, 1955.

FERNANDES, Florestan. **O significado do Protesto Negro.** São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989 (Coleção polêmicas de nosso tempo; n.33).

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe média negra: trajetórias e perfis.** Salvador: EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramon. **Racismo a brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e negação do racismo no espaço universitário.** Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FISCHER, Marcus. J. **Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica.** Rio de Janeiro/Fortaleza. Anuário Antropológico/83, Tempo Brasileiro, Edições Universidade Federal do Ceará: 1985.

FLYNN, Charles. **Insult and society: patterns of comparative interaction.** Por Washington, NY: Kennikat Pres. 1977

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **La genealogia del racism**. Madri: Piqueta.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 12ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não marcada**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. I Tomo. 10ª ed. brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. RJ: Instituto Nacional do Livro, [1936] (1977).

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como auto. Tradução Vera Ribeiro, ed.2. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como auto**. Tradução Vera Ribeiro, ed.2. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2005.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1989.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: Modernidade e dupla consciência**. São Paulo. UCAM/Editora 34. 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Tempo Brasileiro, nº 92/93 (1988), pp. 69-82.

GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. **O lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.

GORDON, Lewis. 1997. **Her Majesty's Other Children: Sketches of Racism from a Neocolonial Age**. New York: Rowman and Littlefield.

GROSFUGUEL, Ramon. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a esquerda transmoderna descolonial**. In: Dossiê Saberes Subalternos, v.2, n.2, p.337-362. Jul-dez. 2012

GROSGOUEL, Ramon. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos descoloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**, 1957.

GUIMARÃES, Antônio Sergi. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, Ed.34, 2ª edição, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sergio; HUNTLEY, Lynn(Org). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed – Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

HALL, STUART. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

HANCHARD, MICHAEL. **Cinderela negra? raça e esfera pública no Brasil**. Estudos Afro-asiáticos. N.30. Dezembro. 1996. Pp. 41-60.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988), 1994.

HANCHARD, MICHAEL. **Resposta a Luiza Bairros**. Afro-Asia, n.18, 1996, Pp. 227-234.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HASENBALG, C.Silva, N.V.1988. **Estrutural social, mobilidade e raça**. São Paulo, Rio de Janeiro, Vertice UFRJ.

HASENBALG, Carlos (1979). **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal.

HASENBALG, Carlos; Silva, Nelson do Valle (1992). **Relações raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**, 1962.

IANNI, Octavio; SILVA, Benedita da; SANTOS, Gevanilda Gomes; SANTOS, Luiz Alberto. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

KING.JR, Martin Luther. **Não podemos esperar**. Editora Senzala LTDA, São Paulo, 1968.

LANDER, EDGAR(Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos aires, Argentina. Setembro de 2005.

LANDER,Edgardo. **Marxismo, eurocentrismo e colonialismo**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. 2007.

LIMA, Ari. **A Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?**. *Afro-Ásia*: revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 25-26, p. 281-312, 2001.

MACHEL,Samora Moisés. **Estabelecer o poder popular para servir as massas**. Rio de Janeiro: codecri, 1979.

MAGRINI, Pedro Rosas; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Lutas interseccionais?Discutindo categorias de articulação no MST**. Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades. Niteroi RJ: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

MANDELA, Nelson. **Mandela: a luta é minha vida**. 6.ed, São Paulo: O globo, 1989

MARCUS, George. 2005. “**The Passion of Anthropology, circa 2004**”.*Anthropological Quarterly* 78 (3): 673–95.Mills, Charles. 1998. *Blackness Visible*.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Sobre o colonialismo**. volume I. Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1978.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Sobre o colonialismo**. volume II. Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1978.

MIGNOLO,Walter D. **A desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em politica**. Caderno de letras da UFF- Dossie literatura, língua e identidade, n34, p.287 -324, 2008.

MNU. **Movimento Negro Unificado**. 1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo. Salvador, 1988.

MNU. **Tese o Triunfo de Prata: algumas reflexões para dar combustível a luta**. , Bahia, 2005.

MNU. **XIII Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado**. Os novos desafios de combate ao racismo no século XII. Caderno de teses. Nova Iguaçu, 2001.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Edição 2, Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e á escravidão.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando a África, volume 5).

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro.** São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro,** São Paulo, Ática. 1988.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MST, Caderno de formação. **Método de trabalho de base e organização popular.** Setor de formação Nacional ,2009.

MST, Cadernos de debates n.2. **Para debater os desafios internos do MST.** Edição 1, setembro de 2009.

MST. **Lutas e conquistas.** Janeiro de 2011, 2.edição. Disponível em: (<http://www.mst.org.br/inicial>)

MST. **O funcionamento das brigadas.** Setor de formação, São Paulo, junho de 2005

MST. **Orientações políticas e práticas para os delegados do VI congresso.** Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST. **Programa Agrário do MST.** Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST. **Sobre os nossos desafios e linhas políticas de atuação no MST: debate do VI Congresso Nacional do MST.** Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST-BA. **Caderno da militância.** Ano I, janeiro-março de 2007, publicado por setor de formação e coletivo de direitos humanos do MST-BA.

MUNANGA, K. “**Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**”. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** Petropolis: editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**, 1968.

NAVARRO, Zander. “**Mobilizações em emancipação**”—as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NZUMBI, Lio. **Adições ao Triunfo de Prata: História e Cultura Pan-africana: Unidade de reedificação civilizacional Negra e elemento fundamental no salto do MNU de movimento à organização política revolucionária. Contribuições a Tese Triunfo de Prata**, para o congresso de 30 anos do Movimento Negro Unificado

O significado do protesto negro, São Paulo, Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. ; RIOS, F. **Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999)**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, p. 507-530, 2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **Textos Para discussão n.996: o sistema de classificatório de cor e raça no IBGE**. Brasília, Novembro de 2003, IPEA

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base; SELEÇÃO DE ROTEIROS ORGANIZADOS PELO cepis**. 1 ed – São Paulo: Expressão popular, 2012

PEREIRA, Amauri Mendes & DA SILVA, Joselina. **O Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2005

PEREIRA, Amauri Mendes; DA SILVA, Joselina (Org). **O movimento Negro Brasileiro: os escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PETRÔNIO, Domingues. **Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Revista Dimensões, vol.21, 2008.

PETRUCELLI, Jose Luis. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro > OP&A, 2007.

PIERRE, Jemina. **Activist Groundings or Groundings for Activism? The Study of Racialization as a Site of Political Engagement**. IN Engaging contradictions : theory, politics, and methods of activist scholarship / edited by Charles R. Hale. p. cm. — (Global, area, and international archive ; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. 2da. edição. SP: Companhia Editora Nacional, [1942] (1971).

PINHO, O. S. de A. **O mundo negro: sócio-antropologia da reafrikanização em Salvador**. Editora: progressiva, Curitiba, 2010.

PINHO, Osmundo & SANSONE, Livio (Orgs). **Raça: Novas perspectivas antropológicas**. 2ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

PINHO, Osmundo. **Espaço, poder e relações raciais: O caso do centro histórico de salvador**. Afro-Ásia, 21- 22 (1998-1999), 257- 274.

PINHO, Osmundo. **A fiel a Amante e o jovem macho sedutor: sujeitos de gênero na periferia racializada**. Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.2, p.133-145, 2007.

PINHO, Osmundo. **A vida em que vivemos: raça gênero e modernidade em São Gonçalo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

PINHO, Osmundo. **Antropologia, o espelho da raça**. 26 reunião brasileira de Antropologia. Maio de 2008.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para branquitude**. In: Carone, I. & Bento, M. A. da S. (orgs.) *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, (pp. 59-90).Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**; tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Edgar Landier (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, o. 227-278.

RODRIGUES, Cristiano dos Santos. **Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada**. Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2014.

ROSALDO, Renato. **Las Cambiantes Narrativas Chicanas**. In. *Cultura y Verdad. Nueva17 Propuesta de Análisis Social*. México, D.F. Grijalbo. 1989. Pp. 139-155.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam, *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis?”: as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO, 2000.

SANSONE, Livio. **Nem somente preto ou negro: O sistema de classificação racial no Brasil que muda**. Revista Afro-Asia, nº 18, 1996. (Disponível em: www.ppga.ufba.br/NEM%20SOMENTE%20PRETO%20OU%20NEGRO.pdf)

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Sales Augusto dos. **“A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais”**. In: Revista Mosaico, edição 5, ano III, Brasília, set. 2011.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHUCMAN, Lia; COSTA, Eliane; CARDOSO, Lourenço. **Quando a Identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial**. In: Revista da ABPN, v.4, n.8 jul-out.2012, p.15-29.

- SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SILVA, Vagner Gonçalves; REIS, Leticia Vidor da Silva (Org.). **A antropologiae seus espelhos**. São Paulo: Pós-Graduação em Antropologia, USP. 1996
- SKIDMORE, T. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro(1870-1930)**. Companhia das Letras,2012. 400p.
- SOUZA, Simone Maria de (2009).**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras**. Doutorado (em serviço social) - defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), PE.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VARGAS, J. C. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas**. Revista da ABPN, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.
- VARGAS, João H. Costa. **Activist Scholarship: Limits and Possibilities in Times of Black Genocide**. IN *Engaging contradictions : theory, politics, and methods of activist scholarship / edited by Charles R. Hale*. p. cm. — (Global, area, and international archive ; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.
- VARGAS, João H. Costa. **GenderedantiblacknessandtheimpossibleBrazilian project: Emerging critical blackBrazilian studies**. *Cultural Dynamics* 24(1) 3 –11, 2012
- X, Malcom. **Autobiografia de Malcom X/ Com a colaboração de Alex Haley**. 2 ed,Rio de Janeiro: Record, 1992.
- SOUZA, Raumi Joaquim de. **Terra, Raça, Classe e estratégia: Uma aproximação pelo campo da musica (TCC)**.Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Plena em Artes e educação do Convênio UFPI/INCRA.
- MORAIS, Alan Brandão de. **Atuação do MST no Reconcavo Baiano: A importância da pcupação da fazenda Nova Suiça na consolidação do MST na Bahia**.Trabalho de Conclusão de curso apresentado junto ao curso de graduação em História da Universidade Católica do Salvador. 2012

ANEXOS

7.1-Documentos Estudados

MST, Caderno de formação. **Método de trabalho de base e organização popular**. Setor de formação Nacional ,2009.

MST, Cadernos de debates n.2. **Para debater os desafios internos do MST**. Edição 1, setembro de 2009.

MST. **Lutas e conquistas**. Janeiro de 2011, 2.edição. Disponível em: (<http://www.mst.org.br/inicial>)

MST. **O funcionamento das brigadas**. Setor de formação, São Paulo, junho de 2005

MST-BA. **Caderno da militância**. Ano I, janeiro-março de 2007, publicado por setor de formação e coletivo de direitos humanos do MST-BA.

MST. **Lutas e conquistas**. Janeiro de 2011, 2.edição. Disponível em: (<http://www.mst.org.br/inicial>)

MST. **Orientações políticas e práticas para os delegados do VI congresso**. Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST. **Programa Agrário do MST**. Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST. **Sobre os nossos desafios e linhas políticas de atuação no MST: debate do VI Congresso Nacional do MST**. Publicado pela Secretaria Nacional do MST, 2014.

MST-BA. **Caderno da militância**. Ano I, janeiro-março de 2007, publicado por setor de formação e coletivo de direitos humanos do MST-BA.

MNU. **O TRIUNFO DE PRATA: Algumas reflexões para dar combustível à luta**. Tese política defendida no congresso de 30 anos do Movimento Negro Unificado Ano; Maio de 2005.

NZUMBI, Lio. **Adições ao Triunfo de Prata: História e Cultura Pan-africana: Unidade de reedificação civilizacional Negra e elemento fundamental no salto do MNU de movimento à organização política revolucionaria**. Contribuições a Tese Triunfo de Prata , para o congresso de 30 anos do Movimento Negro Unificado. Ano; Maio de 200

7.2 Depoimentos Colhidos

C, 23 anos, filho de assentados. Depoimento colhido em 16.06.2013

D, 20 anos, filho de assentado. Depoimento colhido em 16.06.2013

E, 50 anos, morador do assentamento. Depoimento colhido em 16.06.2013

Marx, 45 anos, Militante de partido de esquerda.. Depoimento colhido em 16.06.2013

Militante do movimento negro. Entrevista cedida em 10/12/2014.

Militante setor de cultura do MST . Entrevista cedida em 10/01/2015 .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, LETRAS E HUMANIDADES
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PROJETO DE PESQUISA:

Número do GD do entrevistado ()

Nome do Entrevistador/a: _____

I. DESCRIÇÃO DO GRUPO DOMÉSTICO (GD)

I.1 - Composição do Grupo Doméstico(GD):

OBS.: Tipo de chefia (masculina/feminina/compartilhada): _____

Nome/Apelido	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado Civil	Local de Nascimento	Parentesco em relação ao respondente (EGO)	Cor/raça	Religião

I.2 - Parentes fora da comunidade (consanguíneos e afins):

Nome	Parentesco	Idade	Local	Motivo	Tempo

II. ATIVIDADES ECONÔMICAS DO GRUPO DOMÉSTICO

II.I – Atividade Principal:

Nome	Atividade Produtiva	Local de Realização	Frequência	Meios

II.II – Atividade Secundária

Nome	Atividade Produtiva	Local de Realização	Frequência	Meios

III. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (BENEFÍCIOS)

Aposentadoria	Bolsa Família	Outras

IV. RENDA MENSAL (estimativa): _____

V. CONDIÇÕES DE SANEAMENTO DA RESIDÊNCIA

Água Encanada	Sim	Não
---------------	-----	-----

Banheiro	Sim	Não
Fossa (séptica / rudimentar)	Sim	Não

Destino do Lixo	
-----------------	--

Email	Sim	Não
-------	-----	-----

VI. COMUNICAÇÃO

Celular	Sim	Não
Acesso à internet	Sim	Não

FAZ PARTE DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO? QUAL? _____

VII- Na sua opinião qual a cor da maioria das pessoas do assentamento? _____

E do MST de forma geral? _____

OBSERVAÇÕES (DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DA SITUAÇÃO/CONTEXTO DA ENTREVISTA):

7.4 CADERNO DE FORMAÇÃO

I CADERNO DE FORMAÇÃO QUESTÃO RACIAL E REFORMA AGRÁRIA (CAPA E SUMÁRIO)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 03

CAPÍTULO 1 05

Conceitos fundamentais: preconceito, discriminação e racismo.

CAPÍTULO 2 07

Os negros/as, os primeiros trabalhadores rurais do Brasil.

CAPÍTULO 3 09

Quilombos: as primeiras ocupações do Brasil.

CAPÍTULO 4 12

Os/a negros/as, os primeiros sem terra.

CAPÍTULO 5 14

A reforma agrária e a questão racial hoje.

HOMENAGEM 16

À O Jefferson Santos

ANEXO 18

I CAMINHADA PELA CONSCIENCIA NEGRA E SEM TERRA

Sou Sem Tera, Sou Pobre, Sou Negão, Sou Revolução!
Ojeferson Santos, músico do MST

Assentamento Nova Suíça - Stº Amaro. BA



DATA: 13/11/2013 (Quarta feira)

**CURSO DE FORMAÇÃO:
O NEGRO E A LUTA PELA TERRA**

Escola Ernesto Che Guevara

18:00 - Exibição do Filme: Bem virá

19h- Roda de conversa: Por uma
reforma agrária negra e popular

Distribuição da Cartilha:

O Negro/a e a luta pela terra.

NÚCLEO
AKOFENA



ESCOLA
CHE
GUEVARA

DATA: 14/11/2013 (Quinta feira)

9h - Contação de histórias afro-brasileiras;

10h - Exibição do filme Kiriku
e os animais selvagens;

12h - Almoço coletivo;

14h- Oficina de agitação e propaganda

16h- **I CAMINHADA PELA
CONSCIÊNCIA NEGRA E SEM TERRA**



*"Lutar, Construir
Reforma Agrária
popular"*

26 Anos

Convite

*O Movimento dos
Trabalhadores Rurais
Sem Terra-MST,
tem a honra
de convidar-lhe(s)
a participar do
"26º Encontro Estadual
do MST-BA".2013*

*Local: Parque de Exposição - SSA
Data: 18 a 21 de dezembro Salvador*

COPIA DO CONVITE PARA ENCONTRO ESTADUAL DO MST. De 18 a 21 de dezembro de 2013

FOTOS

1-Registro Fotográfico da aplicação do Questionário Domestico do Assentamento Nova Suíça. Junho de 2013



2-Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Nucleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013.



3-Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Núcleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013.



4. Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Núcleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013



5- Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Núcleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013



6- Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Núcleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013.



7. Registro fotográfico de atividade Comunitária referente ao Mês da Consciência Negra , realizada pelo Nucleo de Negras e Negros estudantes da UFRB, no assentamento Nova Suíça, no período de 13 e 14 de novembro de 2013.



7- Registro fotográfico da Marcha da Reforma Agraria, realizada no VI Congresso Nacional do MST (2014), realizado entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2013, em Brasília-DF.



9. Registro fotográfico do confronto entre policiais e militantes do MST, na marcha pela reforma agrária , realizada no VI Congresso Nacional do MST (2014).

DISCOGRAFIA CONSULTADA

Zumbi

Autor: Ojeferson Santos

Sou filho de escravo, sou descendente de Zumbi
 Eu jogo capoeira toco Berimbáu e Tamburim
 Mas trago na memória coisas que não esqueci
 São marcas da senzala que estão dentro de me
 Fui trazido da África, acorrentado no navio
 Eu já vim de tão longe para sofrer no Brasil

:Ô ô ô Zumbi
 Palmares não Acabou
 E seus descendentes ainda estão aqui/:

Os negros eram escravos, mas fizeram abolição
 Lhes deram liberdade, mas terra não deram não
 E voltaram de novo, todos eles a sofrer
 Trabalhando em engenhos pra de fome não morrer
 O tempo foi passando quero falar pra vocês
 Misturaram os negros com os índios e portugueses
 Mesmo com a mistura ainda predomina a guerra
 Vejo gente sofrendo e morrendo pela terra

(Refrão)
 Soldados comemoram a independência do Brasil
 Pensando que apagam todas as lutas que existiram
 Massacraram Palmares, acabaram com Canudos
 Eles matam Sem Terra, veja só que Absurdo
 Um povo explorado luta por transformação
 Vamos juntos lutar por nossa libertação

Moisés Reinou

Autor: Ojeferson Santos

Às vezes fico olhando e me dói o coração
 De ver corpos massacrados espalhados pelo chão
 São todos trabalhadores, descendentes de Moisés
 Que lutava pela terra para dar aos seus fiéis
 Seu povo era perseguido, devorado por leões
 Só porque queria a terra, só porque queria o chão

Moisés Reinou, Moisés Reinou
 Na Travessia do Mar vermelho
 Suas terras conquistou/:

Mas hoje em nossos pais, sangue rola pelo chão
 Sangue dos trabalhadores, que morreram pelo pão
 O governo está no poder, mas não liga pra isso não
 Anda de carro importado, curte férias no Japão

Que decepção, que decepção
 Morrem jovens morem velhos
 Porque querem plantar no chão/:

Nosso Brasil já passou por grandes transformações
 Vieram primeiro os portugueses, expulsando os índios irmãos
 E lembrar também dos negros que sempre são humilhados
 Vieram da África para o Brasil para serem escravizados
 E lembrar também das ligas, dos movimentos populares
 Viva Antônio conselheiro viva Zumbi dos palmares

A luta não para, a luta não para
 Vocês continuam vivos
 Chico Mendes, Che Guevara/:

MST, para acabar com a miséria que afeta a nação

Autor: Ojeferson Santos

São quinhentos anos que aqui surgiu
 A fome e a miséria por este Brasil
 Destruindo as matas e a população
 De um lado os índios pedindo socorro
 Palmares, canudos revivem de novo
 E o povo caminha para a transformação

Para acabar com a miséria que afeta a nação
 Êêê MST

A história dos Sem Terras massacrados
 O índio Galdino nessa cidade queimado
 Em Brasília ninguém fala disso não
 Só dizem que o país é uma beleza
 Que é obra de deus e da natureza
 E o povo passando humilhação
 (Refrão)
 Já levaram nosso ouro, nosso minério
 Contando a história parece um mistério
 Tão levando o que resta da população

Tiro de fuzil

Autor: Ojeferson Santos

Ouço um tiro de fuzil
 Escuto um gemido de dor
 E fico daqui pensando
 Será dessa vez quem pagou
 Será que foram os Sem Terra
 Que querem plantar nesse chão
 Será que foram os meninos
 Que vivem mendigando o pão
 Será que foram meus amigos
 Ou será que foram meus irmãos
 E agente acaba pagando
 Por toda essa repressão

Liberdade, violência não.
 Vamos acabar com a repressão

Eu vivo assustado com tudo
 E às vezes não consigo dormir
 Com toda essa violência
 Que vive por perto de mim
 Será que nós temos direito
 De na rua poder andar
 Será que nós temos direito
 De na terra poder trabalhar
 Será quando acaba essa guerra
 E toda ignorância
 Será quando posso andar
 Alegre com as minhas crianças
 (Refrão)

Eu vejo gente sofrendo
 E morrendo sem merecer
 Cadê as autoridades
 E os homens que estão no poder
 (Refrão)

O povo Sofre

Autor: Ojeferson Santos

Vejo um povo explorado
 Cansado de trabalhar
 Com o seu corpo velho sofrido
 Da burguesia, alimentar

Trabalha e sempre trabalha
 Produz tudo e não ver
 Que seus salários são de miséria
 Quase não dá para eles comer

O povo Sofre
 O povo passa humilhação
 O povo Sofre
 O povo quer terra e pão

Se luta contra a escravidão
 Que é pra ter o direito de ser cidadão
 Mas o sistema obriga seus filhos
 A virarem marginais e viver na prisão
 Tão cansados de tá nessa vida
 Mendigando comida para se alimentar
 E o movimento Sem Terra tá certo
 De ocupar terra para trabalhar
 (Refrão)

Jovens do MST

Autor: Ojeferson Santos

Jovens do MST, sejamos filhos de Che
 Tenham cuidado com o sistema que está ai

Que nos massacra, nos humilha todo dia
 E tenta de todas as formas pra poder nos destruir
 Não adianta ter carro novo importado
 Pousar nu pra ser mostrado e aparecer na TV
 Se o que queremos não é só dinheiro e fama
 Mas um mundo onde todos possam sobreviver
 (Refrão)
 Eles virão de todo jeito, disfarçados
 Precisamos ter cuidado, pra poder nos defender
 Nos dando aquilo que negaram o tempo todo
 Enganando nosso povo, tentando nos iludir
 Só que agente que conhece esses lobos
 Não vamos dar nosso corpo pra esses monstros destruir
 (Refrão)
 Vamos andando com nossa simplicidade
 Construindo a sociedade que nos sonhamos ter
 Um povo livre sem fome com alegria
 Construindo um novo dia junto com o MST
 (Refrão)

Que País é Esse

Autor: Ojeferson Santos

A calada da noite me incomoda
 O silêncio no quarto me perturba
 Quando eu sei que lá fora no escuro
 Debaixo de um viaduto, agente ouve barulho
 Outro sofre de dor

Que país é esse
 Chova que caiu
 Seu nome é pequeno,
 Bonito é belo,
 Se chama Brasil

Sou o grão de areia no oceano
 Tenho boca pra falar e reclamo
 Desse sistema imundo, onde a fome mata
 O povo eu trabalha tem as mãos calejadas
 E passa a vida de cão

(Refrão)

Que país é esse
 Chova que caiu
 Seu nome é pequeno,
 Bonito é belo,
 Se chama Brasil

(Refrão)

Já não da pra viver nesse lema
 Vida louca cheias de problemas
 Quero reforma agrária
 Derrubar as muralhas
 Que separam a nação
 Quero reforma agrária
 Unir campo e cidade
 Gritando com vontade
 Paz e libertação
 (Refrão)

Perus Engravatados

Autor: Ojeferson Santos

Ô vó cadê aqueles perús
 Que passavam aqui
 Fazendo gulugulú

Aqueles perus agora estão no senado

Vocês precisam ver que estão todos empolgados
De pastas nas mãos e todos engravatados

Que perus safados, mentirosos, trambiqueiros
Vivem no poder sempre enganando o povo brasileiro
O filho do pobre não estuda mais não
Porque os perus não constroem escolas
E comem o dinheiro da educação

(Refrão)

Olho pra saúde e veja que decepção
O povo ta sofrendo, criança morrendo de desnutrição
E os perus nos dizem isso é democracia
Comendo caviar e os pobres quando comem

É uma vez por dia

(Refrão)

Vamos acabar com os perus desse Brasil
Botar pra quebrar pedra e mandar catar milho
No lugar aonde saiu

A bandeira

Autor: Ojeferson Santos

A bandeira vermelha vai à frente
Arrastando e levando a multidão
Vai a busca do sonho de liberdade
Dum povo sofrido brava gente
Vai a busca da transformação

:/Sacode a bandeira povão que eu quero ver
É com igualdade e com luta que vamos vencer/:

Nessa linda fileira vai ancião
Carregando a bandeira do Brasil
Vão jovens mulheres e crianças
Semelhando a paz e a esperança
Pra esse país ser mais feliz

A bandeira vermelha vai à frente
Conduzida por um povo lutador
Que luta por terra e moradia
E que ver os seus filhos ter um dia
Saúde educação paz e amor
(Refrão)

A bandeira vermelha vai à frente
Com cantos, poesia e união
Ocupando os latifúndios improdutivos

Fazendo brotar da terra o pão
 E avançando na força do mutirão
 (Refrão)

Sou Revolução

(Autor: Raumi Souza)

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
 Sou revolução

Sou socialista, Sem Terra
 Sou agricultor
 Vítima do racismo, sou negro
 Sou trabalhador

Sou afro-brasileiro
 E tenho coragem e rebeldia
 Pra derrotar essa nobreza selvagem
 Essa burguesia

-
 Ê Â Ô, sou o inverso da guerra e do terror.
 Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor.
 Ê Â Ô, sou o contrário da guerra e do terror.
 Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor.

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
 Sou revolução:

Minha esperança é paz, igualdade social,
 Uma nação soberana, fraterna
 E um mundo mais igual
 Reforma Agrária, Justiça e um país mobilizado.
 Sou a resistência, acredito no povo organizado.

Ê Â Ô, sou o inverso da guerra e do terror.
 Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor.
 Ê Â Ô, sou o contrário da guerra e do terror.
 Ê Â Ô, eu sou a esperança e o amor.

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão
 Sou revolução

